



COLETÂNEA MULTIDISCIPLINAR DOS SABERES

**Volume 2
2021**

uniatual
EDITORA

COLETÂNEA MULTIDISCIPLINAR DOS SABERES

**Volume 2
2021**

uniatual
EDITORA

© 2021 – Uniatual Editora

uniatual.grupomultiatual.com.br

universidadeatual@gmail.com

Editor Chefe e Organizador: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Uniatual

Revisão: Respectiveos autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Ricael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Esp. Alessandro Moura Costa, Ministério da Defesa - Exército Brasileiro

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C694 Coletânea Multidisciplinar dos Saberes - Volume 2
/ Jader Luís da Silveira (Organizador). – Formiga (MG): Uniatual
Editora, 2021. 120 p.: il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-995659-9-1

DOI: 10.5281/zenodo.5770462

1. Coletânea. 2. Multidisciplinar. 3. Saberes. 4. Conhecimentos. I.
Silveira, Jader Luís da. II. Título.

CDD: 001.4

CDU: 001

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam
responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os
fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Uniatual Editora

CNPJ: 35.335.163/0001-00

Telefone: +55 (37) 99855-6001

www.uniatual.com.br

universidadeatual@gmail.com

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

AUTORES

ALESSANDRO MOURA COSTA
ALLAN FRANCISCO COSTA JAQUES
AMANDA HERSEN FERREIRA
ANA CLÁUDIA DA SILVA ARAÚJO
BRUNO ABILIO DA SILVA MACHADO
CAMILA LIMA RIBEIRO
CARLA JANIELE ARAÚJO RODRIGUES SOARES
CÍCERO SANTOS SOUZA
CLEANE DE MESQUITA SANTOS
ELLEN AMANDA SILVA DE SANTANA
EMANUEL OSVALDO DE SOUSA
EVERTON LUÍS DE SOUZA JÚNIOR
FRANCILENE VIEIRA DA SILVA FREITAS
FRANCÍLIA SOUSA MENESES
GABRIELLE HOLANDA SILVA
GIOVANA GOMES DOS SANTOS
IARLA LOPES GONÇALVES
JOSUÉ BRITO GONDIM
JULIANA SILVA DO NASCIMENTO
LARISSA SAPUCAIA FERREIRA ESTEVES
LIZZIANE KRETLI WINKELSTROTER ELLER
LUCIMEIRE FERNANDES CORREIA
LUDMILA PANTAROTO LIMA RIBEIRO
LUDYMILLA DE LIMA SILVA
MIGUEL VICTOR MONTEIRO RODRIGUES
MIRELLA RIBEIRO PINTO
PEDRO HENRIQUE FLEURY DA SILVA
POLYANA JÉSSICA DO CARMO DE SOUZA
SABRINA PASSOS CÁCERES
SARAH MARIA OSÓRIO DE CARVALHO
THAYNÁ PATRICIA ALMEIDA SANTOS
VICTOR GUILHERME PEREIRA DA SILVA MARQUES

APRESENTAÇÃO

A obra “Coletânea Multidisciplinar dos Saberes - Volume 2” foi concebida diante artigos científicos especialmente selecionados por pesquisadores da área.

Os conteúdos apresentam considerações pertinentes sobre os temas abordados diante o meio de pesquisa e/ou objeto de estudo. Desta forma, esta publicação tem como um dos objetivos, garantir a reunião e visibilidade destes conteúdos científicos por meio de um canal de comunicação preferível de muitos leitores.

Este e-book conta com trabalhos científicos interdisciplinares, aliados às temáticas das práticas ligadas a inovação, bem como os aspectos que buscam contabilizar com as contribuições de diversos autores. É possível verificar a utilização das metodologias de pesquisa aplicadas, assim como uma variedade de objetos de estudo.

SUMÁRIO

Capítulo 1 A “CHRONICA LIVRE” DE OLAVO BILAC EM TEMPOS DE REPRESSÃO POLÍTICA NO GOVERNO DE FLORIANO PEIXOTO (1893-1894) Mirella Ribeiro Pinto	09
Capítulo 2 ACORDOS MULTILATERAIS AMBIENTAIS: UM BALANÇO SOBRE O TRATADO DE QUIOTO Everton Luís de Souza Júnior	25
Capítulo 3 EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA UNIDADE ESCOLAR MÁRIO RAULINO Carla Janiele Araújo Rodrigues Soares; Iarla Lopes Gonçalves	45
Capítulo 4 NANOPARTÍCULA DE OURO COMO SISTEMA DE LIBERAÇÃO CONTROLADA PARA O FÁRMACO ANTINEOPLÁSICO DOCETAXEL Bruno Abilio da Silva Machado; Ludymilla de Lima Silva; Josué Brito Gondim; Emanuel Osvaldo de Sousa; Cícero Santos Souza; Camila Lima Ribeiro; Victor Guilherme Pereira da Silva Marques; Sarah Maria Osório de Carvalho; Francilene Vieira da Silva Freitas	57
Capítulo 5 IMPLICAÇÕES DA ANQUILOGLOSSIA NA SAÚDE DA CRIANÇA Ellen Amanda Silva de Santana; Allan Francisco Costa Jaques; Gabrielle Holanda Silva; Miguel Victor Monteiro Rodrigues; Pedro Henrique Fleury da Silva; Ana Cláudia da Silva Araújo	64
Capítulo 6 TRAJETÓRIAS DE LUTAS, RESISTÊNCIAS E CONQUISTAS: DESCONSTRUINDO PRECONCEITOS, CONSTRUINDO CIDADÃOS Alessandro Moura Costa; Polyana Jéssica do Carmo de Souza	71
Capítulo 7 RELATO DE EXPERIÊNCIA: VIVÊNCIA HUMANIZADA GERONTOLÓGICA EM UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA EM TEMPOS PANDEMICOS Thayná Patricia Almeida Santos	103
Capítulo 8 A FORMAÇÃO CONTINUADA DO DOCENTE NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: BREVE REFLEXÃO A PARTIR DE PAULO FREIRE Francília Sousa Meneses	108

Capítulo 9 VIVÊNCIA DE RESIDENTES NA IMUNIZAÇÃO CONTRA A COVID-19 EM IDOSOS À DOMICÍLIO Lucimeire Fernandes Correia; Amanda Hersen Ferreira; Giovana Gomes dos Santos; Ludmila Pantaroto Lima Ribeiro; Larissa Sapucaia Ferreira Esteves; Lizziane Kretli Winkelstroter Eller	111
Capítulo 10 O USO DE MIDAZOLAM EM ATENDIMENTOS ODONTOPEDIÁTRICOS: UMA REVISÃO NARRATIVA Sabrina Passos Cáceres; Cleane de Mesquita Santos; Juliana Silva do Nascimento	114
OS AUTORES	116

Capítulo 1

A “CHRONICA LIVRE” DE OLAVO BILAC EM TEMPOS DE REPRESSÃO POLÍTICA NO GOVERNO DE FLORIANO PEIXOTO (1893-1894)

Mirella Ribeiro Pinto

Universidade Federal de Uberlândia

mirellaribeiro10@hotmail.com

Ao regressar para o Rio de Janeiro, em agosto de 1893, após o turbulento período de prisão, Olavo Bilac decidiu retornar para a redação da *Gazeta de Notícias*, mesmo depois de quase três anos da sua última colaboração para esse jornal. A primeira participação de Bilac na *Gazeta de Notícias* ocorreu em 24 de abril de 1890 com a publicação de uma crônica no centro da primeira página. Entretanto, nessa primeira fase, ele publicou apenas textos esporádicos para o jornal, colaboração que rapidamente interrompida por conta de uma viagem que o autor fez no dia 10 de junho de 1890 para Paris, onde se tornou correspondente do jornal *Cidade do Rio*¹. Os primeiros escritos de Olavo Bilac para a *Gazeta de Notícias*, eram crônicas eróticas, o que deixou evidente uma “associação naturalista entre o erótico e a natureza”².

¹No dia de seu embarque, a *Gazeta de Notícias* publicava uma nota dizendo: “Segue hoje para a Europa, onde vai ser correspondente da *Cidade do Rio*, Olavo Bilac. Não há no mundo das letras quem não conheça e não tenha apreciado o moço glorioso que em diversos jornais e ainda ultimamente na *Gazeta de Notícias*, deu as mais brilhantes provas do seu talento e engenho literário. Vemo-lo partir com a mágoa de quem perde um vibrante colaborador, mas essa mágoa é, em parte, suavizada pela certeza que temos de que, na sua nova posição, aquele espírito ainda mais se desenvolverá, pela convivência com o que de artes e letras se tem de mais requintadamente apurado.” *Gazeta de Notícias*, 10 jun., 1890, p. 1.

²João Rodrigo Araújo Santana analisa as crônicas de Olavo Bilac publicadas na *Gazeta de Notícias* entre os meses de abril a junho de 1890. SANTANA, João Rodrigo Araújo. **A modernização do Rio de Janeiro nas crônicas de Olavo Bilac (1890-1908)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA: 2013, pp. 139-140.

Depois da ausência, em 1893, Olavo Bilac encontrou uma nova oportunidade de ser colaborador da *Gazeta* com a série *Chronica Livre*.

Em 1893, a *Gazeta de Notícias* ainda era um dos maiores jornais da cidade, por isso ela atraía para a sua redação grandes nomes da literatura e do jornalismo da época. Ao lado dos grandes jornais do Rio de Janeiro, como o *Jornal do Comércio* e *O Paiz*, a *Gazeta*, na década de 1890, atingiu uma tiragem de 40 mil exemplares diários. Entre seus colaboradores, estavam renomados homens de letras, inclusive Machado de Assis, que contribuiu como cronista da folha até meados de 1897. Um dos grandes atrativos do periódico era a boa remuneração dada aos seus colaboradores, a qual era uma forma de reconhecimento do trabalho desses homens de letra que compunham aquela redação. Assim, inúmeros folhetins, contos, novelas, poesias e crônicas eram publicados diariamente no jornal fundado por Ferreira de Araújo em 2 de agosto de 1875.

Entre toda a literatura divulgada pela *Gazeta*, também estava a série *Chronica Livre* de Bilac, que foi publicada entre 22 agosto de 1893 e 9 setembro de 1894. Por desejar viver da literatura, Olavo Bilac aceitou o convite para compor a redação da *Gazeta de Notícias* e, em 22 de agosto de 1893, o jornal divulgou sua chegada, ou o retorno do cronista ao jornal, e afirmou que ele iria abrilhantar suas páginas com uma coluna provocativamente intitulada *Chronica Livre*³. A partir desse momento, Bilac se tornou o responsável pela publicação da mais nova série de crônicas de um dos periódicos mais populares da cidade.

Dessa forma, por ser um jornal de grande circulação, vendido a preços módicos, a *Gazeta* se tornou conhecida tanto pelo incentivo que dava à literatura quanto pela abertura que dava em suas páginas a campanhas políticas nacionais de destaque, como a abolição⁴, e durante dezesseis anos, entre 1893 e 1908, Olavo Bilac foi seu colaborador.

³*Gazeta de Notícias*, 22 ago., 1893.

⁴ Durante o processo de modernização da imprensa brasileira, ocorrido a partir dos anos de 1870 no Rio de Janeiro, a *Gazeta de Notícias* se destacou como um jornal que se organizava como uma grande empresa e que se pretendia popular e acessível ao maior público possível. Uma de suas marcas era o incentivo dado pelo jornal à literatura. Com o progresso das técnicas gráficas, que colaboraram para a criação de uma grande imprensa no Brasil, a *Gazeta de Notícias*, aos poucos, conquistaria seu espaço na imprensa brasileira, colocando ao alcance do grande público “não só notícias, colunas de atualidades, políticas, piadas, como também as artes e, principalmente, a literatura”. Com essa abertura de espaço para as letras dentro do jornal, a *Gazeta* tornara-se uma grande referência para os literatos, dentre eles Olavo Bilac. A admiração deste literato pelo jornal ficaria evidente no ano de 1900, quando falecera o jornalista Ferreira de Araújo, dono e editor chefe do periódico. Em momento de muita tristeza para a imprensa brasileira, escritores como Machado de Assis, Olavo Bilac, Lulu Sênior, Araripe Júnior, Julia Lopes de Almeida, Quintino Bocaiúva, Valentim Magalhães, Alberto de Oliveira, Lúcio de Mendonça, Filinto de Almeida,

A série intitulada *Chronica Livre* não era publicada em dias fixos, não apresentava muita regularidade, mas, em geral, aparecia quatro ou três vezes por semana, ocupava sempre a primeira página do jornal, estava localizada bem no centro da folha⁵ e era assinada com as iniciais O.B ou com o nome Olavo Bilac. Nessa coluna, o cronista ficou responsável por comentar e opinar sobre os diversos assuntos diários da cidade do Rio de Janeiro. Outrossim, é importante destacar que, ao longo da semana, a *Chronica Livre* de Bilac dividia as páginas do jornal com outros renomados literatos, entre eles, Machado de Assis, o qual era responsável pela série *A Semana*⁶, que saía aos domingos desde abril de 1892⁶. Também é importante evidenciar que pela *Chronica Livre* circularam os mais diferentes temas. Nela, o cronista fez críticas ao momento político do país, comentou sobre os maus tratos dispensados às crianças em orfanatos, preocupou-se com os casos de cólera, fez críticas literárias, narrou os bombardeios do início da Revolta da Armada e perscrutou a arquitetura e os costumes da cidade de Ouro Preto no momento em que lá esteve, fato que mostra o quanto Bilac era um observador atento do cotidiano da cidade e das questões que marcavam o país naqueles anos⁷. *Chronica Livre*, entretanto, não foi a primeira coluna de crônicas produzida por Bilac, pois, cronista de longa data, ele já guardava certa experiência com a escrita do gênero. Uma vez que passou tanto pela

J. Verissimo e M.S prestaram as últimas homenagens ao prestigiado jornalista nas páginas da *Gazeta* publicada no dia 21 de setembro de 1900. Ver: BARBOSA, Marialva. **Os donos do Rio: Imprensa, poder e público**. Vício de Leitura, 2000; PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. **O Carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2009; RAMOS, Ana Flávia Cernic. **As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas Balas de Estalo de Machado de Assis**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2016; SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

⁵ Durante o período estudado, 1892 a 1893, a *Gazeta de Notícias* veiculava em torno de 6 a 8 páginas todos os dias da semana. Entretanto, após a eclosão da Revolta da Armada, em 6 de setembro de 1893, o jornal começou a publicar um número reduzido de páginas, 4 por dia. O espaço das duas primeiras páginas era dedicado especialmente para as Notícias vindas do exterior, que chegavam por meio de telegramas ou por cartas de correspondentes. Nestas primeiras páginas também eram usualmente publicados notícias e artigos sobre as instituições políticas brasileiras em colunas como “Diário do Congresso”. Também circulavam pelas primeiras páginas notícias gerais sobre o país e a cidade do Rio de Janeiro, bem como textos literários em forma de folhetins, contos ou crônicas. Anúncios e artigos publicados por leitores mediante pagamento se encontravam nas últimas páginas do jornal na seção “Publicações a Pedido”. Aos domingos a *Gazeta* publicava na primeira página e coluna a série “A Semana”, escrita por Machado de Assis, responsável em escrever sobre os principais acontecimentos da última semana.

⁶ Sobre a coluna “A Semana” de Machado de Assis conferir BRITO, Maria Luzia Alves. **As mulheres da semana: Construção de personagens femininas na crônica machadiana**. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Uberlândia, [s.n.], Uberlândia: MG, 2017. BRITO, Maria Luzia A. e SILVEIRA, Daniela M. **A República Contada A Cada Semana: A consolidação do sistema republicano nas crônicas de machadianas (1892)**. *Horizonte Científico*. Vol. 10, nº1, ago. 2016. GLEDSON, John. **Por um novo Machado de Assis: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. SOUZA, Ana Paula Cardozo de. **Machado de Assis e a República de “A Semana”: Literatura, Imprensa e Práticas Populares (1892-7)**. Dissertação de mestrado em História. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2015.

⁷ Conferir, por exemplo, “Chronica Livre”, *Gazeta de Notícias*, nos dias 22 ago., 24 ago., 27 ago., 01 set., 12 set., 15 set., 07 nov., 10 nov., 13 nov., 22 nov., 1893.

imprensa paulista quanto pela carioca, Olavo Bilac, após consolidar sua carreira aos vinte e três anos como poeta, com a publicação de *Poesias* (1888), começou a se dedicar à atividade de cronista. Ele iniciou suas contribuições com crônicas publicadas a partir da década de 1880 no jornal *Cidade do Rio*, mas passou por variados periódicos, como a *Gazeta de Sapucaia*, o *Vassourense*, a *Gazeta Acadêmica* (RJ), *A rua*, o *Correio do Povo*, o *Diário Mercantil* (SP), a *Vida Semanária*, *A Quinzena* e *O Combate*⁸. Apenas em 1893 ele chegou à redação da *Gazeta de Notícias*. Segundo Antonio Dimas, os mais variados assuntos passaram pela pena do cronista Olavo Bilac:

urbanização, saúde pública, defesa do menor, escândalos políticos, ingerência da Igreja no Estado, festas populares, carestia, segurança urbana, deficiência do transporte público, violência sexual, política internacional, emancipação feminina, lançamentos literários, penúrias do funcionalismo, crueldade contra crianças ou velhos, maus-tratos de animais, invasão da privacidade ou ocorrências do momento⁹.

Para Dimas, a crônica de Olavo Bilac se transformou gradualmente, pois, antes de 1893, o cronista se dedicou ao “humor forte e direto”, mas, dispensou “a fúria combativa” em suas crônicas posteriores. A justificativa de Dimas para a suavização do “impulso incendiário” de Bilac se dá “quando a *Gazeta de Notícias*, jornal burguês orientado para a informação e não para a disputa política, abre-lhe as portas”¹⁰. Como mostrado anteriormente, apesar da “neutralidade” política almejada pela *Gazeta de Notícias*, a folha não deixou de se posicionar a favor da legalidade durante o governo do vice-presidente Floriano Peixoto. Ademais, além de noticiar a repercussão do *Manifesto dos Treze Generais*, as prisões e os decretos do presidente em 1892, a *Gazeta* cobrou uma justificativa e uma avaliação dos atos do Governo Federal. Logo, se a *Gazeta de Notícias* de fato fosse um jornal “orientado para a informação e não para a disputa política”, como afirmou Antonio Dimas, não teria aberto as suas portas para Olavo Bilac publicar sua série, haja vista que ele era um intelectual preso e perseguido pela polícia florianista.

Assim, em 1893, agora num claro contexto de crise política e de acirramento das tensões com o governo de Floriano Peixoto, Olavo Bilac decidiu estruturar sua nova série em torno de uma temática fundamental: a liberdade de expressão. Nesse

⁸ DIMAS, Antonio. **Bilac, o Jornalista: Ensaios**. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, Edusp, Editora Unicamp, 2006, p. 23.

⁹ *Ibidem*, p. 50.

¹⁰ *Ibidem*, p. 46.

sentido, o título *Chronica Livre* evidenciava suas escolhas, mas, ao mesmo tempo, mantinha sentidos ambíguos para melhor proteger seu autor. Por um lado, a crônica podia ser “livre” no sentido de não apresentar temas obrigatórios, pois tratava sobre qualquer assunto ou banalidade do cotidiano. Outrossim, escrito ao “rés do chão”, o gênero cronístico pressupunha essa liberdade temática para vaguear pelos mais diversos eventos, desde os mais profundos e complexos aos mais inusitados abordados no jornal¹¹. Por outro lado, a liberdade indicada no título podia ser – e muitas vezes foi – sinônimo de uma reivindicação por liberdade de imprensa e de expressão frente a um governo autoritário.

Além disso, já na apresentação da série, na primeira crônica publicada na coluna *Chronica Livre*, Bilac indicou os possíveis sentidos dos textos que ali seriam publicados. A partir de um tema aparentemente banal, embora fosse um dos assuntos mais comentados no jornal naquela semana, o caso dos frontões foi o mote da apresentação dessa nova série de Bilac¹². Essa primeira crônica comentava as partidas do jogo de pelota com apostas, o que naquele momento gerava conflitos sociais, como a exploração de menores. O resultado dessa polêmica, em 1893, foi a produção de um relatório emitido pelas autoridades policiais, que exigia o fechamento dos frontões. Segundo esse relatório, os jogos de apostas eram considerados uma prática que afrontava os bons costumes¹³. O caso movimentou as ruas e as páginas da imprensa do Rio de Janeiro, além de ter aparecido até mesmo em obras como *O Tribofe*, de Artur Azevedo¹⁴. O.B., como ele assinava os textos da *Chronica Livre*, também comentou o assunto e o aproveitou para tecer críticas a Floriano Peixoto, o

¹¹ CANDIDO, Antonio. “A vida ao rés-do-chão”. In: _____ et, al. **A crônica. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

¹² Em 1892 chegava ao Brasil, por meio dos imigrantes, o jogo da pelota, sendo os próprios estrangeiros os responsáveis em construir o primeiro espaço para as partidas. O lugar usado para a atividade ficou conhecido como “Frontão Brasileiro”. Na capital carioca podia-se encontrar vários frontões, sendo eles: o Frontão Boliche Nacional, o Frontão Fluminense ou Coliseu Lavradio, Electro Ball, o Municipal e o Frontão Catete. MARTINS, William de Souza Nunes. **Paschoal Segreto: “ministro das diversões” do Rio de Janeiro (1883 – 1920)**. Dissertação de mestrado em História Social. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2004.

¹³ No final do século XIX, os frontões eram conhecidos como casa de jogos. Na edição do dia 22 de agosto de 1893, a *Gazeta de Notícias* trazia a discussão a respeito do “Frontão Brasileiro” em várias colunas como: “Frontão Brasileiro” assinado por *A moralidade*; “O caso do Frontão” por J. C. Lima Drummond; e “Frontão” compartilhado do Editorial da *Cidade do Rio*.

¹⁴ Em “O Tribofe” peça lançada por Artur Azevedo em 1892, o autor descreve uma cena do jogo de pelota que se passou no Frontão Fluminense: “Tribofe. - É verdade! Um joguinho esplêndido para o tribofe! Com uma pelota chamba um delantero pode arranjar uma boa maquia! Não há receio de que o zagueiro faça uma boleia! Que jogão! Mas desconfio que a Polícia qualquer dia mete o bedelho na cancha, e acaba com tudo aquilo!”. AZEVEDO, Artur. **O Tribofe**. Rio de Janeiro, 1892. Disponível em: Biblioteca Virtual Brasileira, <<https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=37189>>. Acesso em 20 jun., 2019.

que delineou, de certa forma, o “programa”¹⁵ de sua nova série de crônicas para a *Gazeta de Notícias*. Logo na abertura da série, é possível notar a presença das críticas elaboradas por meio da ironia, pois, naquele momento, a perseguição policial não era somente “contra o jogo, pregando a cruzada contra os vícios”¹⁶, mas também era contra intelectuais, jornalistas e toda imprensa que manifestasse opiniões contrárias ao governo. Assim, percebe-se que, para Bilac, o caso do frontão significou também mais um ato de restrição aos direitos dos cidadãos:

Santo Deus! Por que não hei de eu ter o direito de jogar o dinheiro que me pagam por este artigo, se tenho o direito de jogar a vida, continuando a ser cidadão brasileiro neste inefável regime de revoluções e golpes de Estado? Pouco importa à polícia a minha opinião: também não é para impugnar a sua que abro a este caso a primeira página do meu registro diário.¹⁷

Naquela conjuntura política, o cronista argumentou que o direito de jogar apostado era apenas mais uma liberdade que estava sendo tirada do cidadão carioca. Mais do que isso, a crítica de Olavo Bilac estava totalmente direcionada a à Floriano Peixoto uma vez que o “golpe de estado” citado na crônica poderia ser uma referência ao fato de o vice-presidente haver desrespeitado a Constituição ao se manter no poder e não convocar novas eleições presidenciais após a saída do Marechal Deodoro da Fonseca. Ao abordar o assunto de modo tão direto, Olavo Bilac ainda ironizou a pequena importância que a opinião dele tinha para as autoridades florianistas, mas começou a dar indícios sobre os rumos que a sua *Chronica Livre* iria tomar diante daquele conturbado cenário político. Logo, é evidente que o caso do frontão foi apenas um pretexto para Bilac fazer referências ao Governo Federal.

Contudo, para o cronista, havia na cidade e no país questões mais importantes para serem fiscalizadas do que o jogo de pelota, as quais não recebiam a mesma atenção por parte dos policiais. Entre os muitos problemas merecedores da atenção das autoridades, estava o caso dos abrigos de menores, que exploravam as crianças e não eram controlados regularmente pela polícia. Nesse sentido, ao descrever o relatório que decretava o fechamento dos frontões, Olavo Bilac destaca que uma das grandes preocupações das autoridades deveria ser as crianças que, ao invés de estarem nas salas de aula, estavam participando dos jogos: “E é para, principalmente,

¹⁵ Sobre isso ver mais em: PEREIRA. *Op. cit.*

ASSIS, Machado de. **História de quinze dias**. Organização, introdução e notas: Leonardo Affonso de Miranda Pereira. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

¹⁶ “Chronica livre”. *Gazeta de Notícias*, 22 ago., 1893, p.1.

¹⁷ Idem.

roubar as bocas ávidas dos meninos a fonte envenenada dessas perniciosas tentações, que a polícia exige o fechamento imediato desses antros de perdição”¹⁸.

Em razão de receber pouco apoio político, o presidente Floriano Peixoto, no momento da estreia da *Chronica Livre*, estabelecia a ordem do país controlando toda a imprensa, mas não apenas. Nesse contexto, pode-se considerar que Bilac, ao afirmar que a sua opinião pouco importava para a polícia, estava ironicamente criticando as intensas vigílias policiais que ele e seus colegas escritores enfrentaram em 1892. Dessa forma, Olavo Bilac, quando se refere ao descumprimento das leis sobre os frontões, parece ironizar o modo como a Constituição Brasileira não foi seguida por Floriano Peixoto, que se manteve no poder ao invés de convocar novas eleições presidenciais. Nesse sentido, o escritor aconselhou ironicamente: “e é bom que cada um de nós fique com o seu modo de pensar, porque é destas mútuas tolerâncias que nascem a harmonia das esferas e a paz entre os homens”¹⁹. Entretanto, essa postura de silêncio não foi adotada pelo cronista na *Chronica Livre*, espaço que foi usado por ele para expor seu modo de pensar, mesmo que a partir do uso da ironia para que os florianistas pensassem que ele não estava fazendo nenhuma afronta.

Logo, na série de crônicas *Chronica Livre*, tudo o que Bilac parecia querer era reivindicar um espaço de liberdade de opinião na imprensa, liberdade para pensar e para criticar, se necessário fosse, as atitudes políticas do governo e das instituições. A partir desse viés, ainda sob censura ou sob a vigilância que pairava sobre a imprensa, ele buscou fazer isso por meio de alguns artifícios literários, como a ironia, a metáfora e a sátira. Talvez a série de Bilac não possuía a total liberdade de expor opiniões sobre o cotidiano da época, como o título sugere, mas, ao escolher o nome *Chronica Livre* para sua coluna na *Gazeta de Notícias*, Bilac, na verdade, reivindicava esse direito. Nessa série, o uso da ironia foi uma das primeiras estratégias utilizadas pelo escritor, como fica evidente já na primeira crônica da série, quando ele comenta que as autoridades políticas manuseavam os códigos de leis em favor dos próprios interesses:

A polícia lucra tanto fechando os Frontões para a moralização dos meninos vadios, quanto lucram os pais que, para lhes extirpar os vícios, os privam de gravuras obscenas. O mal está no sangue, na educação anterior. Fechados os Frontões, os meninos jogarão a mosca e o cunho ou coroa. E terá graça, afinal, que, para evitar que meia dúzia de rapazes vadios vá perder

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ Ibidem.

diariamente nas casas de jogo meia dúzia de notas de dois mil réis, fiquem privados de jogar os que jogam o seu dinheiro, os responsáveis, os maiores, os livres, - contra cujos vícios, tão respeitáveis como as mais respeitáveis virtudes, se invocam as disposições de um código penal, feito, como todos os códigos, para ser violado por quem aplica, e aplicado contra quem não pode violar...”²⁰

No trecho final dessa crônica, Olavo Bilac chama a atenção do leitor quando relaciona o ato de jogar com a liberdade, pois, para o escritor, os homens “livres” e “responsáveis” deveriam possuir o direito de jogar o que quisessem e como tivessem vontade. Ou seja, a crônica de abertura já demonstrava que a temática sobre liberdade estaria presente naquela seção assinada por Olavo Bilac. Além disso, o recado que ele parecia querer passar para seus leitores era lembrar que uma das “mais respeitáveis virtudes” era seguir os “códigos”, isto é, as leis. Logo, Bilac abordava a importância da legalidade e da liberdade ao apontar a contradição do que estava sendo feito pelo governo de Floriano Peixoto.

Na véspera de eclodir a Armada, Olavo Bilac iniciou ironicamente a crônica do dia 28 de agosto com as expressões: “o sossego destes dias calmos” feitos para “reflexões inofensivas”. Ademais, o cronista relatou ser um domingo “molhado e cinzento”, que o fazia sentir uma “névoa melancólica”²¹. Isto é, ele começa fazendo a crônica parecer trivial, pois descreve um domingo melancólico, caracteriza o som do sino da Igreja com “suas badaladas preguiçosas” e trata de sentimentos típicos de um domingo. Mas o contexto, ao contrário do que afirmava a crônica, não era nada trivial, uma vez que a melancolia não era a rotineira, e nem os tempos estavam calmos. Outrossim, após ler as páginas do livro *Les trophées*²² e se deparar com o heroico personagem *El Cid*²³, Olavo Bilac confessou ao leitor que estava pensando no seu patriotismo, em política e especialmente na “eleição do presidente da república”²⁴:

A chuva continuava a cair. Continuei a olhar para dentro, imóvel na chaise-longue, fingindo dormir, para surpreender a conversa daquele par de pedaços de mim mesmo. Compreendi então que falavam de política. A leitura de Heredia inflama o meu patriotismo: e, ó singular! Ó estapafúrdia associação de ideias! Da eleição que, no poema de Heredia faz o velho Diego Laynez²⁵ do filho que o há de vingar e substituir, tinham os meus pensamentos caídos para a eleição do presidente da República...²⁶

²⁰ Ibidem.

²¹ “Chronica Livre”. *Gazeta de Notícias*, 28 ago., 1894, p. 1.

²² Obra de José Maria de Heredia (1845-1905), poeta cubana naturalizada francesa, publicada em 1893.

²³ *El Cid*, foi um guerreiro que viveu no século XI na Espanha. O personagem aparece na história de “Heredia” e no romance “Tartarin de tarascon” de Alphonse Daudet, publicado em 1872 na França.

²⁴ “Chronica Livre”. *Gazeta de Notícias*, 28 ago., 1893, p. 1.

²⁵ Diego Laynez foi um teólogo e jesuíta espanhol, responsável em substituir Inácio de Loyola como membro superior-geral da Companhia de Jesus, em 1558.

²⁶ Idem.

Com ironia, Olavo Bilac caracterizou os assuntos políticos da história de Heredia como “estapafúrdia associação de ideias” na tentativa de demonstrar, em sua série de crônicas, que a política era descabida, ilógica. Essa sátira era usada para Olavo Bilac tentar esconder suas preocupações reais, pois aquele assunto sobre política despertava seu patriotismo. Entretanto, o cronista estava sim atento aos assuntos políticos e especialmente preocupado com a eleição presidencial, o que para ele se travava de uma discussão entre os personagens Cid e Sir John Falstaff ²⁷:

Dizia o Cid: - Como queres tu, grosseiro beberrão, que o meu lugar fique vazio no comício dos que vão salvar a pátria e consolidar a sua felicidade, trazendo para o pleito eleitoral as suas convicções republicanas? Queres que me recolha a um silêncio criminoso, quando todos já estão dando a opinião, indicando o seu candidato, preparando a vitória do seu partido?²⁸

Nessa crônica, Olavo Bilac expressou suas opiniões a respeito das eleições para presidente da república por meio de um diálogo entre personagens admirados por ele. Cid era o guerreiro e herói do poema *Heredia* que ele estava lendo naquele domingo melancólico, enquanto Falstaff era um personagem de vários poemas de William Shakespeare. Na crônica, era como se cada um deles estivesse representando as ideias de Bilac, pois o que Cid dizia era o que estava ocorrendo naquela conjuntura: especulações acerca dos possíveis candidatos para a eleição presidencial, que deveria ocorrer em breve, uma vez que Floriano Peixoto não era um presidente da república legítimo:

Sir John Falstaff, neste ponto, riu mais alto, esvaziou mais quatro taças e cantou... Porque, dentro do meu espírito, sir John não falava, como nos poemas de Shakespeare: cantava, como na ópera de Verdi. E cantou, com uma voz em que estalava a aza da ironia: “*Quando ero paggio Del Duca di Norfolk ero sottile*²⁹...”. A voz de Cid trovejou outra vez: - Como? O bacharel Moreira Pinto quer que o presidente seja reeleito. Outros querem que o presidente seja novo. Tu que queres? Que quero eu?³⁰

Na crônica Bilac expressou um conflito entre opinar e não opinar, escrever ou não escrever, mas sua crônica não era livre? Então, por meio das sátiras, ele teceu suas opiniões a respeito das eleições naquele contexto:

- Meu pobre amigo! meu tolo amigo! meu entusiasmado amigo! que tenho eu com o teu patriotismo? Para que queres tu a minha opinião? olha como chove... Vê que preguiça anda no ar... Como é bom não ter opinião! Olha! se

²⁷ *Sir John Falstaff* é um personagem criado por William Shakespeare.

²⁸ “Chronica Livre”. *Gazeta de Notícias*, 28 ago., 1893, p. 1.

²⁹ Tradução: “Quando ele era pajem do Duque de Norfolk eu era magro...”.

³⁰ “Chronica Livre”. *Gazeta de Notícias*, 28 ago., 1893, p. 1. (Grifos do autor!).

eu fosse obrigado a dizer o que penso, diria que estou de acordo com o macharel Moreira Pinto...³¹

Será que realmente Olavo Bilac estava de acordo com a manutenção de Floriano Peixoto na presidência? Não. Esse foi mais um traço da sua ironia para demonstrar um falso interesse pelo assunto e fingir não expor sua opinião, a fim de que isso não acarretasse graves consequências, como uma nova prisão. Além disso, por meio do personagem de Shakespeare, Bilac buscou demonstrar indiferença com os assuntos políticos, mas, caso fosse questionado pelas autoridades florianistas, concordaria com a permanência do Marechal Floriano na presidência. Assim, enquanto Falstaff tentava ignorar as questões acerca da política, ele acreditava que todos os outros políticos seriam iguais ao Floriano Peixoto:

Por que mudar de presidente? Este já nos conhece... Já o habituamos a contar com o nosso medo, com a nossa bravura, com as nossas virtudes, com os nossos vícios... Outro, que venha, terá de perder tempo a estudá-los. Fique este mesmo, que este mesmo nos serve. Outro, que venha, virá fazer o mesmo que este faz. Olha: eles todos são bons...Shakespeare, o meu divino criador, quando me fez, fez-me para conviver com monarcas. Ando rolando com elas nas peças do meu criador! E conheço-os bem, meu tolo amigo... Que te importa a política? Estamos aqui abrigados dentro do nosso cronista; nosso cronista está deitado numa bela *chaise-longue*.³²

Isso tentou demonstrar que Olavo Bilac estava tranquilo e apreciava aquele melancólico domingo chuvoso, mas não. A mente de Bilac fervilhava a respeito daquelas questões políticas ao pensar se Floriano Peixoto iria ou não continuar na presidência. Após alguns dias, um novo estado de sítio foi declarado com o estouro da Revolta da Armada em 6 de setembro de 1893, o que criou um contexto político muito instável. Isso fez o cronista pensar que Floriano Peixoto não convocaria novas eleições e continuaria à frente do país, pois, apesar do novo regime republicano, a política não havia sofrido mudanças significativas, uma vez que a convivência com os monarquistas e o governo repressivo ainda eram realidade:

O Cid sumiu-se. Sir John dormiu. Eu dormi também. A chuva continuava a cair. Meus senhores! Não há nada como as reflexões de um dia de chuva para resolver uma crise política. Principalmente quando se trata de uma crise política do Brasil: canta-se a aria da indiferença, e está tudo acabado.³³

Olavo Bilac concluiu sua crônica com esse parágrafo, mas a crise política não estava resolvida, e muitas questões ainda iriam acontecer como o seu autoexílio. No

³¹ Ibidem.

³²“Chronica Livre”. *Gazeta de Notícias*, 28 ago., 1893, p.1. (Grifos do autor!).

³³ Ibidem.

meio de tanta ironia, a falsa indiferença de Bilac fez muito barulho e gerou muitas consequências para ele, como a prisão em 1892, a fuga para Minas Gerais em outubro de 1893 e uma nova abordagem policial em 1894. Talvez, essa “indiferença” era um modo de continuar publicando nas páginas da *Gazeta de Notícias* apesar do cenário de censura. As eleições não aconteceram em 1893 e Floriano Peixoto ficou no poder até o fim do mandato, em novembro de 1894.

Na *Chronica Livre* não se escrevia sobre outros assuntos a não ser os bombardeios e o governo de Floriano, mesmo que o cronista aparentemente tratasse de assuntos banais e utilizasse ironias para mascarar sua opinião. Ademais, o redator chefe queria a liberdade de comentar os boatos com os seus leitores nas colunas de notícias ou nas de literatura, e o artigo de Araújo tanto evidenciava esse desejo da *Gazeta de Notícias* quanto reivindicava o poder de falar o que o público leitor queria ouvir. Sendo assim, a presença da *Chronica Livre* na primeira página da *Gazeta*, tratando de liberdade através das experiências de Olavo Bilac, foi mais uma forma de o periódico se posicionar diante do autoritarismo de Floriano Peixoto. Contudo, as denúncias de repressão e os comentários sobre política se davam por meio de estratégias literárias, como a ironia e a metáfora, para expor as opiniões mesmo que entrelinhas.

Durante a perseguição política dos opositores, a imprensa fluminense sofreu diretamente os ataques do governo. A *Gazeta de Notícias*, por exemplo, após divulgar a coluna *Cousas Políticas*, de Ferreira de Araújo, no dia 27 de novembro de 1893, foi censurada, suspensa e voltou a circular somente no dia 5 janeiro de 1894. Ao analisar as crônicas de Machado de Assis escritas para esse jornal, Maria Luzia Alves Brito alega, contudo, que:

Diferente do que se poderia esperar, o retorno não foi marcado por um período de placidez política no jornal. Ao contrário disso, a *Gazeta de Notícias* continuou tecendo críticas muito duras ao governo Federal. O que mudou, todavia, foi a forma de construir essas críticas, que apareciam em formatos mais sutis, muitas vezes sem citar nomes, através de textos literários ou disfarçados de anedotas.³⁴

Após as publicações ficarem suspensas entre 27 de novembro de 1893 e 5 de janeiro de 1894, a série *Chronica Livre* voltou a ser veiculada na primeira edição da *Gazeta de Notícias* do ano de 1894. De acordo com o conteúdo das páginas do jornal, esse retorno não foi isento de críticas e a redação do jornal continuou alfinetando a

³⁴ BRITO. *Op. cit.*, p. 38.

falta de legalidade do governo de Floriano Peixoto³⁵. Entretanto, é possível observar uma mudança na postura da redação da *Gazeta de Notícias*, que após o retorno, estava mais cautelosa, porém continuava fazendo suas críticas políticas. Então, quais foram os impactos da suspensão da *Gazeta* e do seu retorno cauteloso nas crônicas do literato?

Desde o nome da série até os temas que surgiram nas crônicas, percebe-se que era recorrente a questão da liberdade de expressão em seus escritos. Ademais, as tensões para Bilac ficaram tão evidentes que o cronista precisou partir da cidade do Rio de Janeiro em novembro de 1893. Por essa razão, parte da série foi escrita fora do Rio de Janeiro, em Ouro Preto, mas, mesmo em Minas Gerais, o autor continuou, direta ou indiretamente, pensando tanto em república quanto em liberdade de expressão e marcou presença nas páginas da *Gazeta de Notícias* entre agosto de 1893 e setembro de 1894. No contexto da Revolta da Armada e de estado de sítio, o controle da imprensa era cada vez mais ostensivo, o que era traduzido em prisões de jornalistas, como as de Olavo Bilac, José do Patrocínio, Plácido de Abreu e Pardal Mallet em 1892.

Embora fossem perseguidos, era com o exercício da literatura que os intelectuais daquele período assumiam eles mesmos a missão de construir um projeto para a sociedade, de pensar os rumos da nação e de tentar “civilizar” tanto os hábitos políticos quanto os hábitos sociais dos cidadãos daquela recém-proclamada República. Apesar da intensa represália, especialmente sobre aqueles que assumiram uma oposição à política florianista, os literatos buscaram estratégias para continuar atuando politicamente através dos seus escritos. Assim, por meio da literatura muitas vezes publicada em jornais, eles continuavam a “difundir suas discussões e seus projetos de uma maneira formativa (...) não se conformando com o “simples registro daquilo que viam no mundo das ruas”³⁶. Portanto, a série de Bilac tentava resistir e militar em prol da liberdade individual e de imprensa em meio a publicação de decretos e perseguições policiais.

³⁵ PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. **O Carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX**. 2ªed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. SOUZA, Ana Paula Cardozo de. **Machado de Assis e a República de “A Semana”: Literatura, Imprensa e Práticas Populares (1892-7)**. Dissertação de mestrado em História. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2015. BRITO. *Op. cit.*

³⁶PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX**. 2ªed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 42.

BIBLIOGRAFIA

ASPERTI, Clara Miguel. **Bilac e a reurbanização do Rio de Janeiro: estudo da crônica dominical da Gazeta de Notícias (1897-1908)**. 2007. 2 v. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2007.

BIGNOTTO, Newton (org.). **Pensar a República**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

BILAC, Olavo. **Chronicas e novelas: 1893-1894**. Rio de Janeiro: Cunha & Irmão, 1894.

BILAC, Olavo. **Vossa Insolência: Crônicas**. Antonio Dimas (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRITO, Maria Luzia Alves; SILVEIRA, Daniela Magalhães. **A República contada a cada Semana: A consolidação do sistema republicano nas crônicas machadianas (1892)**. *Horizonte Científico*. Vol. 10, nº 1, ago. 2016.

CARVALHO, José Murilo. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). **História em Cousas Miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo A. de Miranda (orgs.). **A História Contada: Capítulos de História Social da Literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

COSTA, Sérgio Corrêa da. **A Diplomacia do Marechal: intervenção estrangeira na Revolta da Armada**. 3ªed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.

DARNTON, Robert. **Censores em ação: como os Estados influenciaram a literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

DIMAS, Antonio. **Bilac, o jornalista: crônicas**. V. I São Paulo: Edusp/Unicamp/Imprensa Oficial, 2006.

_____. **Bilac, o jornalista: crônicas**. V. II São Paulo: Edusp/Unicamp/Imprensa Oficial, 2006.

_____. **Bilac, o jornalista: ensaios**. São Paulo: Edusp/Unicamp/Imprensa Oficial, 2006.

ENGEL, Magali Gouveia; SOUZA, Flávia Fernandes de; GUERELLUS, Natália de Santanna. **Os intelectuais e a Imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2015.

_____. **Os intelectuais e a Liga de Defesa Nacional: por um projeto hegemônico de Brasil.** Anais do V Simpósio Estado e Poder – Hegemonia. Niterói: Vício de Leitura, 2008.

FERREIRA Jorge Luiz; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FLORES, Elio Chaves. **A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso.** In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da república à revolução de 1930.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GOMES, Ângela de Castro e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Primeira república: um balanço historiográfico. Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 2, n° 4, p.267-269, 1979.

GOMES, Ângela de Castro et al. **A República no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Getúlio Vargas, 2002.

JESUS, Christianne Theodoro de. **Memórias da repressão política na Primeira República: relatos jornalísticos, memorialísticos e literários da repressão florianista durante a Revolta da Armada (1893-1894).** Dissertação de Mestrado em História. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2018.

JORGE, Fernando. **Vida e poesia de Olavo Bilac.** 6ªed. Osasco, SP: Novo Século Editora, 2007.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. **Olavo Bilac e sua época.** Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1974.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina. **História da Imprensa no Brasil.** 2ªed. São Paulo: Contexto, 2013.

MONTILHA, Thiago Roza Ialdo. **A República e os políticos nas crônicas de Olavo Bilac (1897-1908).** Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, [s.n.]. Niterói, 2014.

NEVES, Margarida de Souza. **Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX.** In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano - O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Livro 1.

NOGUEIRA, Clara Miguel Asperti. **“Crônica”: A suave ironia bilaquiana na Gazeta de Notícias. Patrimônio e Memória.** UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 4, n. 2, p. 198-216, jun. 2009.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República.** São Paulo: Braziliense, 1990.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. **As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas Balas de Estalo de Machado de Assis**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

_____. **A política imperial nas “Cousas Políticas” e nas “Balas de Estalo da Gazeta de Notícias: o jornalismo dos últimos anos da monarquia (1883-1884)**. *História e Cultura*, v. 3, p. 7, 2014.

<https://doi.org/10.18223/hiscult.v3i1.1182>

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da república à revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SAES, Guillaume Azevedo Marques de. **A República e a Espada: A Primeira década republicana e o florianoismo**. Dissertação de Mestrado em História Social. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, [s.n.]. São Paulo, 2005.

SANTANA, João Rodrigo Araújo. **A modernização do Rio de Janeiro nas crônicas de Olavo Bilac (1890-1908)**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. [s.n.]. Salvador, 2013.

SILVA, Ana Carolina Feracin da. **Entre a pena e a espada: literatos e jacobinos nos primeiros anos da República (1889-1895)**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP: 2001.

SILVESTRE, Fernanda Munhão Martins. **As Crônicas de Bilac nas Revistas Ilustradas A Cigarra (1895) e A Bruxa (1896-1897)**. Dissertação de Mestrado em Letras: Literatura e Vida Social. Assis, SP: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), 2008.

SIMÕES JÚNIOR. Alvaro Santos. **A “Crônica” de Bilac em A Bruxa (1896-1897)**. *Revista da Anpoll*. Nº 38, p. 144-155, Florianópolis, jan./jun., 2015.

<https://doi.org/10.18309/anp.v1i38.843>

_____. **A sátira do Parnaso**. São Paulo: Ed. da UNESP e FAPESP, 2007.

_____. **A contribuição de Bilac para a crônica brasileira. O eixo e a roda**. V. 9/10, Belo Horizonte, 2003/2004.

<https://doi.org/10.17851/2358-9787.9.0.235-246>

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SOUSA J. Galante de. **Olavo Bilac e seus pseudônimos**. In: Machado de Assis e outros estudos. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1941.

SOUZA, Ana Paula Cardozo de. **Machado de Assis e a República de “A Semana”:** **literatura, imprensa e práticas populares (1892-7)**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP: 2015.

Capítulo 2

ACORDOS MULTILATERAIS AMBIENTAIS: UM BALANÇO SOBRE O TRATADO DE QUIOTO

Everton Luís de Souza Júnior

Doutorando em Geografia Física pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Física da Universidade de São Paulo.

Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

E-mail: evertonlsjr@usp.br

Resumo: O Protocolo de Quioto, acordo internacional com mote de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, que são lançados na atmosfera pela ação humana, foi o primeiro a estabelecer metas de reduções a serem cumpridas pelos países participantes, mormente as nações consideradas desenvolvidas, responsáveis por grande parte de emissões de gases poluentes e nocivos à estabilidade climática do planeta. Como instrumentos auxiliares, criou a Implementação Conjunta, o Comércio de Emissões e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, os quais inovaram em ações flexibilizadoras ambientais, quando se separou a preservação da natureza, e suas consequências tanto positivas quanto negativas, do território na qual a ação se encontra, favorecendo então o neoliberalismo e formas capitalísticas de apropriação da natureza em nova escala, com a criação de um mercado de ar de âmbito ficcional. Porém, o Tratado se encerrou no ano de 2020, com muitas questões sem solução, sem efetivamente ter atingido todas as metas propostas e abriu ainda novas discussões, como a real eficácia de determinados governos em atuar em causas ambientais ou mesmo da credibilidade sobre mudanças climáticas, a partir dos dados científicos divulgados e acumulados ao longo dos anos; as ações mercadológicas como ferramentas realmente redutoras de emissões de gases estufa e se foi um Tratado que obteve sucesso, no sentido jurídico-político, diplomático e, principalmente, na resolução do que se propôs: a redução de emissões de gases poluentes. O objetivo do presente artigo é discutir o Tratado de Quioto à luz dessas questões e fornecer bases para a ciência geográfica sobre o tema, reforçando a importância de análises geopolíticas e econômicas na esfera ambiental.

Palavras-chave: Tratado de Quioto. Acordos Multilaterais Ambientais. Políticas ambientais. Geopolítica ambiental. Flexibilização ambiental.

Abstract: The Kyoto Protocol, an international agreement with the motto of reducing greenhouse gas emissions, which are released into the atmosphere by human action, was the first to establish reduction targets to be met by participating countries, especially those considered developed, responsible for a large part of polluting gas emissions that are harmful to the planet's climate stability. As auxiliary instruments, it created the Joint Implementation, the Emissions Trading and the Clean Development Mechanism, which innovated in environmental flexible actions, when the preservation of nature, and its positive and negative consequences, was separated from the territory in which the action is found, thus favoring neoliberalism and capitalist forms of appropriation of nature on a new scale, with the creation of a fictional air market. However, the protocol ended in 2020, with many unresolved issues, without having effectively reached all the proposed goals, and started new discussions, such as the real effectiveness of certain governments in acting on environmental causes or even the credibility of climate change, based on scientific data disseminated and accumulated over the years; the marketing actions as tools that really reduce greenhouse gas emissions and how successful the protocol really was, in the legal-political, diplomatic sense and, mainly, in the resolution of its purpose: the reduction of polluting gas emissions. The aim of this article is to discuss the Kyoto Protocol in light of these issues and provide bases for geographic science on the subject, reinforcing the importance of geopolitical and economic analyzes in the environmental sphere.

Keywords: Kyoto Protocol. Multilateral Environmental Agreements. Environmental policies. Environmental geopolitics. Environmental flexibility.

INTRODUÇÃO

O tema ambiental, que internacionalmente se consagrou como assunto geopolítico na década de 1970, com a realização da primeira conferência internacional sobre o meio ambiente, estava em primeiro plano na agenda geopolítica na década de 1980 com a divulgação do Relatório Brundtland; a adoção do conceito de desenvolvimento sustentável como mote para o futuro do planeta; a realização de grandes conferências como a de Viena, em 1985 e a de Montreal, em 1987, a qual criou o *Intergovernmental Panel on Climate Change* – IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) e colocou o tema “clima e as mudanças climáticas” como uma pauta importante a ser debatida, além da grande cobertura midiática para assuntos ligados à temática, como a redução da camada de ozônio pelo uso de clorofluorcarbonos; as frequentes queimadas ocorridas na Amazônia; e acidentes, como o vazamento de gás tóxico em Bhopal, Índia, em 1984 ou a explosão do reator da usina nuclear de Chernobyl, na Ucrânia, em 1986.

A globalização da natureza (PORTO-GONÇALVES, 2006) e a decorrente socialização dos danos (BECK, 2011), que transformaram a sociedade global e seu entendimento sobre meio ambiente, passaram a ser temas recorrentes na mídia e tudo isso acarretou a institucionalização da temática ambiental em nível internacional via Organização das Nações Unidas - ONU.

Com efeito, a década de 1980 viu o desabrochar de novos conceitos no bojo do direito internacional, dentre eles os constituintes do nosso foco de estudo que foram agrupados como “Direito Internacional do Meio Ambiente” (MAZZUOLI, 2019, p. 1510) que passavam a regular situações normativas ambientais na esfera jurídica, algo extremamente importante para a configuração dos acordos e tratados multilaterais e que atingiu sua maturidade com o desenvolvimento da diplomacia multilateral da ONU, inaugurando uma época da consolidação de mecanismos normativos universais legalmente vinculantes (VIOLA, FRANCHINI, 2018).

Nesse ínterim, elaborou-se a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima - CQNUMC (*United Nations Framework Convention on Climate Change* - UNFCCC). Criada a partir da formação de uma Comissão Negociadora Internacional, instituída na Assembleia Geral da ONU em 1990 e não no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, “para dar suporte aos esforços conjuntos de todos os países e estabelecer um compromisso internacional de redução das emissões desses gases” (BIATO, 2005, p.233), foi colocada para assinatura na “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento”, a Rio-92, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, e entrou em vigor em 21 de março de 1994, após o depósito do quinquagésimo instrumento de ratificação.

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, foi inovadora, tendo em vista ser um modelo dotado de multilateralidade, conformado por uma alta flexibilidade (BIATO, 2005), tendo por objetivo a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa lançados na atmosfera em níveis que impeçam a interferência humana perigosa no sistema climático do planeta como um todo (BIATO, 2005) e respeitando a soberania dos países, que são responsáveis por seus ecossistemas (mas sem perder o foco no transfronteiriço e nos danos que podem ser identificados nessa esfera), a importância de sumidouros de carbono como forma de mitigação ambiental e ainda as diferentes posições dos países nesse cenário (CQNUMC, 1998).

E é dentro dessa estrutura que se encontra o Tratado de Quioto, o primeiro grande acordo a respeito de reduções de emissões de gases causadores de um efeito estufa acima do limite considerado normal para o planeta, já acordado internacionalmente e que se findou no ano de 2020, com muita polêmica, com pontos positivos e negativos durante seus dois períodos (2008-2012 e 2013-2020).

O intuito do presente trabalho é analisar o Tratado de Quioto, apontando os pontos delicados e o porquê ficou aquém do esperado, tendo em vista o não cumprimento das metas pelos países participantes e ter focado apenas na precificação de carbono – a internalização das externalidades –, incentivando a criação de um mercado de ar de âmbito fictício, mas sem sugerir ações realmente efetivas e inovadoras.

Reforça-se aqui também o esforço teórico para interpretar a realidade e seu desenrolar por meio de conceitos geográficos pertinentes, buscando compreender a estrutura conformadora da geopolítica ambiental que, por seu turno, subsidia o fornecimento de elementos teóricos e metodológicos a mais para o saber geográfico, fomentando novas formas de apreender o mundo e entender a questão ambiental e climática do planeta - em seu aspecto técnico e político -, o que é de salutar importância para a disciplina e, ainda, suscitando diferentes proposições e indagações com análise crítica e acurada sobre os discursos oficiais e políticos construídos na escala do poder global.

A conformação do Tratado de Quioto

A terceira Conferência das Partes Signatárias da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima foi realizada em Quioto, Japão, em 1997, e dentre diversos assuntos, decidiu-se transformar os índices de reduções propostos na Convenção-Quadro de voluntários para obrigatórios e criou novos mecanismos para regular tais índices e diversificar o modo de operar na questão climática e ambiental, mas sem criar sanções para os países que não cumprissem o que fora acordado.

Colocado para assinatura em 1998 – com o nome Protocolo de Quioto – entrou em vigor no dia 16 de fevereiro de 2005, após terem sido atendidas as condições exigidas, cuja ratificação deveria ser de, no mínimo, 55% dos países membros da CQNUMC responsáveis pela emissão de 55% de gases de efeito estufa - GEEs em

1990. Atualmente, são 173 países signatários de Quioto, que com seu início, transformou-se em Tratado.

Em um primeiro período de compromissos, estipulado de 2008 a 2012, 37 países industrializados, incluindo a União Europeia, comprometeram-se a reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEEs), especialmente o CO₂, para uma média de 5% em relação aos níveis de 1990 e foram listados no denominado “Anexo I” ou “Anexo B”.

Um segundo período de compromisso foi estabelecido, o qual as Partes se comprometeram a reduzir as emissões de GEEs em níveis, pelo menos, 18% abaixo dos registrados em 1990. Neste segundo período, cujo o lapso temporal é de oito anos – 2013 a 2020 – e foi acordado em 2012 na COP 18, em Doha, Qatar, além destas metas mais ambiciosas, houve ainda fortalecimento do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, um dos instrumentos criados dentro do Tratado, como instrumento mercantil auxiliador na redução de dióxido de carbono e o principal a ser incentivado como símbolo de tentativas de coadunar desenvolvimento econômico com a preservação da natureza (SABBAG, 2013; SOUZA JÚNIOR, 2013). E ainda, por fim, iniciou-se a discussão de um novo acordo que viria a substituir o Tratado a partir de 2020, com metas mais rígidas e algumas mudanças nos instrumentos e na divisão dos países.

Portanto, aquilo que já fora acordado na Convenção-Quadro como um limiar de referência tornou-se obrigatório com o Tratado de Quioto. A ideia era implementar um processo contínuo de ações e de negociações conforme as pesquisas científicas avançavam e traçavam novas perspectivas para a questão ambiental e climática.

O Tratado que inicialmente fora formatado como Protocolo, possui 28 artigos, os quais dão as diretrizes gerais sobre a regulamentação de ações para mitigação ambiental, direcionam a questão, delimitam e esclarecem temas e ainda definem as participações.

Segundo o caput do artigo 3º do Tratado,

As Partes incluídas no Anexo I devem, individual ou conjuntamente, assegurar que suas emissões antrópicas agregadas, expressas em dióxido de carbono equivalente, dos gases de efeito estufa listados no Anexo A não excedam suas quantidades atribuídas, calculadas em conformidade com seus compromissos quantificados de limitação e redução de emissões descritos no Anexo B e de acordo com as disposições deste Artigo, com vistas a reduzir suas emissões totais

desses gases em pelo menos 5 por cento abaixo dos níveis de 1990 no período de compromisso de 2008 a 2012. (CQNUMC, 1998, p.3).

No intuito de fazer as partes cumprirem o que fora acordado em outros tratados, como a Agenda 21 e a Declaração sobre as Florestas, assinadas na Rio-92, e que versam sobre reservas florestais e o cuidado por parte dos países, o Tratado delimita, em seu artigo 5º, o período de um ano para que as partes criem sistemas nacionais para monitorarem os gases que são expelidos para atmosfera e também para criarem um sistema que afere as remoções antrópicas por “sumidouros de carbono”, isto é, florestas e áreas verdes (o termo floresta também é usada para áreas de reflorestamento) que consigam capturar o dióxido de carbono da atmosfera, diminuindo assim as consequências da variabilidade do clima, além de serem usados como moeda de troca, isto é, reservas de valor.

Existem também especificações no que se refere à metodologia para a redução na emissão de GEEs, isto é, quais instrumentos técnicos as partes deverão desenvolver e se utilizar a fim de alcançar suas metas, sendo estas no âmbito mercantil-financeiro e territorial. No território, as mudanças empregadas são a ampliação de áreas verdes e o incentivo de manutenção destas em outros países, e instrumentos de reordenamento territorial, especialmente em territórios periféricos (SOUZA JÚNIOR, 2013), como zoneamentos ecológicos-econômicos, zoneamentos costeiros, políticas e fiscalizações ambientais, entre outros (BECKER, 2001; 2009).

Por sua vez, as medidas tocantes ao setor econômico-financeiro são as que criam a valoração de produtos anteriormente não dotados de valor, isto é, de possuírem valor de troca no mercado financeiro, como gases de efeito estufa, especialmente o CO₂. Em um pregão de venda de reduções, os países podem negociar suas ações de forma a cumprirem o acordado e conseguirem financiamento para os projetos ambientais e inovações tecnológicas, estabelecido então um mecanismo de mercado ambiental.

Farias *et al.* (2013) explica o mecanismo de mercado dentro da seara da questão ambiental.

Mecanismo de Mercado: expondo os instrumentos econômicos de regulação ambiental, têm sua origem no princípio do poluidor-pagador, em que o agente causador da poluição ou degradação ambiental deve, de alguma forma, internalizar as externalidades ambientais negativas oriundas de suas atividades ou compensar as pessoas afetadas e o meio ambiente, conceito discutido desde a Conferência das Nações

Unidas sobre o Meio Ambiente de 1972, em Estocolmo. Especialmente com o aprofundamento da globalização, tem-se o mercado como ator importante na regulação de relações entre indivíduos e organizações e percebe-se que nas discussões climáticas este papel encontra-se altamente fortalecido, especialmente pelo advento do Mercado de Carbono. (FARIAS *et. al*, 2013, p.17).

Este mecanismo mercadológico, que envolve territórios diferentes, em países e continentes distintos, foi o estabelecido pelo Tratado como flexibilização ambiental, suportado pela CQNUMC, devido ao fato de a natureza ser “global”, isto é, a natureza, e por consequência as mudanças climáticas, não se restringem às fronteiras nacionais.

Destarte, uma redução em um país sem metas estabelecidas no Tratado poderia ser comprada por um outro país com metas estipuladas, e abatendo-se no total final de emissões. Portanto, o mote do Tratado, no que tange aos instrumentos mitigatórios, passou a ser a criação de formas de regulação ambiental (FARIAS *et. al*, 2013), de maneira a não constranger o crescimento econômico com a crise ambiental que se avizinha. Assim, para satisfazer tanto uma demanda efetiva – reduzir a poluição – quanto uma demanda imprescindível do capital, de ter sempre novos campos abertos a novos investimentos (HARVEY, 2011), tais objetos foram internalizados na economia e no ciclo produtivo: criou-se um “mercado de ar” (BECKER, 2009).

A grande inovação do Tratado de Quioto foi, portanto, a criação de três mecanismos de flexibilização ambiental, que delinearam a partir de então como seriam resolvidas as questões ambientais: por meio de processos mitigatórios, de perfil técnico-financeiro, pautando a coadunação dos princípios do desenvolvimento sustentável, com a preservação da natureza, tendo por respaldo a inovação tecnológica como solução e saída às novas questões.

Os três mecanismos foram tema central da sexta COP, no ano de 2000, realizada em Haia, Holanda, na qual se estruturou o funcionamento dos mesmos, que tinham o intuito de auxiliar os países a cumprirem suas metas dentro do Tratado, mas que foi terminada na sétima COP, em Marraquexe, Marrocos. Daí saíram os Acordos de Marraquexe, que trouxeram a definição dos mecanismos de flexibilização, a decisão de limitar o uso de créditos de carbono gerados de projetos florestais do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e ainda o estabelecimento de alguns fundos

de ajuda a países em desenvolvimento voltados a iniciativas de adaptação às mudanças climáticas (BIATO, 2005).

O primeiro instrumento é o Comércio de Emissões. A ideia é que os países que podem atingir suas metas mais facilmente, devido a custos mais baixos na implantação de técnicas, vendam o excedente aos países com custos mais altos e taxas mais elevadas de reduções (FEIJÓ; AZEVEDO, 2006; SABBAG, 2008; MAGALHÃES, 2011).

Segundo Seiffert (2010), os países industrializados que queiram participar deste mercado podem vender até 10% de seus níveis de emissões, mas para isso, devem ter empregado medidas efetivas de redução. Isto permite também separar quem paga pelo controle das emissões e quem instalará o controle de emissões (SEIFFERT, 2009; 2010). A razão de ser desse instrumento econômico é promover a troca de metodologias de ações empregadas nos países e métodos mais eficazes de redução de poluentes.

Outro instrumento apresentado pelo Tratado é a Implementação Conjunta, que autoriza países que fazem parte do Anexo I a implantarem projetos que visem a redução de emissões ou a captura de carbono da atmosfera em países também do Anexo I (FEIJÓ; AZEVEDO, 2006), no qual o custo da redução seja mais baixo, conseguindo abater em suas cotas totais. A ideia desse auxílio seria para a criação e troca de tecnologia verde, como a padronização ISO 14000 e ISO 14001 (SEIFFERT, 2010) e outros recursos para aplicação de técnicas sustentáveis.

O terceiro instrumento do Tratado de Quioto é o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, que permite aos países do Anexo I compensarem suas emissões de gases de efeito estufa por meio de projetos que os combine com as emissões dos países que não possuem metas definidas no Tratado e receber créditos por isso denominados de Reduções Certificadas de Emissões - RCEs (em inglês, *Certified Emission Reductions* – CER). Para serem aprovados, os projetos precisam efetuar mudanças reais, mensuráveis e de longo prazo para a mitigação da mudança do clima e que tenha a sustentabilidade como eixo condutor.

O artigo 12, parágrafo 2º, define em linhas gerais o objetivo deste mecanismo.

O objetivo do mecanismo de desenvolvimento limpo deve ser assistir às Partes não incluídas no Anexo I para que atinjam o desenvolvimento sustentável e contribuam para o objetivo final da Convenção, e assistir às Partes incluídas no Anexo I para que

cumpram seus compromissos quantificados de limitação e redução de emissões, assumidos no Artigo 3. (CQNUMC, 1998, p.11).

O artigo 10 do Tratado assevera a permissão da ação para redução de emissões em quaisquer setores da economia, seja por instalação de sumidouros de carbono, seja pela implantação de técnicas na redução do impacto da ação humana no ambiente. No entanto, no artigo 3º, parágrafo 13, o Tratado assinala que se o país integrante do Anexo I não conseguir reduzir suas emissões pode então se utilizar das cotas de outras partes que não as possuem ou mesmo estão abaixo de metas estipuladas.

Outro ponto focal do Tratado é para a tecnologia. A inovação científica como geradora de novas formas de redução de emissões, ou seja, o incentivo a adoção de tecnologias ambientalmente sustentáveis, que possam ser avaliadas com resultados mensuráveis e efetivos, no intuito de configurar uma globalização da “tecnologia verde”, com reduzida emissão de GEEs e que possibilite atingir as metas do Tratado e possa se reduzir o aquecimento global e a consequência alteração do clima terrestre. É o que exorta o inciso c do parágrafo 1º do mesmo artigo.

Cooperar na promoção de modalidades efetivas para o desenvolvimento, a aplicação e a difusão, e tomar todas as medidas possíveis para promover, facilitar e financiar, conforme o caso, a transferência ou o acesso a tecnologias, know-how, práticas e processos ambientalmente seguros relativos à mudança do clima, em particular para os países em desenvolvimento, incluindo a formulação de políticas e programas para a transferência efetiva de tecnologias ambientalmente seguras que sejam de propriedade pública ou de domínio público e a criação, no setor privado, de um ambiente propício para promover e melhorar a transferência de tecnologias ambientalmente seguras e o acesso a elas. (CQNUMC, 1998, p.13).

As últimas linhas do trecho selecionado acima demonstram a escolha tomada pelo Tratado no intuito de fazer cumprir o acordado: colocar o mercado e, por consequência, as inovações tecnológicas produzidas dentro do arcabouço “ambientalmente sustentável”, como transferidor de tecnologias e responsável por preservar a natureza. O setor privado que, passou a liderar o movimento da economia verde e de inovação da tecnologia, ocupou-se agora com a criação de instrumentos de certificação e padronização ambiental, aliado à tecnologia de ponta, que serão colocadas como modelos a serem emulados. Estes podem ser então incorporados pelas outras partes.

O Tratado de Quioto e as contendas geopolíticas: a realidade bate à porta

Acordos como o Tratado de Quioto, o qual inovou em propor alternativas às questões a respeito das mudanças climáticas que estão sendo percebidas pela humanidade e que ensejam a diminuição de emissões de poluentes forçantes do aquecimento médio do clima do planeta – que, por sua vez, reflete em alteração da produção e “possíveis” perdas econômicas – não são fáceis de serem seguidos e muito menos serem aprovados por todas as nações, que se veem prejudicadas com imposições, e que esbarra em diversas situações como soberania e divergentes consensos sobre preservação, desenvolvimento econômico e crescimento.

A falta de implementação de instrumentos efetivos tornou o Tratado mais discutido e debatido do que realmente aplicado (PORTO-GONÇALVES, 2006): diluiu-se os objetivos em meio a divergências entre as nações; houve (e há) dificuldades de colocar em prática instrumentos mensuráveis; há diferentes posições de nações emissoras e os questionamentos recentes sobre a validade dos dados científicos, redundando em perda do foco em ações práticas, principalmente com o estabelecimento de metas que não foram cumpridas. E isso ocorreu pelas diversas contestações acerca de quão assertivas são as previsões da ciência sobre as mudanças climáticas e o crescimento do ceticismo sobre um possível cenário de mudanças, o que acarretou a extensão do período do Tratado e a saída de alguns países.

E a COP-18, ocorrida em Doha, em 2012, veio a confirmar ainda mais a fragilidade do acordo, tendo em vista que Rússia, Nova Zelândia, Japão e Canadá se retiraram do Tratado (UNFCCC, 2013), ou seja, renunciando às metas impostas do novo compromisso (de 2013 a 2020). Com isso, os esforços e os desafios para uma tentativa de frear as mudanças climáticas ficaram maiores, tendo em vista que os países que possuem metas de reduções e que permaneceram no acordo, perfazem um total de 15% das emissões de GEEs no planeta, número muito abaixo para uma real solução da questão.

Com efeito, o próprio Protocolo de Quioto já nasceu enfraquecido pelo fato da não adesão dos Estados Unidos e sua saída total em 2001. Durante todo o governo de Bill Clinton (1993-2000) houve dúvidas e contestações a respeito das análises dos cientistas, mas ao fim de seu mandato reconheceu formalmente que havia uma relação entre a queima de combustíveis fósseis e o aquecimento global e os EUA

propuseram diminuir 7% suas emissões, assinando o Tratado mas não ratificando-o. Para Porto-Gonçalves (2006), não o ratificaram pela grande influência de grupos empresariais estadunidenses “que, ao determinar a base da matriz energética mundial centrada nos combustíveis fósseis, garantem a hegemonia política estadunidense por meio dessa base tecnológica” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.336).

No ano de 2001, o presidente George W. Bush (2001-2008) retirou definitivamente o país do Protocolo alegando que os cientistas não tinham certeza dos reais danos à atmosfera, que a economia estadunidense seria a mais afetada porque, ao responder por 36,1% de emissões de GEEs, deveria investir maciçamente na alteração de seu paradigma produtivo, o que redundaria em possíveis perdas econômicas (BIATO, 2005; PORTO-GONÇALVES, 2006), e, ainda, o principal motivo da discordância, que os países em desenvolvimento (semiperiferia) – principalmente Brasil, China, Índia e Coreia do Sul – não possuíam metas definidas e estavam sendo tratados como países à parte, ou seja, como países considerados no discurso oficial como “nações em desenvolvimento” e, portanto, sem metas de reduções, apesar de estarem entre os maiores emissores de GEEs.

Outro ponto de discórdia da não participação estadunidense no Tratado foi a proposta do princípio poluidor-pagador, feita pelo Brasil (RIBEIRO, 2001; LAGO, 2006), advindo de uma expansão das responsabilidades comuns porém diferenciadas e que se desdobraria em aumento de fundos para ajudar os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento a superarem o atraso em suas economias, a incrementar mudanças ecológicas e tecnológicas em seus processos produtivos; endossando ainda o corolário da responsabilidade que os países desenvolvidos possuem de comandar ações para salvaguardar o clima.

Durante o governo de Barack Obama (2009-2016) a situação não se alterou. Com a premissa de ser a maior economia do mundo, os EUA se mantiveram fora do Tratado, tentando buscar acordos bilaterais e ainda pressionando para que ações mercadológicas fossem adotadas, ou seja, ações típicas de mercado, como um comércio de redução, seriam as soluções com melhor custo benefício para todos. Além disso, Obama em reuniões como na COP 15 – Conferência de Copenhague, na Dinamarca, em 2009, deixou claro que não haveria negociações enquanto China, o maior emissor mundial de CO₂ da atualidade (HARVEY, 2018), não fosse colocada como parte do Anexo I.

A situação se tornou mais delicada com o governo de Donald Trump (2017-2020) que retirou o país de todos os acordos, iniciando uma brigada contra a ciência, contra as tentativas mundiais de reduzir emissões e ainda angariando países nessa luta, como o Brasil, que com o atual governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), tomou uma posição reacionária e retrógrada com relação ao meio ambiente e questionando as mudanças climáticas, a ciência e as políticas ambientais.

A flexibilização ambiental ou alguns indícios de o porquê o Tratado não cumpriu suas metas

A doutrina neoliberal se tornou, a partir da década de 1990, a ortodoxia econômica que supostamente tiraria o mundo do caos da década predecessora e absorveria, de maneira positiva, com a queda da URSS e o fim da Guerra Fria, a nova ordem mundial. O capitalismo deteve para si as prerrogativas de escolhas: quais os lugares, quais camadas sociais ou biomas o interessava mais (CHESNAIS, 1996), em seus momentos de acumulação flexível (BENKO, 2002; HARVEY, 2011) e um novo ciclo de compreensão do tempo-espaço na organização do capitalismo (HARVEY, 2012)

Com a adoção do paradigma neoliberal após o fim da Guerra Fria, instaurou-se uma nova forma de articular o mundo após o fim da história apregoado por muitos, uma vez que o que fora proposto foi o zênite da internacionalização do mundo capitalista (SANTOS, 2001, p.12), isto é, a globalização. “A palavra-chave passou a ser *mobilidade*, que resume o fundo comum das estratégias de acumulação flexível” (CHESNAIS, 1996, p.23, grifos do autor), e o novo sistema de técnicas, com novas intencionalidades escamoteadas em seu bojo, passam a se espriar por todos os países.

O capital financeiro tornou-se o ator principal desse tempo, passando a controlar o Estado, as vontades e necessidades humanas, e gerenciar e operacionalizar racionalmente o meio ambiente – e o mercado, numa unicidade das técnicas e tempos (SANTOS, 2001). Com a evolução da tecnologia e dos meios de comunicação, principalmente com a popularização da *internet*, as transações monetárias se tornaram desterritorializadas, não precisando mais de um fixo para lucro ou mesmo sem ligação com a produção real (HARVEY, 2012), uma vez que o

lucro se obtém com sua circulação e novas formas organizacionais e de tempo “real” como o *just in time* (SANTOS, 2001; HARVEY, 2012).

Os fixos agora têm a função de permitir que o capital flua e circule no mercado de maneira mais livre, não havendo fricções que o impeçam. “Dessa forma, as condições de circulação e distribuição se tornavam cada vez mais independentes de condições propriamente locais e cada vez mais dependentes de um nexos que escapava à comunidade” (SANTOS, 2014, p.60). A globalização do capital é intensificada e novos territórios são alcançados, “acelerando o tempo da produção” (MARTINEZ ALIER, 2017, p.290).

Com o neoliberalismo, o mercado se coloca como protagonista e o Estado como administrador do território, o qual centra sua conduta para estabelecer melhores condições à ação de agentes privados, em diferentes níveis de atuação espacial. E com a natureza não foi diferente. Ela deveria ser gerenciada no mercado e pelos agentes do mercado.

Supor que os mercados e a sinalização do mercado podem melhor determinar as decisões de alocação é supor que tudo pode em princípio ser tratado como mercadoria. A mercadificação presume a existência de direitos de propriedade sobre processos, coisas e relações sociais, supõe que se pode atribuir um preço a eles e negociá-los nos termos de um contrato legal. Há aí o pressuposto de que o mercado funciona como um guia apropriado – uma ética – para todas as ações humanas. (HARVEY, 2011, p.178).

Os agentes econômicos neoliberais passaram a tratar a natureza não mais como algo sagrado, “natural”, impreciso, pré-capitalista, mas como algo passível de gerenciamento e racionalidade, ou o tema hoje muito divulgado de “gestão ambiental” (NEDER, 2002; SEIFFERT, 2010, SÁNCHEZ, 2015), na qual a natureza é gerida, dentro do paradigma newtoniano-cartesiano, como uma entidade máquina e podendo ser dissecada em partes e incluída, portanto, como propriedade privada (HARVEY, 1996).

As novas formas de relacionamento com a natureza permitiram ao sistema capitalista de doutrina neoliberal tratar a situação ao seu favor ao retirar o peso de ter destruído durante o último século os ecossistemas terrestres e ter desarticulado social, cultural, econômica e territorialmente as populações originárias e unir-se ao ideário de preservação, com novas técnicas – modernas e sustentáveis – e que agora unem o desenvolvimento à preservação da natureza, tendo em vista que a

manutenção da lucratividade força os capitalistas a explorarem novas possibilidades, novos “nichos de mercado”, criando novas necessidades (HARVEY, 2012).

O capital sai, portanto, de um país desenvolvido e se instala em países subdesenvolvidos, obtendo uma vantagem máxima (isto é, se aproveitando das ilhas de sintropia ecológicas [ALTVATER, 1995]), tendo em vista que os contratos sob o neoliberalismo são de curtíssimo prazo (e porque a incerteza está à espreita, já que um recurso natural pode desaparecer sem dar sinais prévios) (HARVEY, 2011, p.188) e após esgotar esse máximo retorno, volta ao país central ou segue o caminho para outro país. Assim sendo, a diferença entre industrializações e modos de vida é fundamental.

As saídas que se propuseram dentro do modo de produção capitalista giraram em torno do incremento da tecnologia “verde”, da otimização produtiva e da criação de mercados: mercado de captura de carbono; mercado de certificação ambiental; mercado de fármacos; mercado de exportação de *commodities* produzidas em consonância com legislações internacionais sobre proteção ambiental; instrumentos de certificação ambiental – ISO 14000 e suas variantes – entre outros. Tais situações são advindas da “modernização ecológica” (MOL, 1995; MARTINEZ ALIER, 2017).

A base estruturante das ações é a dominação técnico-científica da natureza, uma vez que seria a ideia prometeica de liberação da escassez e das arbitrariedades das calamidades naturais (HARVEY, 2012, p.23) e domínio tecnológico para obter vantagens sobre a concorrência. “O período atual tem como uma das bases esse casamento entre ciência e técnica, essa tecnociência, cujo uso é condicionado pelo mercado” (SANTOS, 2001, p.32).

Como o recurso natural não pode ser utilizado novamente no mesmo processo, “isto é, que sirva à satisfação das necessidades humanas, sem que haja novos dispêndios de energia” (ALTVATER, 1995, p.52) a ideia de todos os processos técnicos criados foram, portanto, precificar as externalidades, de forma a reinseri-las no mercado, isto é, a destruição ambiental pode ser compensada monetariamente e restaurada (MARTINEZ ALIER, 2017, p.139). Isso foi o mote para a criação dos instrumentos do Tratado de Quioto, que amplia o mercado ao reutilizar uma externalidade dos processos de produção: os gases de efeito estufa.

As medidas tocantes ao setor econômico-financeiro inseriram novos objetos no ciclo mercadológico, ou seja, antes não valorizados nem valorados como mercadorias. Até então sem valor na sociedade e, portanto, sem valor como mercadoria, uma vez

que, segundo Marx (apud Harvey, 2013), algo deve possuir um valor social para poder ter então um valor de troca e um valor de uso, já que o valor é imaterial, mas sempre objetivo (HARVEY, 2013; 2018), o valor social, o valor de uso e o de troca dos gases de efeito estufa foram então reinseridos na lógica do capital, criando um mercado fictício de carbono e gases poluentes.

Tal mercado, portanto, institucionalizou o direito de poluir, com o pretexto de se diminuir os custos da operação. Ao invés de reduzir emissões, os emissores pagam a outros que estão abaixo de suas cotas para que mantenham em seus territórios áreas verdes incólumes à degradação e exploração, sequestradoras de gases de efeito estufa. Afinal, “pagar alguém para poluir menos pode ser mais sábio, tanto para o comprador como para a sociedade como um todo...” (FARIAS et. al, 2013, p.19).

A adoção de preços a objetos antes não valorados constituiu para Martínez Alier (1998), a ampliação do mercado, que significou taxar crematisticamente os recursos e funções ambientais que estavam fora do mercado, isto é, de inserir como mercadorias coisas antes não imputáveis e não valoradas. Para Harvey (1996), essa arbitrariedade em precificar faz com que a natureza esteja à mercê da volatilidade do mercado, sendo uma *commodity*.

A globalização neoliberal propôs um reducionismo mercantil (GUDYNAS, 2002) à questão ambiental; tudo não passa agora de alocação racional dos recursos naturais e internalização das externalidades em âmbito mercadológico e a suposição de que valorar a externalização e ampliar o mercado poderia resolver a crise ambiental, seguindo os pressupostos da economia tradicional (MARTÍNEZ ALIER, 2017).

Não importa o quão sofisticado o método para valorar “ativos ambientais” (mesmo assumindo que a distinção entre o natural e o humano criado pode ser feita), as contas dependem necessariamente de suposições arbitrárias: a tentativa de entregar um estoque constante de ativos de capital (tanto construídos de maneira humana quanto de ocorrência natural) medidos em termos de dinheiro tão arbitrários quanto as suposições³⁷. (HARVEY, 1996, p.152-153).

Houve a aliança perfeita entre doutrina neoliberal – a mercantilização de todas as instâncias da vida – e o ambiente, com a adoção do conceito de desenvolvimento sustentável; afinal o sistema ideológico predominante é o da valoração e da

³⁷ No original: “No matter how sophisticated the method for valuing ‘natural assets’ (even assuming the distinction between natural and humanly created can be made), the accounts necessarily depend on arbitrary assumptions: the attempt to hand on a constant stock of capital assets (both humanly constructed and naturally occurring) measured in such money terms as is arbitrary as the assumptions”.

ecomização de tudo (SANTOS, 2001), isto é, salvar o mundo de mudanças climáticas deve ser dado como tarefa ao mercado, que solucionaria todo o imbróglio.

Ao introduzir o carbono como *commodity*, a ideia era que pela lei da oferta e da procura, os preços fossem regulados, compensando o investimento em *commodities* verdes. Os projetos de MDL seriam então grandes fontes de investimento para países menos desenvolvidos, que arrecadariam mais investimentos de países desenvolvidos. No entanto, com o passar dos anos, os investimentos foram caindo, os preços baixando e o carbono se tornou a *commodity* com o valor mais baixo, sendo cotada em 2019 a U\$1 dólar a tonelada.

Ou seja, a ideia de realocar os problemas da natureza e de mudanças climáticas para o mercado não solucionou o problema; pelo contrário, criou outro, aprofundou as divergências e ainda fez com que na última COP, em Madrid, 2019, várias situações fossem discutidas e revistas, principalmente devido às novas ideias retrógradas de alguns países. Portanto, não é mais tão lucrativo investir em negócios verdes; os custos de operação não absorveram os lucros; o setor privado não vê mais indícios lucrativos nessas operações.

Considerações Finais

A financeirização alcançou o âmbito ecológico ao se valorar um gás por meio de instrumentos financeiro-mercantis, através de cálculos extremamente complicados, que podem ou não ser confiáveis – afinal é fetichismo técnico-científico achar que cálculos podem não ser falhos – o que permite a comercialização de gases poluentes entre países da seguinte forma: quanto mais áreas preservadas, mais CO₂ e outros gases são subtraídos da atmosfera, mais créditos são gerados e, conseqüentemente, esses podem ser vendidos no mercado de carbono.

Em um cenário ideal, a criação desses instrumentos incentivaria a redução de GEEs nos países desenvolvidos, os quais apresentam altas taxas de emissões dos mesmos. Com isso, existiriam estímulos de investimentos do modelo “verde”, uma vez que as reduções são globais, não importando o local em que se realiza o projeto e, ainda, incentivando o setor privado a renovar os processos de produção, refinando-os para atingir as metas de reduções e conseguindo assim, sustentar as emissões em baixos padrões ou padrões controláveis.

Mas a ideia de um tratado que tenha como mote apenas internalizar as externalidades, reinserindo mais uma *commodity* no mercado é o grande ato para a falha de Quioto e de qualquer acordo que seja firmado. Isso porque a visão ambiental é pautada em mercado e não em preservação da natureza; em ganhar e lucrar e expandir o mercado, e não em reduzir efetivamente emissões, alterar paradigmas produtivos, incutir novos modos de ser e de viver em harmonia com o ambiente.

Na verdade, o discurso sustentável não passa de economização da ecologia, colocando os recursos naturais em uma nova roupagem de exploração, sendo que todas essas tentativas são ineficientes e débeis comparadas à real situação climática, sendo todos os processos citados antiecológicos, não possibilitando surtir reais efeitos. Basta vermos que o carbono, enquanto *commodity* tem o pior preço entre todas, atingindo em 2019 o valor de U\$1 a tonelada de carbono equivalente.

Além disso, a própria estrutura do Tratado é falha por não haver punição entre os participantes que não cumpriram as metas, além de não haver metas para os países semiperiféricos como China, Brasil, Índia e outros, que figuram entre os maiores emissores de GEEs e é premente que sejam enquadrados como partes ativas e responsáveis na redução de emissões. Ficar de escanteio, poluindo, destruindo (como no caso brasileiro e chinês, principalmente) e se alienando da questão com o subterfúgio de um passado colonial já não faz mais sentido.

Destarte, para os futuros Acordos multilaterais de cunho ambiental, é necessário ir além do capitalismo, ir além da precificação de coisas da natureza, ir além da expansão do mercado e da zona de conforto. É necessário ser responsável, incluindo todos os países como partes ativas e, principalmente, pensar na vida humana em consonância com à natureza, para que se possa então evoluir e evitar maiores catástrofes, re-significando a relação da sociedade atual com a natureza.

REFERÊNCIAS

ALTVATER, E. **O preço da riqueza**. Pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

BECK, U. **Sociedade de risco**. Rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: HUCITEC/Annablume, 2002.

BECKER, B. Revisão das políticas de ocupação Amazônica: é possível identificar modelos para projetar cenários? *In*: Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) – Centro de Estudos Estratégicos (CEE). **Parcerias Estratégicas**. Brasília, DF. MCT/CEE. N.12. P. 135-159. 2001.

BECKER, B. **Amazônia**. Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BIATO, M. F. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. *In*: **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, DF. A. 42. N. 166. P. 233-252. Abril-Junho, 2005.

CHESNAIS, F. **Mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA. **Documento Final do Protocolo de Quioto**. Quioto: Conferências das Partes, terceira sessão, 1998.

FARIAS, L. Q. et. al. Mercado global de carbono e governança global do clima: desafios e oportunidades. *In*: **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba, PR. V. 28. P. 11-27. Julho-Dezembro, 2013.

FEIJÓ, F.; AZEVEDO, A. Comércio e meio ambiente: políticas ambientais e competitividade no âmbito da Alca. *In*: **Revista de Economia Aplicada**. São Paulo, SP. V.10.N. 4. P. 561-587. Outubro-Dezembro, 2006.

GUDYNAS, Eduardo. La Ecología Política de la Integración: reconstrucción de la ciudadanía y regionalismo autónomo. *In*: ALIMONDA, H. (Org.). **Ecología Política**. Naturaleza, sociedad y utopía. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 137- 152.

HARVEY, D. **Justice, nature and the geography of difference**. Cambridge: Blackwell, 1996.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2011.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2012.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, D. **A loucura da razão econômica**. Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.

LAGO, A. A. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo**. O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: FUNAG, 2006.

MAGALHÃES, M. V. **O direito internacional do ambiente e o mecanismo de desenvolvimento limpo do Protocolo de Quioto**. Porto Alegre: Centro Universitário Metodista do Sul, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito).

MARTÍNEZ ALIER, J. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau, SC: Editora da FURB, 1998.

MARTÍNEZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2017.

MAZZUOLI, V. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

MOL, A. **The Refinement of Production: Ecological Modernization Theory and the Chemical Industry**. Utrecht: Van Arkel, 1995.

NEDER, R. T. **Crise socioambiental**. Estado e sociedade civil no Brasil (1982-1998). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

SABBAG, B. K. **O Protocolo de Quioto e seus crédito de carbono**. Manual jurídico brasileiro e mecanismo de desenvolvimento limpo. São Paulo: LTR Editora, 2008.

SABBAG, B. K. **Processo da incorporação da dimensão climática no ordenamento jurídico brasileiro e análise de caso do Estado de São Paulo**. São Paulo: Programa de Ciência Ambiental/Universidade de São Paulo, 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental).

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de Impacto Ambiental**. Conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SEIFFERT, M. B. **Mercado de carbono e o Protocolo de Quioto**. Oportunidade de negócios na busca da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2009.

SEIFFERT, M. B. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. São Paulo: Atlas, 2010.

SOUZA JÚNIOR, E.L. **Geopolítica neoliberal da natureza: análise contextual do tratado de Quioto e sua influência nos reordenamentos territoriais da periferia**. Dourados: Faculdade de Ciências Humanas/Universidade Federal da Grande Dourados, 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia).

UNFCCC – UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. **Report of the Conference of the Parties serving as the meeting of the**

Parties to the Kyoto Protocol. Doha: Conference of the Parties serving as the meeting of the Parties to the Kyoto Protocol, 2013.

VIOLA, E; FRANCHINI, M. Desafios do Antropoceno: transição da política ambiental internacional para a governança global nos limiares planetários. In: SANTOS, T; SANTOS, L (org.). **Economia do meio ambiente e da energia.** Fundamentos teóricos e aplicações. Rio de Janeiro: LTC, 2018. p. 269-305.

Capítulo 3

EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA UNIDADE ESCOLAR MÁRIO RAULINO

Carla Janiele Araújo Rodrigues Soares³⁸

*Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia, UFPI,
carlajaniele1999@gmail.com*

Iarla Lopes Gonçalves³⁹

Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia, UFPI, lopesiarla@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa aborda a relação entre a evasão escolar e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Unidade Escolar Mário Raulino, uma escola pública municipal localizada na periferia da cidade de Altos-PI. Essa temática faz parte de um trabalho em campo da disciplina de Fundamentos Antropológicos da Educação, do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí-UFPI, no qual busca fazer o levantamento e análise da evasão escolar da Unidade escolar Mário Raulino e que constatem os motivos que levaram a essa evasão na modalidade EJA. O estudo se fundamenta a partir das reflexões pautadas por Paulo Freire e Corrêa (2007) que retrata a importância de uma gestão do cuidado que propicie espaços de diálogo, a criação de instrumentos de acolhimento, ou seja, que reconhece a realidade e necessidade bem como a dificuldade do mesmo. Destacamos, especialmente na resposta dos alunos, a vontade de ter um lugar no seu meio social, através da educação, o que corrobora com os autores abordados neste trabalho, assim percebemos através dessa experiência formadora, especialmente na resposta dos alunos, a vontade de ter um lugar no seu meio social, através da educação e deixarem de serem vistos como fracassados por ter abandonado a escola. Portanto, partindo deste pressuposto é imprescindível que os educadores desta modalidade de ensino revejam suas metodologias, e busquem melhorias através de adaptação no currículo do EJA.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Evasão escolar. Exclusão escolar.

Abstract: The present research addresses the relationship between school dropout and Youth and Adult Education (YAE) at the Mário Raulino School Unit, a municipal

³⁸ Ensino superior incompleto, carlajaniele1999@gmail.com

³⁹ Ensino superior incompleto, lopesiarla@gmail.com

public school located on the outskirts of the city of Altos-PI. This theme is part of a field work for the subject Anthropological Foundations of Education, from the Pedagogy Degree Course at the Federal University of Piauí-UFPI, which aims to survey and analyze the school dropouts at the Mário Raulino School Unit, in order to verify the reasons for school dropouts in the Youth and Adult Education (YAE) modality. The study is based on the reflections guided by Paulo Freire and Corrêa (2007), who portrays the importance of a care management that provides spaces for dialogue, the creation of welcoming instruments, in other words, that recognizes the reality and needs as well as the difficulties of the same. We highlight, especially in the students' answers, the desire to have a place in their social environment, through education, which corroborates the authors discussed in this work. We noticed through this formative experience, especially in the students answers, the desire to have a place in their social environment, through education, and to stop being seen as failures for having dropped out of school. Therefore, based on this assumption, it is essential that the educators of this teaching modality review their methodologies, and seek improvements through adaptation in the EJA curriculum.

Keywords: Youth and Adult Education. School evasion. School exclusion.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda a relação entre a evasão escolar e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), na Unidade Escolar Mário Raulino, uma escola pública municipal localizada na periferia da cidade de Altos-PI.

A EJA é um programa da rede pública de ensino no Brasil, que tem como premissa ofertar o ensino fundamental e médio com qualidade para as pessoas que já passaram da idade escolar adequada e não tiveram a oportunidade de cursar o ensino regular. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), em seu parágrafo 1º diz que:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Tendo em vista a citação acima e o número significativo de jovens e adultos que evadem da escola e a grande importância de todo cidadão ter direito à educação, é que a escolha desse tema se torna relevante. Diante disso, os objetivos dessa pesquisa é fazer o levantamento e análise da evasão escolar da Unidade escolar Mário Raulino, que constatem os motivos da evasão escolar na modalidade EJA.

A partir desses objetivos, passa-se a discutir os principais fatores para a ocorrência dessa problemática, primeiramente através de estudos bibliográficos em trabalhos que discutem o tema em âmbito nacional. Com os resultados da pesquisa

que irá ser utilizada não somente para embasar futuras pesquisas e discussões entre os profissionais e a sociedade, assim como o conhecimento do perfil dos alunos e profissionais do que atuam na modalidade EJA, como também um meio de expor e destacar as lutas por melhorias, os preconceitos, as condições de trabalhos, as suas formações da profissão docente, contribuindo para a estruturação de profissionais qualificados e o sistema educacional como um todo.

Breve histórico da EJA

O início da educação voltada para jovens e adultos no Brasil, se deu ainda no período da colonização, através do processo de catequização de índios adultos, pelos jesuítas e anos mais tarde, houve a catequização dos escravos. De acordo com Galvão & Soares (2004, p.28):

Pode-se afirmar que, desde a chegada dos portugueses ao Brasil, o ensino do ler e do escrever aos adultos indígenas constituiu, ao lado da catequese, uma das prioritárias no interior do projeto de colonização. Os indígenas adultos foram submetidos a uma intensa ação cultural e emocional.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo, da volta à democracia no país e um impulso as iniciativas de escolarizar os adultos, com a aprovação do decreto nº 19.513, de 25 de agosto de 1945, a Educação de Jovens e Adultos tornou-se uma questão social, iniciando-se várias campanhas para erradicar o mal do analfabetismo. Nesse período, a figura do educador Paulo Freire ganhou destaque como líder dos movimentos de alfabetização, juntamente com organizações da Igreja Católica, como o MEB – Movimento de Educação de Base.

Em 1958, Paulo Freire liderou II Congresso Nacional de Educação de Adultos, com uma proposta curricular dos cursos baseados na própria realidade dos alunos, incorporando as suas especificidades no processo educativo. Para Freire, o trabalho educativo deveria ser feito com o homem e não para o homem (apud Galvão e Soares, 2004, p. 27-58).

O congresso buscava discutir, além do problema do analfabetismo, as condições sociais de miséria que a população vivia. Era preciso redefinir as estratégias e dar um novo olhar para a forma de atuação da educação da modalidade

de ensino para adultos, uma educação libertadora e uma tomada de consciência de si e do lugar do alfabetizado na sociedade.

[...] marcava o Congresso o início de um novo período na educação de adultos no Brasil, aquele que se caracterizou pela intensa busca de maior eficiência metodológica e por inovações importantes neste terreno, pela reintrodução da reflexão sobre o social no pensamento pedagógico brasileiro e pelos esforços realizados pelos mais diversos grupos em favor da educação da população adulta para a participação na vida política da Nação. (Paiva,1973, p.210)

Após esse congresso, surgiram vários movimentos de educação popular, especialmente na região nordeste do país, como a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento de Cultura Popular (MCP), a Campanha de Educação Popular (CEPLR), o “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, iniciativa da Prefeitura de Natal-RN.

Com o golpe militar de 1964, todas as campanhas de alfabetização do país foram encerradas e seus fundadores, como Paulo Freire, foram perseguidos pela ditadura militar. Com isso, criou-se pela Lei 5.379 de 15 de dezembro de 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que visava o controle da população e redução imediata das estatísticas de escolarização do Brasil.

Com o fim da ditadura e se distanciando da proposta de alfabetizar o povo, o MOBRAL foi extinto, dando lugar à Fundação EDUCAR, que envolvia ações diretas no intuito de alfabetizar. Somente em 1984, com o advento da Constituição Brasileira, é que houve medidas governamentais que se preocupassem com a educação de adultos. Em 1989 surge o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), que procurava envolver o poder público e as iniciativas da sociedade civil.

Em 1996 inicia-se em Natal o Programa Alfabetização Solidária (PAS) que propunha uma ação conjunta entre o governo federal, empresas, administradores municipais e universidades, atendendo aos municípios com IDH- Índice de Desenvolvimento Humano inferior a 0,5.

A EJA busca formar cidadãos para atuarem na sociedade, resgatando o seu direito de acesso ao conhecimento. Segundo a Declaração de Hamburgo (1999, p.19)

A EJA é um direito; a chave para o século 21; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um prazeroso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável da democracia, da justiça, da

igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e á cultura de paz baseada na justiça.

Essa visualização histórica nos mostra os percursos que ocorreram para a implantação da EJA no Brasil, levantando aspectos de suma importância para o ensino de qualidade, e na formação qualificada destes alunos para que eles continuem alcançando seus ideais, sendo o foco de interesse deste estudo os motivos que consideravelmente ocasionam a evasão escolar na EJA, considerando oportuno conhecer a contribuição da prática docente para a diminuição da evasão escolar.

Evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos

Um dos maiores desafios do sistema educacional na atualidade é a evasão escolar. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e Ministério da Educação (MEC)

12,9% e 12,7% dos alunos matriculados na 1ª e 2ª série do ensino médio, respectivamente, evadiram da escola entre os anos de 2014 e 2015. O 9º ano do ensino fundamental, tem a terceira maior taxa de evasão, 7,7%, seguido pela 3ª série do ensino médio, com 6,8%. Considerando todas as séries do ensino médio, a evasão chega a 11,2% do total de alunos nessa etapa do ensino. (...) A migração para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é mais expressiva ao final do ensino fundamental, quando chega a 3,2% e 3,1%, no 7º e 8º ano, respectivamente. Em relação à rede de ensino, a migração é maior na rede municipal dos anos finais do ensino fundamental, quando alcança uma taxa de 3,8%. Já no ensino médio, a migração é mais expressiva na rede estadual de ensino, com 2,4%.

Por se tratar de um número bastante significativo de alunos que se evadem da escola, sobretudo na Educação de Jovens e Adultos (EJA), é importante ressaltar que diversos fatores internos e externos podem ocasionar o problema, porém, é necessário dizer que não é um fracasso apenas do aluno, mas também da escola, que por muitas vezes, não atinge seus objetivos.

As diretrizes da LDB destacam que a EJA, como uma modalidade da educação, tem o dever de considerar os vários perfis dos alunos e propor um modelo que atenda a essa diversidade. Portanto, essas diretrizes são a equidade, cujos componentes curriculares propiciam um patamar igualitário de formação a fim de reestabelecer a

igualdade de direitos e oportunidades da educação e a diferença, que busca a identificação e reconhecimento dos valores e do desenvolvimento que cada jovem e adulto possui.

A demanda do público que busca o ingresso na EJA é pelo ensino de boa qualidade que contemple além das questões pessoais e a inserção no mercado de trabalho, a integração aos meios sociais, políticos, econômicos, culturais e a flexibilidade às suas condições de vida.

É importante compreender que a vivência dos educandos é parte significativa na construção do saber e neste processo, a escola tem o papel de estimular a continuidade dos estudos e da permanência do seu aluno, que busca um ensino que sane suas dificuldades e que valorize o ser que está ali. De acordo com a LDB nº 9.394/96, constam no título V, Capítulo II, Seção V, art. 37, parágrafo 1º,

A educação de Jovens e Adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos Jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características de alunado; seus interesses condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exame. (LDB, 2015, BRASIL)

Um dos problemas que o ensino enfrenta é a formação específica de educadores para atuar nas diferentes modalidades de ensino. O professor deve motivar a permanência os alunos na escola, com estratégias de ensino que envolva o contexto dos alunos, pois eles não são mais crianças que determinamos o que deve e não deve fazer. Conforme corrêa (2007, p.32),

O adulto não é obrigado a estudar como a criança; não existe uma lei que o obrigue a frequentar a escola, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Portanto, percebe-se a importância de uma gestão do cuidado que, ao escutar o aluno, ao estar aberta e propiciar espaços de diálogo, cria instrumentos de acolhimento.

A prática pedagógica do professor é fundamental, pois estes alunos procuram no educador um ensinamento que levante a autoestima, que o leve a construir seu próprio saber na articulação de seus propósitos em busca da sua efetiva participação na sociedade. Dessa forma, é imprescindível a atuação do docente e da escola em conjunto, pois ambas forma um dos pilares para que o aluno se proponha a se inserir

e participar ativamente do meio social como agentes transformadores e para isso é necessário que motivem a participação conjuntos de todos para que ocorra o aprendizado mútuo, além de mobilizar práticas que facilite a inserção destes nas atividades.

Segundo Paulo Freire (1987, p. 68) “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Assim, para o autor o sujeito é visto como um ser social e que se relacione com os outros, que possam refletir e desenvolver suas capacidades e consciências críticas e que não se limite apenas ao seu mundo, pois deve expressá-los suas opiniões transformando não somente o seu mundo como o do próximo.

Mediante o exposto é que se considera fundamental a boa atuação do professor como mediador no processo evasivo, porque é ele o profissional que está próximo ao aluno, que reconhece a realidade e necessidade bem como a dificuldade do mesmo e que para isso é fundamental que ultrapassem as posturas tradicionais mediante as práticas que acontecem na sala de aula e que caminhe para uma aprendizagem por variáveis ferramentas e assim ocorra essa transmissão do saber produzido em formato não tradicional, em outros espaços, instigando a criatividade do aluno, tornando-os críticos e reflexivos diante das novas demandas no processo de aprendizagem.

METODOLOGIA

Esta pesquisa iniciou-se de um estudo bibliográfico quanto à evasão escolar e sua linha histórica. O estudo partiu inicialmente da necessidade acerca da problemática do alto índice de alunos que evadem da escola na modalidade EJA e para melhor explicar o objeto de estudo e não se afastar do objetivo principal, foi levantado o seguinte questionamento: quais os motivos que os levam a evadir e como os docentes e adequam à área de conhecimento que atua?

Assim, contribuindo para as respostas da problemática dessa pesquisa, este estudo tem como objetivo geral investigar e analisar os motivos da evasão escolar na Unidade Mário Raulino, em 2018, no município de Altos e a atuação dos docentes na EJA, a partir de olhar crítico sua formação sua adequação à área de conhecimento que atua. Definindo como objetivos específicos, identificar o perfil dos alunos dessa

modalidade e observar dados como: sua idade, etapa de ensino que estão estudando, quais as suas perspectivas e em que trabalham.

Para a construção dessa pesquisa, mais precisamente do objeto de estudo, é necessário à compreensão de diversos conhecimentos, muito deles novos, além de organização e planejamento para abranger todos os objetivos e ter metodologias claras e precisas para o alcance dos objetivos da pesquisa. Dessa forma, foi realizada uma pesquisa explicativa, com abordagem qualitativa, utilizando-se de coleta de dados através de uma entrevista semiestruturada com perguntas que contemplaram os aspectos gerais, sociais e entre outros que permitiram a análise de ideias, condutas e expressões sobre a realidade vivida na Educação de Jovens e Adultos, sendo as perguntas aceitáveis, para fazer com que as categorias de respostas sejam significativas.

A coleta de dados na pesquisa de campo aconteceu por etapas, que em primeiro momento foi feita a visita com observações e diálogos com os entrevistados, um professor e três alunos. Em seguida, houve a leitura do questionário, para melhor compreensão do mesmo, no qual foram analisados e interpretados os dados coletados.

ANÁLISES DE DADOS

A escola pesquisa foi fundada em 23 de setembro de 1968, sob a gestão do governador do estado, Helvídio Nunes de Barros e do prefeito municipal Dr. José Gil Barbosa, com a finalidade de atender à crescente demanda pelo ensino no município de Altos. Iniciou com o EJA em 1999 pelo o turno da manhã, porém mudou para o seu funcionamento no período noturno para atender alunos da zona rural que trabalham. Atualmente, possui 168 alunos na modalidade EJA, 79 no ensino fundamental e 89 no ensino médio, com 9 professores para as três etapas (quarta, quinta e sexta etapa). Essa escola se concentra no centro da cidade, atendendo muitos alunos da zona rural e da região próxima.

Outro dado obtido foi sobre o projeto político pedagógico, a unidade escolar possui o PPP (Projeto Político Pedagógico) e entende a importância do mesmo. Foram elaborados por professores, coordenadores, diretores e estão passando por reformulação. Como não se teve acesso ao PPP, os dados foram coletados por meio de observação e relato de funcionários. No que se refere ao regimento interno, foi elaborado com a participação de professores e gestores, seguindo um modelo

sugerido pela secretaria de educação, sendo adaptado as suas necessidades específicas. Outro aspecto identificado é a ausência do grêmio estudantil por falta de interesse dos alunos.

Ressaltamos também que a escola não se encontra em boas condições, as salas de aulas em péssimos estados, com falta de ventiladores ou má funcionamento destes. A iluminação é precária e evidentemente observou-se a falta de cartazes educativos, seja em qualquer parte da escola, além da construção antiga e desgastada, biblioteca com somente um computador e quadra descoberta. Nota-se ainda que o bebedouro é antigo, ocorrendo dias, segundo a gestão, que não tem aula devido à falta de água. Quando se trata da segurança, foi informado que tem vigia, mas no dia da coleta de dados, não tinha ninguém na entrada da escola, sendo que os portões estavam abertos, trazendo assim um risco a todos que estão presentes na unidade.

Foto 1- Sala de aula com cadeiras quebradas e paredes desgastadas.



Fonte: imagem autoral, 2018.

Foto 1- Único bebedouro disponível na unidade.



Fonte: imagem autoral, 2018.

Nessa perspectiva, a evasão escolar é o abandono da escola antes da conclusão de uma série ou de um determinado nível de uma determinada modalidade de ensino. Em relação à EJA, a permanência dos alunos chega a ser um grande desafio da educação, pois como determina a LDB, a escola deve garantir a entrada e permanência do aluno, até que seus estudos estejam concluídos.

Mediante os resultados colhidos na pesquisa de campo, através de entrevista na Unidade Escolar Mário Raulino com os alunos da EJA, constatou-se algumas causas que levam à evasão escolar, dentre elas a reprovação, a necessidade de trabalhar e a desmotivação. A entrevista foi feita apenas com três alunos da referida escola, com idade entre 16 e 18 anos, dada a rejeição dos alunos mais velhos responderem o questionário. Além disso, houve a dificuldade de entrevista-los pela quantidade de dias em que não houve aula, ou porque o ônibus não buscou os alunos, ou porque poucos alunos compareceram e por isso foram dispensados, ou porque o professor faltou e por isso foram dispensados também.

Em relação ao questionamento sobre os motivos de estarem estudando na modalidade EJA, os alunos responderam que reprovaram no ensino regular porque tiveram que trabalhar e como estavam atrasados nos estudos, optaram por entrar na EJA. A segunda questão investigou os motivos dos alunos evadirem do EJA. Em 100% das respostas foi apenas que não queriam “nada com a vida”. Em seguida, questionamos o que motivou a volta deles, e a resposta foi que era necessário terminar os estudos para arrumar um emprego melhor, pois sem seus estudos, eles não eram nada.

E finalizando o questionário com os alunos, perguntamos quais seus planos para o futuro e ficou claro que todos buscam oportunidades melhores de inserção no mercado de trabalho. Eles têm a consciência que sem concluir os estudos, não terão boas oportunidades.

Entrevistamos também uma professora, a única disponível na escola, dada as faltas dos demais. Perguntamos como ela vê o aluno e atua com ele. Em sua resposta, disse que vê os jovens e adultos com diferentes histórias de vidas e potencialidade, que por alguma dificuldade desistiram de estudar ou resolveram trocar de modalidade de ensino e que retornaram a escola com o objetivo de alcançar uma vaga no mercado de trabalho e a atuação do professor tem que ser uma atuação de parceria de compreensão.

Após, perguntamos se ela acha que o professor possui alguma responsabilidade em evitar a evasão escolar e ela respondeu que sim, pois se o professor não tiver um relacionamento diferenciado com os alunos e um olhar especial com estes sujeitos, eles irão desistir novamente. De maneira geral, podemos ver especialmente na resposta dos alunos, a vontade de ter um lugar no seu meio social, através da educação, o que corrobora com os autores abordados neste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a presente pesquisa, tentamos descobrir seus desejos e frustrações com relação ao regresso à escola do EJA. Neste sentido, podemos considerar que embora os alunos que frequentam a EJA ainda sejam vistos como fracassados por ter abandonado a escola, é necessário e indispensável que se busque conhecer quais os motivos deste abandono. Na maioria dos casos estes alunos abandonam seus sonhos escolares para ajudar suas famílias. Então, é importante não só a modalidade do EJA, mas também combater essa evasão tanto no ensino fundamental quanto no médio, para mudar este quadro.

É necessário também que se conheçam os motivos que estes alunos reconhecem a necessidade de voltar para sala de aula e trazer, pois para muitos não se trata só de deixar de ser analfabetos ou semianalfabetos, mas sim de buscar algo muito além de um certificado, como a sua autoestima, sua dignidade, serem aceitos como sujeitos na sociedade, e melhorar suas condições de vida tanto social como cultural.

Levando em consideração as experiências aqui explanadas e fomentadas por estudiosos da educação, conseguimos perceber a importância que os alunos da Educação de Jovens e Adultos necessitam de um olhar diferenciado, pois requer de maiores cuidados e trabalhos para lidar com cada dificuldade do aluno. Por isso, é importante compreender que a vivência dos alunos da educação de jovens e adultos é parte significativa na construção do saber e neste processo, a escola tem o papel de estimular a continuidade dos estudos e da permanência do seu aluno, que busca um ensino que sane suas dificuldades e que valorize o ser que está ali.

Partindo sob a ótica dos demais fatores expostos sobre o tema, leva-se em consideração que esta pesquisa irá ser utilizada não somente para embasar futuras

pesquisas e discussões entre os profissionais e a sociedade, como também um meio de expor e destacar as lutas por melhorias de aprendizagem, infraestruturas, salários e jornadas de trabalhos dos docentes, os preconceitos, as condições de trabalhos e as formações necessárias para essa modalidade. Assim, é imprescindível que os educadores desta modalidade de ensino revejam suas metodologias, e busquem melhorias através de adaptação no curriculum do EJA, garantido por lei, para atender as necessidades destes alunos, assegurando-lhes o direito a uma melhor educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Conferência internacional sobre educação de Adultos**: Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro. Brasília: SESI/UNESCO, 1999. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129773porb.pdf>. Acesso em: 20/11/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 20 de dezembro de 1996, nº 9.394/96.

BRASIL, Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206. Acesso em: 20/11/2018.

CORRÊA, L. O. R. **Fundamentos Metodológicos em EJA I**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALVÃO, A. M. de O; SOARES, L. J. G. História da alfabetização de adultos no Brasil. *In*: ALBUQUERQUE, E.B.C ; LEAL, T.F. **Alfabetização de jovens e adultos**: em uma perspectiva de letramento. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 27-58.

PAIVA, Vanilda. **Educação Popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1973.

PRESTES, M.L. de M. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico**: do planejamento aos textos, da escola à academia. 3ª ed. São Paulo: Rêspel, 2007.

VERGARA, S. C; CALDAS, M.P. **Paradigma interpretacionista**: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. RAE, 2005, p. 66-72.

Capítulo 4

NANOPARTÍCULA DE OURO COMO SISTEMA DE LIBERAÇÃO CONTROLADA PARA O FÁRMACO ANTINEOPLÁSICO DOCETAXEL

Bruno Abilio da Silva Machado¹

Graduado em Radiologia pela UNINASSAU. Especialista em Neuroeducação pela FAEL. Pesquisador e Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ciências Biológicas- NEPEA. bruno.smachado@ufpe.br.

Ludymilla de Lima Silva²

Graduanda em Biomedicina pela Faculdade Evangélica de Ceres- FACER. ludymillaludylls@gmail.com.

Josué Brito Gondim³

Graduado em Radiologia pela UNIFIP. Pós-graduando em Radioterapia no Instituto Michelle Sales. Josue5brito1@gmail.com.

Emanuel Osvaldo de Sousa⁴

Fisioterapeuta. Prof^o do curso de Fisioterapia do Centro Universitário do Piauí- UNIFAPI. emanfisio@hotmail.com.

Cícero Santos Souza⁵

Graduando de Medicina pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB. cicerossz@hotmail.com.

Camila Lima Ribeiro⁶

Enfermeira pela Universidade Federal de Fortaleza- UFC. Camila_lima_ribeiro@hotmail.com.

Victor Guilherme Pereira da Silva Marques⁷

Graduando em Enfermagem pelo Centro Universitário do Piauí- UNIFAPI.

Guilhermevictor521@gmail.com.

Sarah Maria Osório de Carvalho⁸

Enfermeira pelo Centro Universitário Santo Agostinho-UNIFSA.

Sarahosorio34@gmail.com.

Francilene Vieira da Silva Freitas⁹

Bióloga. Mestre em Farmacologia pela UFPI. Doutora em Biotecnologia pela

RENORBIO-UFPI. francilenev@gmail.com.

Resumo: Este estudo buscou conhecer o potencial da nanopartícula de ouro como sistema de liberação controlada para o fármaco antineoplásico docetaxel. Trata-se de uma revisão narrativa com abordagem exploratória, qualitativa e descritiva dos dados. As buscas foram realizadas nas bases de dados: BDNF, LILACS e SCIELO, acessadas por meio da busca avançada na BVS. Utilizou-se os descritores associados pelos operadores booleanos: Docetaxel AND Câncer” e “Nanopartícula de ouro OR Tratamento AND Câncer OR Decotaxel AND Encapsulamento OR Terapêutica”, incluindo, teses, dissertações e artigos originais disponíveis na íntegra no formato *on-line*, publicados na íntegra entre os anos de 2016 a 2021. De acordo com os critérios de elegibilidade, foram inclusos 07 artigos neste estudo. Nessa perspectiva, o câncer é uma das doenças mais devastadoras do mundo, no entanto, uma melhor compreensão da biologia do tumor e melhores dispositivos de diagnóstico podem levar a melhores resultados terapêuticos, os sistemas de liberação controlada associada ao docetaxel vem demonstrando um grande potencial para reduzir a toxicidade e aumentar os efeitos terapêuticos da droga. Portanto, a biotecnologia vem tornando possível, através de nanocarreadores e nanopartículas de ouro contendo fármacos antineoplásicos como o docetaxel, favorecendo dessa forma a liberação controlada e monitorada na terapêutica do câncer e menos efeitos colaterais ao paciente.

Palavras-chave: Carcinoma, Nanopartículas, Tratamento, Sistemas de liberação de fármacos.

Abstract: This study sought to know the potential of the gold nanoparticle as a controlled release system for the antineoplastic drug docetaxel. This is a narrative review with an exploratory, qualitative and descriptive approach to data. The searches were carried out in the BDNF, LILACS and SCIELO databases, accessed through the advanced search in the VHL. We used the descriptors associated by Boolean operators: Docetaxel AND Cancer" and "Gold nanoparticle OR Treatment AND Cancer OR Decotaxel AND Encapsulation OR Therapeutics", including, theses, dissertations

and original articles available in full in online format, published in full between the years 2017 to 2021. According to the eligibility criteria, 07 articles were included in this study. In this perspective, cancer is one of the most devastating diseases in the world, however, a better understanding of tumor biology and better diagnostic devices can lead to better therapeutic outcomes, controlled release systems of specific antitumor drugs have shown great potential to reduce toxicity and increase therapeutic effects. Therefore, biotechnology has been making possible, through nanocarriers and gold nanoparticles containing antineoplastic drugs such as docetaxel, thus favoring the controlled and monitored release in cancer therapy and fewer side effects to the patient

Keywords: Carcinoma, Nanoparticles, Treatment, Drug delivery systems.

INTRODUÇÃO

O câncer é uma doença estigmatizada pela sociedade e que causa muitos sofrimentos e mudanças na vida e no cotidiano das pessoas afetadas por esta patologia (BROCHADO, 2019). Logo, o diagnóstico do câncer pode trazer modificações significativas na maneira de viver das pessoas, em consequência das transformações físicas e emocionais, inquietação, algias, desfiguração, dependência e perda da autoestima (PELAEZ *et al.*, 2020).

As nanopartículas de ouro (AuNPs) viabilizam maior eficiência de encapsulação e liberação controlada em comparação aos sistemas de encapsulação convencionais. Com isso, possuem tamanho pequeno suficiente para serem injetadas diretamente no sistema circulatório, assim como a possibilidade de administração por outras vias como a pulmonar, nasal, transcutânea e oral (ANDRADE, 2018).

A terapêutica do câncer está relacionada à farmacocinética e à farmacodinâmica de cada medicamento, é possível a avaliação de antagonismo ou sinergismo, tanto em relação à eficácia quanto à segurança. O docetaxel é uma medicação que atua como inibidor da divisão celular em tumores mamários (NERIS *et al.*, 2016). Deste modo, impede o crescimento tumoral, assim como o surgimento de metástases e diminui o risco de morte pela doença (ANANDHAKUMAR *et al.*, 2017).

Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho consiste em conhecer o potencial da nanopartícula de ouro como sistema de liberação controlada para o fármaco antineoplásico docetaxel. Logo, além da nanopartícula de ouro, diminuir o intervalo de dosagem e reduzir os efeitos colaterais indesejados, uma vez que utiliza uma menor quantidade do princípio ativo, resultando em menor custo no tratamento do câncer.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa com abordagem exploratória, qualitativa e descritiva dos dados.

Para fundamentação teórica, utilizou as seguintes bases de dados: Base de Dados em Enfermagem (BDENF), *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (LILACS) e as bibliotecas virtuais em saúde: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), identificados por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), entre os anos de 2016 a 2021, por meio dos descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “*Docetaxel AND Câncer*” e “*Nanopartícula de ouro OR Tratamento AND Câncer OR Docotaxel AND Encapsulamento OR Terapêutica*”, com a utilização dos operadores booleanos AND e OR, entre os descritores, que foram empregados em dupla e trio. Os critérios de inclusão: artigos publicados na íntegra no formato digital que abordassem a temática de estudo, teses, dissertações, publicados na língua portuguesa e inglesa. Os critérios de exclusão foram: trabalhos que não se encaixaram nos critérios de inclusão e repetidos em bases de dados, revisões, editoriais e boletins médicos.

O conjunto de informações foi arquivado em banco de dados para proceder com a análise das publicações. A triagem ocorreu por intermédio da leitura do título, do resumo e objetivo de todos os textos da base de dados. Após isto, efetuada a análise, interpretação e síntese dos selecionados para serem incluídos. A revisão de todos os artigos foi realizada por meio de avaliação independente dos autores.

A pesquisa dos descritores nas bases de dados resultou em 38 publicações. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 25 artigos para leitura na íntegra e 07 artigos para a composição deste estudo.

Por tratar-se de uma revisão, a pesquisa não foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), no entanto, reafirma-se a garantia dos preceitos éticos e legais durante todo o processo de escrita do manuscrito.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os tratamentos existentes de doenças graves como o câncer, doenças altamente patogênicas, infecciosas e também várias outras doenças metabólicas são limitadas devido à baixa biodisponibilidade do fármaco (CARVALHO *et al.*, 2020). As

nanocápsulas são sistemas do tipo reservatório, sendo essa configuração constituída por um núcleo contendo o fármaco que pode estar no estado sólido ou líquido.

Nesse caso, o princípio ativo é revestido por uma membrana polimérica ou parede permeável. Nesse cenário, o docetaxel se destaca por se ligar com alta afinidade as proteínas das células tumorais. Impedindo a divisão celular e consequentemente o crescimento tumoral (NERIS *et al.*, 2016).

As nanoesferas são características dos sistemas matriciais ou monolíticos, nos quais o fármaco se encontra incorporado ou adsorvido homogeneamente na estrutura de um polímero ou de uma união de polímeros, de composição química e propriedades variáveis (TEIXEIRA, 2018).

Nesse contexto, o aumento da concentração, a ação do fármaco ultrapassa o nível terapêutico e ele torna-se tóxico, diferentemente da liberação controlada, que apresenta efeito constante durante o tempo de tratamento, sem a necessidade do aumento da concentração do fármaco e aumento do número de dosagens (BROCHADO,2019).

Às estratégias de combinação de quimioterápicos, que podem ser personalizadas para otimizar o tratamento contra o câncer (CARVALHO, 2018). Surge a possibilidade das combinações específicas de nanocarreadores e moléculas alvo, que, certamente contribuiriam na melhora dos resultados terapêuticos e nos custos reduzidos, representando uma modalidade importante na terapêutica e de diagnóstico de câncer (ANANDHAKUMAR *et al.*, 2017).

Além disso, quanto maior a exposição a medicamentos antineoplásicos, menos estável e mais fragilizada ficará a vascularização. Portanto, medicamentos administrados por último apresentam maior chance de extravasar, independente da técnica utilizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, ao concluir o presente estudo, percebe-se a falta de estudos na temática em questão. Coexiste um grande desafio para o tratamento do câncer, que seria em direcionar o fármaco para o tumor sem que este cause danos às células normais do organismo.

Com o advento da biotecnologia isto está se tornando possível, através de nanocarreadores e nanopartículas de ouro contendo fármacos antineoplásicos como

o docetaxel, favorecendo dessa forma a liberação controlada e monitorada na terapêutica do câncer.

Assim, é possível fortificar a relevância trazida nesse trabalho, no que se reflete a utilização da nanopartícula de ouro como sistema de liberação controlada para o fármaco antineoplásico docetaxel. Sendo necessário ainda maior aperfeiçoamento e análises laboratoriais. Seu uso só deve ser feito após prescrição médica, devido à necessidade de monitoramento e prevenção dos efeitos colaterais. Com o desenvolvimento de novas terapêuticas e diagnósticos, o acesso ao usuário será mais fácil, melhorando assim sua qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Barbara Yasmin Garcia. **Avaliação da capacidade antitumoral de nanopartículas lipídicas sólidas contendo docetaxel em células de carcinoma de ovário sensíveis e resistentes in vitro**. 2018. xviii, 103 f., il. Dissertação (Mestrado em Biologia Animal) —Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

ANANDHAKUMAR, S.; KRISHNAMOORTHY, G.; RAMKUMAR, K. M.; RAICHUR, A. M. Preparation of collagen peptide functionalized chitosan nanoparticles by ionic gelation method: An effective carrier system for encapsulation and release of doxorubicin for cancer drug delivery. **Materials Science and Engineering**, v. 70, n. 1, p. 378-385, 2017.

BROCHADO, P.M.D.S.C. **Nanotecnologia e a sua aplicação à terapêutica oncológica**. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Escola da Ciências e Tecnologias da saúde. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas), Lisboa 2019.

CARVALHO, Juliana Lopes *et al.* Utilização de Nanopartículas no Tratamento do Câncer: Aspectos Gerais, Mecanismos de Ação Antineoplásicos e Aplicabilidades Tumoriais. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 65, n. 4, p. e-13400, fev. 2020.

MENDES, Rosana Maria *et al.* A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de Pesquisa [online]**. v. 47, n. 165, pp. 1044-1066, novembro, 2017.

NERIS, Rhyquelle Rhibna *et al.* Indução da dor pelo quimioterápico docetaxel em mulheres com câncer de mama. **Acta Paulista de Enfermagem [online]**. v. 29, n. 4, pp. 397-404, 2016.

PELAEZ, Dóro Maribel *et al.* O câncer e sua representação simbólica. **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**. v. 24, n. 2, pp. 120-133. Novembro, 2020.

TEIXEIRA, Genisson Barbosa. **Nanocarreador baseado em quitosana tiolada e nanopartícula de ouro como sistema de liberação controlada para o fármaco antineoplásico docetaxel**. 2018. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciência e Engenharia de Materiais) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.

Capítulo 5

IMPLICAÇÕES DA ANQUILOGLOSSIA NA SAÚDE DA CRIANÇA

Ellen Amanda Silva de Santana

*Graduanda em Odontologia pela Universidade Federal de Pernambuco,
amaandasilva001@gmail.com.*

Allan Francisco Costa Jaques

*Graduando em Odontologia pela Universidade Federal de Pernambuco,
allanjaques1@gmail.com.*

Gabrielle Holanda Silva

*Graduanda em Odontologia pela Universidade Federal de Pernambuco,
gabrielleholanda84@gmail.com.*

Miguel Victor Monteiro Rodrigues

*Graduando em Medicina pelas Faculdades Integradas Pitágoras
miguelmonteiro123mmkk@gmail.com.*

Pedro Henrique Fleury da Silva

*Graduando em Medicina pelas Faculdades Integradas Pitágoras
Phfleuryasilva@hotmail.com.*

Ana Cláudia da Silva Araújo

*Professora associada da Universidade Federal de Pernambuco, graduada em
Odontologia pela Universidade de Pernambuco e doutora em Odontologia em Saúde
Coletiva
acsadonto@gmail.com.*

Resumo: O freio lingual é uma estrutura anatômica com formato de prega, que se fixa no ventre lingual, entre o ápice e o terço médio, e no assoalho da boca, tendo participação em vários processos junto com a língua, tal como no processo de aleitamento materno e amadurecimento do sistema estomatognático. Alterações no desenvolvimento dessa estrutura é chamada de anquiloglossia, conhecida popularmente como "língua presa", caracterizada pelo encurtamento da porção livre da língua e pela restrição do movimento lingual. Dessa forma, o objetivo do presente estudo é avaliar através de uma revisão de literatura integrativa, quais possíveis implicações causadas pela anquiloglossia na qualidade de vida infantil. Para isso, foi feita uma coleta de dados inexatos nas plataformas eletrônicas SciELO, Science Direct e PubMed, adotando como descritores "Anquiloglossia", "Frênulo lingual" e "Odontopediatria" nos boleanos AND e OR, entre os anos de 2017 a 2021 redigidos em língua inglesa e portuguesa. A sintetização da revisão ocorreu a partir da análise detalhada dos trabalhos e na construção da pergunta norteadora: "Quais os efeitos anatomofisiológicos e sociais da anquiloglossia em pacientes pediátricos?". Foram excluídos os artigos duplicados, estudos indisponíveis na íntegra e aqueles que não estavam de acordo com a temática, e foram incluídos para compor o escopo apenas estudos disponíveis por completo, com pacientes pediátricos, que correlacionassem a anquiloglossia com a qualidade de vida infantil.

Palavras-chave: Anquiloglossia. Frênulo lingual. Odontopediatria.

Abstract: The lingual frenulum is an anatomical fold-shaped structure that is fixed to the lingual belly, between the apex and the middle third, and to the floor of the mouth, participating in various processes along with the tongue, such as in the process of breastfeeding and maturation of the stomatognathic system. Alterations in the development of this structure is called ankyloglossia, popularly known as "tongue-tied", characterized by shortening of the free portion of the tongue and restriction of lingual movement. Thus, the objective of the present study is to evaluate, through an integrative literature review, which possible implications caused by ankyloglossia on the quality of life of children. For this, inexact data was collected on the electronic platforms SciELO, Science Direct and PubMed, adopting as descriptors "Ankyloglossia", "lingual frenulum" and "Pediatric Dentistry" in the rounding AND and OR, between the years 2017 to 2021 written in English and Portuguese language. The synthesis of the review occurred from the detailed analysis of the works and in the construction of the guiding question: "What are the anatomophysiological and social effects of ankyloglossia in pediatric patients?". Duplicate articles, studies unavailable in their entirety and those that were not in agreement with the theme were excluded, and only fully available studies with pediatric patients that correlated ankyloglossia with the quality of life of children were included to compose the scope.

Keywords: Ankyloglossia. Lingual frenulum. Pediatric Dentistry.

INTRODUÇÃO

O frênulo lingual é uma prega conjuntiva fibrodensa, constituída por fibras superiores do músculo genioglosso, que se inserem no ventre, entre o ápice e o terço

médio da língua, e no assoalho da boca, podendo estar entre as carúnculas linguais ou deslocada anteriormente até a crista alveolar inferior. A anquiloglossia, popularmente conhecida como “língua presa”, é uma malformação anatômica congênita caracterizada por um frênulo da língua curto, espesso ou tenso, restringindo o movimento da língua, o que pode ter forte impacto sobre sua função, interferindo também na forma dos arcos dentários e na sua conseguinte oclusão (POMPÉIA et al. 2017; WANG et al. 2021; ZAGHI et al., 2019).

A língua origina-se dos primeiro, segundo e terceiro arcos faríngeos, durante a quarta semana de gestação. Nessa fase, formam-se sulcos laterais à estrutura, para que ela possa se movimentar livremente, exceto pela região aderida pelo frênulo lingual, inicialmente no ápice da língua. À medida que o desenvolvimento ocorre, as células do frênulo sofrem o processo de apoptose e tendem a migrar distalmente para a região mediana do dorso lingual. No entanto, durante esse momento, pode haver interferências no controle celular e a migração pode ser incompleta ou até mesmo não ocorrer, estabelecendo a condição de anquiloglossia (POMPÉIA et al. 2017).

A mobilidade livre da língua é essencial para as funções ideais de fala, mastigação, deglutição, higiene oral e respiração, bem como para o desenvolvimento do complexo maxilofacial e das vias aéreas superiores. Nesse sentido, como a língua desempenha um papel tão importante em tantas funções, a mobilidade restrita do músculo da língua pode levar a compensações disfuncionais e interferir tais funções, que podem afetar negativamente a respiração nasal e o ronco devido à postura da língua baixa ou contribuir para o estresse crônico nos outros músculos de a cabeça e o pescoço (ZAGHI et al., 2019).

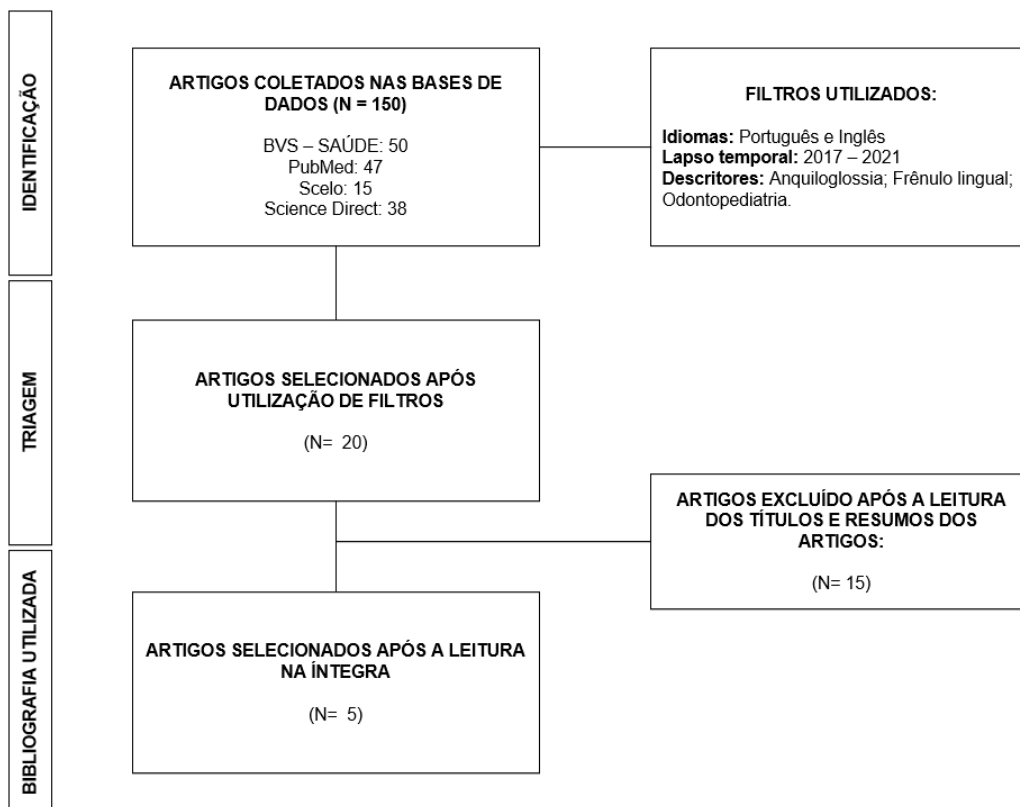
Portanto, o objetivo do presente estudo é avaliar os artigos existentes na literatura brasileira e estrangeira acerca da influência do frênulo lingual encurtado sobre a saúde da criança, bem como no crescimento e desenvolvimento do sistema estomatognático.

METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão integrativa de literatura, onde buscou-se durante o mês de junho de 2021. Foram coletados 150 artigos nas bases eletrônicas dados

SciELO, Science Direct, PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), por meio dos descritores “Anquiloglossia”, “Frênulo lingual” e “Odontopediatria” nos boleano AND e OR. No processo de triagem, foram excluídos aqueles que não faziam correlação com os objetivos, estudos indisponíveis na íntegra, artigos duplicados e artigos que não traziam um bom embasamento sobre o tema, restando apenas 20 artigos para a leitura. A sintetização da revisão ocorreu a partir da análise detalhada dos trabalhos e na construção da pergunta norteadora: “Quais implicações da alteração anatômica do frênulo lingual na saúde da criança?”. Foram escolhidos para compor o escopo apenas estudos disponíveis por completo, com pacientes pediátricos, com lapso temporal entre 2017 e 2021 e que correlacionassem a anquiloglossia com a qualidade de vida infantil. Por fim, selecionou-se 5 artigos redigidos em Inglês e Português para compor a amostra.

Fluxograma metodológico



Fonte: Autor

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A anquiloglossia em crianças pode levar a uma variedade de problemas, como dificuldades na amamentação, impedimentos da fala, má higiene oral e constrangimentos por colegas durante a infância e adolescência, havendo um impacto direto nas relações interpessoais e desenvolvimento social do indivíduo (POMPÉIA et al. 2017; WANG et al. 2021; ZAGHI et al., 2019)

Segundo Pompéia et al. (2017), a anquiloglossia pode ter relações com as maloclusões e os distúrbios funcionais da cavidade oral e sua musculatura adjacente, isso porque o frênulo lingual interfere no aleitamento natural, que por sua vez desempenha um importante papel na maturação e posicionamento da musculatura perioral e, por conseguinte, no desenvolvimento de uma correta respiração, deglutição e, posteriormente, oclusão. No entanto, Wang et al. (2021), em uma análise bibliográfica, aponta ainda que não existe uma conexão clara entre anquiloglossia e distúrbios da fala.

Em um estudo transversal, descritivo, com a população constituída pelo binômio mãe/bebê, Araújo et al. (2020), foi possível concluir que alterações no frênulo lingual estão associadas a interferências na qualidade da amamentação, o que torna a avaliação do frênulo lingual em recém-nascidos um ponto importante.

Fioravanti et al. (2021), investigaram através de um ensaio clínico randomizado, duplo-cego e controlado, como uma frenectomia lingual com laser de diodo pode melhorar a síndrome da apnéia obstrutiva do sono (SAOS) em pacientes pediátricos, e concluíram que o diagnóstico precoce, bem com o tratamento da condição de anquiloglossia associada à terapia miofuncional, devem ser indicados em pacientes pediátricos com problemas de apneia do sono.

Nesse contexto, somando ao exposto, um estudo de corte feito Zaghi et al. (2019), avaliaram a segurança e eficácia da frenotomia lingual e terapia miofuncional em quatrocentos e vinte pacientes de idades de 29 meses a 79 anos, tratados com terapia miofuncional e frenuloplastia lingual para indicações de respiração oral, ronco, aperto dentário e / ou tensão miofascial. O mesmo estudo demonstrou que houve uma taxa de satisfação geral significativa, e constataram que houve, após a frenectomia lingual com protocolo de terapia miofuncional, uma melhoria da qualidade de vida relacionada à saúde, melhora da mobilidade da língua, capacidade de realizar exercícios de terapia miofuncional, facilidade de engolir, qualidade do

sono, respiração bucal, tensão miofascial ou dor e no ronco, e puderam concluir que tal procedimento é um tratamento seguro e potencialmente eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que, apesar de existirem divergências sobre a influência da anquiloglossia na fala, há consenso na literatura acerca do efeito negativo de desequilíbrios funcionais causados por tal patologia sobre o correto crescimento e desenvolvimento do sistema estomatognático, bem como interfere no aleitamento natural e contribui para a respiração oral e para o ronco. Dessa forma, fica evidente que a alteração do frênulo lingual interfere diretamente na qualidade de vida da criança, bem como no seu desenvolvimento anatomofuncional, sendo necessário, portanto, um diagnóstico precoce da anquiloglossia e sua correção, pois menores serão os danos futuros no desenvolvimento infantil decorrentes dessa alteração.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. et al. Evaluation of the lingual frenulum in newborns using two protocols and its association with breastfeeding. **Jornal de pediatria**, v. 96, p. 379-385, 2020. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2255553619300862>. Acesso em: 20 jul. 2021.

FIORAVANTI, M. et al. The Efficacy of Lingual Laser Frenectomy in Pediatric OSAS: A Randomized Double-Blinded and Controlled Clinical Study. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 11, p. 6112, 2021.

Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/18/11/6112/htm>. Acesso em: 20 jul. 2020.

POMPÉIA, L. E. et al. A influência da anquiloglossia no crescimento e desenvolvimento do sistema estomatognático. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 35, p. 216-221, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rpp/a/pNR3h4QGRbMk3KXSxhff6Zn/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2021.

WANG, J. et al. The effect of ankyloglossia and tongue-tie division on speech articulation: A systematic review. **International Journal of Paediatric Dentistry**, 2021. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/ipd.12802>. Acesso em 20 jul. 2021.

ZAGHI, S. et al. Lingual frenuloplasty with myofunctional therapy: Exploring safety and efficacy in 348 cases. **Laryngoscope investigative otolaryngology**, v. 4, n. 5, p. 489-496, 2019. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6793603/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

Capítulo 6

TRAJETÓRIAS DE LUTAS, RESISTÊNCIAS E CONQUISTAS: DESCONSTRUINDO PRECONCEITOS, CONSTRUINDO CIDADÃOS

Alessandro Moura Costa

Acadêmico do Curso de Segunda Licenciatura em História

Polyana Jéssica do Carmo de Souza

Tutora Externa do Curso de Segunda Licenciatura em História – Mestra em História

RESUMO

Este artigo representa o resultado das vivências adquiridas durante o estágio curricular supervisionado, proposto, pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, o qual pautou-se na construção, desenvolvimento e produção de um Estudo Dirigido, sobre a temática dos Direitos Humanos, trabalhando-o de maneira que visasse a promoção do diálogo, da discussão salutar e do acolhimento entre os alunos, levando-os a compreender as complexas relações humanas e de seus direitos, e assim, potencializando suas atuações no combate ao preconceito na sociedade, e ao mesmo tempo colaborando para a aquisição de competências da BNCC na disciplina de História. O Estudo Dirigido, em sua realização, seguiu os parâmetros didáticos, teóricos-metodológicos e legais para a execução e conclusão do estágio curricular supervisionado, sendo o mesmo orientado pela tutoria da UNIASSELVI, onde o mesmo tornou-se um Produto didático-pedagógico baseado em Normas, Leis e Decretos sobre a temática Direitos Humanos, relacionando-as com material atual e reflexivo sobre as várias facetas dos agentes promotores destes direitos, bem como os grupos minoritários que sofrem no tolhimento de seus direitos. **Palavras-chave:** Direitos Humanos. Educação. Preconceito.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar as observações relacionadas ao Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Segunda Licenciatura em História realizado no primeiro semestre de 2021, com base nas diretrizes estabelecidas pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, no intuito de correlacionar as

atividades pedagógicas e a teoria acadêmica com a prática docente. Devido à singularidade do momento em que se encontra todo o sistema educacional brasileiro (pandêmico), o estágio foi realizado seguindo as orientações do plano para o período de pandemia, onde as práticas foram elaboradas a partir de um modelo de produto virtual inserido nas dinâmicas do ensino de história, com ênfase em Direitos Humanos, como área de concentração.

Neste sentido, o presente estudo ganha relevância, uma vez que dentre as práticas da docência está à atribuição de estimular os alunos a aprenderem e a relacionar seu aprendizado com seu cotidiano, e uma das principais temáticas a ser aprendida por eles, é a questão dos direitos humanos. Segundo o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) falar atualmente em direitos humanos, é falar em conceitos, como os de cidadania democrática, ativa e planetária, não podendo-se assim, dissociar um conceito do outro.

O processo de construção da concepção de uma cidadania planetária e do exercício da cidadania ativa requer, necessariamente, a formação de cidadãos(ãs) conscientes de seus direitos e deveres, protagonistas da materialidade das normas e pactos que os(as) protegem, reconhecendo o princípio normativo da dignidade humana, englobando a solidariedade internacional e o compromisso com outros povos e nações. Além disso, propõe a formação de cada cidadão(ã) como sujeito de direitos, capaz de exercer o controle democrático das ações do Estado (BRASIL, 2013, p. 15).

No entanto, como nos alerta Boaventura de Sousa Santos, a plenitude dos direitos humanos não é uma realidade no cotidiano de muitos cidadãos em nossa sociedade.

A hegemonia dos direitos humanos como linguagem de dignidade humana é hoje incontestável. No entanto, esta hegemonia convive com uma realidade perturbadora. A grande maioria da população mundial não é sujeito de direitos humanos. (SANTOS, 2014, p. 7).

Esta fala de Santos refere-se a vários aspectos, os quais abordam questões que vão além da educação formal, trata-se da busca de se alcançar o ideal do pleno desenvolvimento do sujeito, alinhado com este pensamento Paulo Freire, nos diz que todo aprendizado deve se encontrar associado ao processo de consciência da situação real vivida pelo aluno, afinal:

[...] transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano, no exercício educativo: o seu caráter formador. Se respeita à natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar. (FREIRE, 1997, p. 37).

Mas, do que se trata amesquinhar a educação? Bem, significa que não basta só ensinar a ler palavras, ou decodificar os signos linguísticos, ou ainda fazer cálculos matemáticos, é necessário politizar o aluno por meio de temas transversais, visando à construção de um ser crítico, e consciente de seu lugar na sociedade, pois, não as discutir:

[...] pode resultar em posturas conformistas e na aceitação passiva dos valores da elite, considerando a conservação e a reprodução dos esquemas de privilégios daqueles que detêm o poder econômico e político, além da gradual eliminação da cultura popular (SOARES, 2017, p.4).

Os temas transversais, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs:

Não constituem novas áreas, mas antes um conjunto de temas que aparecem transversalizados nas áreas definidas, isto é, permeando a concepção, os objetivos, os conteúdos e as orientações didáticas de cada área, no decorrer de toda a escolaridade obrigatória. A transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso das relações interpessoais e sociais escolares com as questões que estão envolvidas nos temas, afim de que haja uma coerência entre os valores experimentados na vivência que a escola propicia aos alunos e o contato intelectual com tais valores. (BRASIL, 1998, p.64).

Resumindo, os temas transversais, levam em consideração alguns princípios baseados no texto constitucional para subsidiar a sua escolha, dentre eles podemos citar:

[...] a dignidade da pessoa humana, que implica no respeito aos direitos e repúdio a discriminação; igualdade de direitos, que se refere à necessidade de dar a todos a mesma dignidade; participação, visando democracia e cidadania ativa; e corresponsabilidade pela vida social, que implica em partilhar com os poderes públicos a responsabilidade através da efetivação dos direitos e vida da coletividade. (FIALHO; MACHADO, 2014, p.4).

E esta prática ganha mais destaque ainda, quando falamos em Dinâmicas de Ensino em História, pois, o historiador pode analisar sua práxis em um contexto de renovação pedagógica, “contribuindo para o fortalecimento das finalidades políticas e sociais das disciplinas escolares, e proporcionando condições para que os estudantes possam se enxergar enquanto agentes de transformações e sujeitos históricos” (TRISTÃO; SOUZA, 2020, p.4) e, é neste contexto que apresentamos, o presente artigo de projeto de estágio.

2 ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: FUNDAMENTAÇÃO TÉORICA

A escolha da área de concentração: “Dinâmicas de Ensino em História”, se deve em virtude de a mesma propor ao pesquisador, uma práxis de investigação a qual busca trilhar por novos caminhos e métodos de ensino, novas teorias e práticas,

que possam contribuir para o aprendizado em História. Por isso, o presente estudo busca a elaboração por meio destas dinâmicas, organizar e reproduzir um estudo dirigido, reflexivo e educativo visando, contribuir para uma cultura de paz, incentivo e fortalecimento de práticas cidadãs e de direitos humanos no ambiente escolar. Afinal:

Os direitos humanos estão intimamente relacionados com a construção da cidadania e com a garantia do princípio da dignidade da pessoa humana. Desta maneira a consolidação do cidadão enquanto partícipe das transformações sociais se concretiza através da educação. (WESTPHAL, 2009, p. 2).

Já no que se refere à escolha pela técnica de estudo dirigido, a mesma foi adotada devido ao alto grau de independência, que este método possui junto aos alunos, deixando-os livres para pensar e refletir sobre questões tão importantes quanto a consolidação dos Direitos Humanos, e outras temáticas que envolvem a complexa realidade que os envolvem, possibilitando seu crescimento pessoal, e permitindo que o professor atue como mediador deste processo, dando o protagonismo que o aluno merece.

O estudo dirigido é um primeiro método ou técnica de ensino para tornar o educando independente do professor, orientando-o para estudos futuros e participação na sociedade. [...] O estudo dirigido apresenta duas funções principais; a primeira é de consolidação dos conhecimentos por meio de uma combinação da explicação do professor com exercícios. A segunda, é a busca da solução dos problemas por meio de questões que os alunos possam resolver criativamente e de forma independente. (OKANE; TAKAHASHI, 2006, p. 162).

Sendo assim, e visando atender a esses princípios, o presente artigo baseou-se na elaboração do projeto de estágio: “Trajetórias de Lutas, Resistências e Conquistas: Desconstruindo Preconceitos, Construindo Cidadãos”, centrando-se na promoção do diálogo, da discussão salutar e do acolhimento entre os alunos, levando-os a compreender as complexas relações humanas e de seus direitos, e assim, potencializando suas atuações no combate ao preconceito na sociedade.

3 VIVÊNCIA DO ESTÁGIO

O estágio teve a orientação da professora mestra Polyana Jéssica do Carmo de Souza, tutora externa (UNIASSELVI), e foi executado em quatro etapas: produção do projeto de estágio, preenchimento do roteiro de observação virtual, apresentação do paper final e socialização do aprendizado via online, seguindo as orientações

contidas na trilha de aprendizagem da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado, do Curso de Segunda Licenciatura em História, da UNIASSELVI.

Como principal vivência, o respectivo Estudo Dirigido trouxe a temática de Dinâmicas de Ensino em História, com ênfase em Direitos Humanos, buscando relacionar o cotidiano dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e do 2º Ano do Ensino Médio, com conteúdo atual e qualificado, disponível na internet. A instituição educacional concedente do estágio curricular foi o Instituto Estadual de Educação Oswaldo Aranha – Escola Cívico Militar, à qual pertence à rede pública estadual do município de Alegrete/RS, e que no ano de 2020, passou a integrar o Projeto do Governo Federal de Escolas Cívico- Militares, passando por inúmeras reformas de infraestrutura, qualificando-se assim, para a prática do referido projeto de estágio, e consequente artigo.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, quanto aos seus objetivos, o presente projeto de estágio, pautou-se sob dois aspectos: Em um primeiro momento: uma pesquisa bibliográfica a qual foi “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44), para a fundamentação teórica deste documento, juntamente com outra documental através da análise de legislação específica sobre o Plano Nacional em Direitos Humanos e sua execução na práxis docente, uma vez que:

[...] a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Ela é semelhante à pesquisa bibliográfica, segundo o autor, e o que a diferencia é a natureza das fontes, sendo material que ainda não recebeu tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2002, p. 44).

Já em um segundo momento: buscou-se junto à internet (ciberespaço), realizar uma pesquisa “in loco”, de conteúdos que fossem de fácil acesso, e que também trouxesse para os alunos uma visão crítica e de qualidade sobre a temática, e a partir destas análises e tratamento de informações, elaborou-se 5 (cinco) planos de aulas base, para o desenvolvimento didático-pedagógico do respectivo estágio, e após isto, espelhou-se os mesmos (obtendo-se assim 10 planos), observando as diferenças de abordagens, em suas competências e habilidades, previamente descritas pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular), entre o Ensino Fundamental e Médio, buscando-

se assim, trabalhar de forma instigante estas Dinâmicas de Ensino em História, com ênfase em Direitos Humanos.

Ocorrerá também, durante a vivência do estágio, de forma virtual a observação da escola concedente, no caso, o Instituto Estadual de Educação Oswaldo Aranha – Escola Cívico Militar, a qual viabilizou-se de forma remota, devido a pandemia, mas, que contribuiu significativamente para se obter as informações necessárias para visualizar-se de maneira clara a realidade da respectiva escola, o contato deu-se por meio do professor Ernesto Rodrigues Viana, diretor do estabelecimento, sendo o mesmo, muito prestativo, tendo uma contribuição esclarecedora e enriquecedora para a conclusão deste estágio, o qual repassou as informações solicitadas para a composição do roteiro de observação virtual da escola, via e-mail e WhatsApp, como: fotos externas e internas da escola, a localização, a área de atuação, os turnos de atendimento, a quantidade de estudantes, o quadro de funcionários, a experiência e formação dos professores, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da cidade e da instituição, a estrutura física e principalmente, a proposta pedagógica, que ajudou a nortear o presente projeto.

Por fim, cabe ressaltar, que o presente projeto foi idealizado com uma metodologia reflexiva-participativa, podendo assim, ser executado de forma flexível aos professores e aos estudantes, tanto na modalidade de ensino presencial, remoto e/ou híbrido (execução descrita nos planos de aula). Os planos de aula contaram com 56 horas/aulas (28 para o Ensino Fundamental e 28 para o médio) para a sua execução, tomando como base a divisão por etapas em cada um deles, onde cada etapa equivale a 2 horas/aula, logo obteve-se planos que contemplam 2 ou 3 etapas para a sua execução, ou seja, 4 ou 6 horas/aulas, eles consistem na seleção e reflexão de diversos temas transversais sobre Direitos Humanos, começando pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e sua Relação com a Constituição Federal do Brasil de 1988, passando pelas Lutas e Conquistas Femininas na História: Código Civil Brasileiro, análise da Lei Maria da Penha e do protagonismo feminino na sociedade, até os debates sobre Liberdade Religiosa, inserção da Cultura Afrodescendente e Indígena na educação, e os movimentos de luta e resistência contra a LGBTfobia.

4 IMPRESSÕES DO ESTÁGIO (CONSIDERAÇÕES FINAIS)

Como estagiário, de um curso de segunda licenciatura, o que foi percebido, é que a proposta didático-pedagógica idealizada pela UNIASSEVI, neste modelo de estágio curricular supervisionado, pautou-se pela inovação na metodologia de ensino para o período pandêmico, pois, trabalhou, em seus docentes-alunos o ato de síntese pedagógica.

E quanto ao Projeto elaborado para a execução do respectivo estágio, descrito neste artigo, acredita-se que ao realizar um revisionismo histórico-social consciente sobre as temáticas trabalhadas neste estudo, estamos entregando para a comunidade acadêmica, um projeto pedagógico de qualidade e de fácil aplicação, e de grande auxílio didático no processo de ensino-aprendizagem sobre Direitos Humanos, ajudando a desconstruir preconceitos, e construindo cidadãos conscientes de seu papel na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: BNCC**. Ministério da Educação. Brasília: 2020.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Secretaria dos Direitos Humanos. Brasília: 2013.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Terceiro e Quarto Ciclos: Apresentação dos Temas Transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

FIALHO, L. M. F.; MACHADO, C. S. **Temas Transversais e Ensino de História no Primeiros Anos de Escolarização**. In: Didática e Prática de Ensino na relação com a Escola. Universidade Federal do Ceará. ENDIPE. 2014. Disponível em: <http://www.uece.br/endipec2014/ebooks/livro1/530_TEMAS_TRANSVERSAIS_E_ENSINO_DE_HIST%C3%93RIA_NOS_PRIMEIROS_ANOS_DE_ESCOLARIZA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. Paz e Terra. São Paulo: 1997.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª Edição. Editora: Atlas. São Paulo: 2002.

OKANE, E. S. H.; TAKAHASHI, R. T. **O Estudo Dirigido como Estratégia de Ensino na Educação Profissional em Enfermagem**. Revista da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo – USP. nº 40. São Paulo: 2006.

SANTOS, B. S. **Se Deus Fosse um Ativista dos Direitos Humanos**. Cortez. São Paulo: 2014.

SOARES, P. S. G. **Alfabetização e Politização: As Contradições no Ato de Educar**. Associação de Leitura do Brasil. 2017. Disponível em: <http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_antteriores/anais17/txtcompletos/sem02/COLE_3671.pdf> Acesso em: 09 abr. 2021.

TRISTÃO, I. N. N.; SOUZA, M. P. **Elementos do Currículo Escolar e a Transversalidade no Ensino de História**. CONEDU. VI Congresso Nacional de Educação. Processo e Políticas. Vol. 1. 2020.

WESTPHAL, F. P. S. **Direitos Humanos na Educação, um Pilar para o Exercício da Cidadania e a Concretização da Dignidade da Pessoa Humana**. Revista Direitos Fundamentais & Democracia. UniBrasil: Faculdades Integradas do Brasil. v. 05. Curitiba: 2009.

APÊNDICES

PLANO DE AULA - 01	
PLANO DE PERÍODO DE PANDEMIA – ENSINO FUNDAMENTAL	
Nome da escola	Instituto Estadual de Educação Oswaldo Aranha – Escola Cívico Militar
Diretor(a)	Ernesto Rodrigues Viana
Turma	91
Disciplinas/Campo de Experiência	História – Direitos Humanos
Tema	Declaração Universal dos Direitos Humanos e sua Relação com a Constituição Federal do Brasil de 1988
Competências/Habilidades	<p>Competências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo; - Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica; - Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com

	<p>base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica. <p>Habilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - (EF09HI15) Discutir as motivações que levaram à criação da Organização das Nações Unidas (ONU) no contexto do pós-guerra e os propósitos dessa organização; - (EF09HI16) Relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação; - (EF09HI22) Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988.
<p>Recursos/Materiais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Quadro Branco; - Datashow; - Sala de Audiovisual ou Plataforma Google Meet; - Exercícios (fotocopiados); - Canetas para Quadro Branco; - Apagador; - Internet e Computadores; - Filmes e Documentários.
<p>Desenvolvimento/Procedimentos Metodológicos</p>	
<p>Etapa 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Explanação e Comentário sobre: Declaração Universal dos Direitos Humanos e sua influência na Constituição Brasileira de 1988; - Explanação e Comentário sobre: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; - Orientação de tarefas com exercícios de fixação dos conteúdos e de pesquisas para atividade de casa (tema); - Utilização da Sala de Áudio Visual (em caso de ensino presencial). <p>Etapa 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Devolutiva e execução da avaliação pelos alunos. 	
<p>Avaliação</p>	

Critérios:

- Postura respeitosa com os colegas;
- Participação e colaboração nas leituras e exposições dialogadas;
- Resolução das questões orientadoras de estudos.

Instrumentos de Avaliação:

- Exercícios reflexivos individuais e em grupo;
- Avaliação: Debates em Grupos, e posterior avaliação envolvendo questões de análise de sentenças de múltipla escolha e dissertativas sobre a temática trabalhada.

Referências

Sites:

- 1) BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso: 20 mar. 2021.
- 2) UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso: 19 mar. 2021.

Vídeos:

- 1) CAMILO, Charles. **Redemocratização do Brasil**. Duração: 10'48". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4qxmifVCmPI>>. Acesso: 18 mar. 2021.
- 2) CURY, Camila. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Duração: 20'12". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MEJw-dPU6Kw>>. Acesso: 18 mar. 2021.

PLANO DE AULA - 02

PLANO DE PERÍODO DE PANDEMIA – ENSINO FUNDAMENTAL

Nome da escola	Instituto Estadual de Educação Oswaldo Aranha – Escola Cívico Militar
Diretor(a)	Ernesto Rodrigues Viana
Turma	91
Disciplinas/Campo de Experiência	História – Direitos Humanos
Tema	Código Civil Brasileiro: Lutas e Conquistas Femininas na História

<p>Competências/Habilidades</p>	<p>Competências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo; - Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito; - Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica. <p>Habilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - (EF09HI09) Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais.
<p>Recursos/Materiais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Quadro Branco; - Datashow; - Sala de Audiovisual ou Plataforma Google Meet; - Exercícios (fotocopiados); - Canetas para Quadro Branco; - Apagador; - Internet e Computadores; - Filmes e Documentários.
<p>Desenvolvimento/Procedimentos Metodológicos</p>	
<p>Etapa 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição de tarefas e compromissos a serem assumidos a fim de a turma de se auto-organizar e gerir as demandas solicitadas; - Criação de grupos de estudos e distribuição dos respectivos conteúdos aos grupos; - Explanação e Comentário sobre: Lei 3071 de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil dos Estados Unidos do Brasil; - Explanação e Comentário sobre: Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002. - Utilização da Sala de Áudio Visual (em caso de ensino presencial); <p>Etapa 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Explanação e Comentário sobre: Evolução Histórica do Direito das Mulheres no Direito das Famílias; 	

- Utilização da Sala de Áudio Visual (em caso de ensino presencial);
- Orientação de tarefas com exercícios de fixação dos conteúdos e de pesquisas para atividade de casa (tema).

Etapa 3:

- Utilização da Sala de Áudio Visual (em caso de ensino presencial);
- Realização de Seminários de Debates.

Avaliação

Critérios:

- Postura respeitosa com os colegas;
- Participação e colaboração nas leituras e exposições dialogadas;
- Resolução das questões orientadoras de estudos.

Instrumentos de Avaliação:

- Exercícios reflexivos individuais e em grupo;
- Avaliação: Debates em Grupos, Apresentação de Seminários e posterior avaliação envolvendo questões de análise de sentenças de múltipla escolha e dissertativas sobre a temática trabalhada;
- Devolutiva e execução da avaliação pelos alunos.

Referências

Sites:

- 1) BRASIL. **Lei nº 3071, de 1º de janeiro de 1916** - Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm>. Acesso: 23 mar. 2021.
- 2) BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002** – Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm>. Acesso: 23 mar. 2021.

Vídeos:

- 1) USTÁRROZ, Daniel. **A Família no Código Civil de 1916**. Duração: 15'01". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=es4mHONolaA>>. Acesso: 21 mar. 2021.
- 2) PIMENTAL, Sílvia. **O Direito das Mulheres**. Duração: 10'39". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dspCEhN17-M>>. Acesso: 21 mar. 2021.
- 3) ALE, Giovanna. **Evolução Histórica do Direito das Mulheres no Direito das Famílias**. Duração: 17'10". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ign7-64v6KY>>. Acesso: 20 mar. 2021.

PLANO DE PERÍODO DE PANDEMIA – ENSINO FUNDAMENTAL	
Nome da escola	Instituto Estadual de Educação Oswaldo Aranha – Escola Cívico Militar
Diretor(a)	Ernesto Rodrigues Viana
Turma	91
Disciplinas/Campo de Experiência	História – Direitos Humanos
Tema	Conquistas e processos de resistências de populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres)
Competências/Habilidades	<p>Competências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo; - Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica; - Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários; - Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica. <p>Habilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - (EF09HI23) Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo; - (EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas;

	<ul style="list-style-type: none"> - (EF09HI36) Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência.
Recursos/Materiais	<ul style="list-style-type: none"> - Quadro Branco; - Datashow; - Sala de Audiovisual ou Plataforma Google Meet; - Exercícios (fotocopiados); - Canetas para Quadro Branco; - Apagador; - Internet e Computadores; - Filmes e Documentários.
Desenvolvimento/Procedimentos Metodológicos	
<p>Etapa 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição de tarefas e compromissos a serem assumidos a fim de a turma de se auto-organizar e gerir as demandas solicitadas; - Criação de grupos de estudos e distribuição dos respectivos conteúdos aos grupos; - Introdução a Conceitos sobre Liberdade Religiosa: Crenças de Matrizes Africanas; - Explicação e Comentário sobre: Lei nº 10.639, de 09 janeiro de 2003; - Explicação e Comentário sobre: Lei 11.645, de 10 março de 2008; - Orientação de tarefas com exercícios de fixação dos conteúdos e de pesquisas para atividade de casa (tema); - Utilização da Sala de Áudio Visual (em caso de ensino presencial); <p>Etapa 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Explicação e Comentário sobre: Lei 11.340, de 07 agosto de 2006 (Maria da Penha); - Utilização da Sala de Áudio Visual (em caso de ensino presencial); - Orientação de tarefas com exercícios de fixação dos conteúdos e de pesquisas para atividade de casa (tema). <p>Etapa 3:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Utilização da Sala de Áudio Visual (em caso de ensino presencial); - Realização de Seminários de Debates. 	
Avaliação	
<p>Critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Postura respeitosa com os colegas; 	

- Participação e colaboração nas leituras e exposições dialogadas;
- Resolução das questões orientadoras de estudos.

Instrumentos de Avaliação:

- Exercícios reflexivos individuais e em grupo;
- Avaliação: Debates em Grupos, Apresentação de Seminários e posterior avaliação envolvendo questões de análise de sentenças de múltipla escolha e dissertativas sobre a temática trabalhada;
- Devolutiva e execução da avaliação pelos alunos.

Referências

Sites:

1) BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 24 mar. 2021.

2) BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 24 mar. 2021.

3) BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 24 mar. 2021.

Vídeos:

1) FIRMINO, Fabiana. **Lei nº 10.639/03 e Lei nº 11.645/08.** Duração: 15'05". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=L6ohfJOEyrY>>. Acesso: 25 mar. 2021.

2) VERSA, Maria. **Aplicações da Lei Maria da Penha.** Duração: 10'06". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IlcBKr11Zqw>>. Acesso: 25 mar. 2021.

PLANO DE AULA - 04

PLANO DE PERÍODO DE PANDEMIA – ENSINO FUNDAMENTAL

COLETÂNEA MULTIDISCIPLINAR DOS SABERES

Nome da escola	Instituto Estadual de Educação Oswaldo Aranha – Escola Cívico Militar
Diretor(a)	Ernesto Rodrigues Viana
Turma	91
Disciplinas/Campo de Experiência	História – Direitos Humanos
Tema	As Trajetórias e Lutas do Movimento Feminista no Brasil e o Protagonismo Social das Mulheres
Competências/Habilidades	<p>Competências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo; - Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica; - Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários; - Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica. <p>Habilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - (EF09HI09) Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais.
Recursos/Materiais	<ul style="list-style-type: none"> - Quadro Branco; - Datashow; - Sala de Audiovisual ou Plataforma Google Meet; - Exercícios (fotocopiados); - Canetas para Quadro Branco; - Apagador; - Internet e Computadores;

	- Filmes e Documentários.
Desenvolvimento/Procedimentos Metodológicos	
Etapas 1 e 2:	
<ul style="list-style-type: none"> - Definição de tarefas e compromissos a serem assumidos a fim de a turma de se auto-organizar e gerir as demandas solicitadas; - Criação de grupos de estudos e distribuição dos respectivos conteúdos aos grupos; - Explanação e Comentário sobre: As Trajetórias e Lutas do Movimento Feminista no Brasil e o Protagonismo Social das Mulheres; - Explanação e Comentário sobre: A Conquista do Voto Feminino no Brasil; - Explanação e Comentário sobre Feminismo e Igualdade de Gênero no Brasil: O Futuro é Feminino; - Orientação de tarefas com exercícios de fixação dos conteúdos e de pesquisas para atividade de casa (tema); - Utilização da Sala de Áudio Visual (em caso de ensino presencial); 	
Etapa 3:	
<ul style="list-style-type: none"> - Utilização da Sala de Áudio Visual (em caso de ensino presencial); - Realização de Seminários de Debates. 	
Avaliação	
Critérios:	
<ul style="list-style-type: none"> - Postura respeitosa com os colegas; - Participação e colaboração nas leituras e exposições dialogadas; - Resolução das questões orientadoras de estudos. 	
Instrumentos de Avaliação:	
<ul style="list-style-type: none"> - Exercícios reflexivos individuais e em grupo; - Avaliação: Debates em Grupos, Apresentação de Seminários e posterior avaliação envolvendo questões de análise de sentenças de múltipla escolha e dissertativas sobre a temática trabalhada; - Devolutiva e execução da avaliação pelos alunos. 	
Referências	
Sites:	
<p>1) ALVES, A. C. F.; ALVES, A. K. da S. As Trajetórias e Lutas do Movimento Feminista no Brasil e o Protagonismo Social das Mulheres. IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social 29 a 31 de maio de 2013 – Fortaleza – CE – UECE – Itaperi. Disponível em: < http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17225-08072013-161937.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2021.</p>	

Vídeos:

1) Canal GNT. **Feminismo e Igualdade de Gênero no Brasil: O Futuro é Feminino**. Duração: 10'28". Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=otBS-EMOc90>>. Acesso: 25 mar. 2021.

2) JUSTIÇA ELEITORAL. **A Conquista do Voto Feminino no Brasil**. Duração: 27'38". Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=hIbillJAwJA>>. Acesso: 25 mar. 2021.

PLANO DE AULA - 05	
PLANO DE PERÍODO DE PANDEMIA – ENSINO FUNDAMENTAL	
Nome da escola	Instituto Estadual de Educação Oswaldo Aranha – Escola Cívico Militar
Diretor(a)	Ernesto Rodrigues Viana
Turma	91
Disciplinas/Campo de Experiência	História – Direitos Humanos
Tema	As Trajetórias e Lutas do Movimento Feminista no Brasil e o Protagonismo Social das Mulheres
Competências/Habilidades	<p>Competências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo; - Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica; - Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários; - Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica. <p>Habilidades:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - (EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas; - (EF09HI36) Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência.
Recursos/Materiais	<ul style="list-style-type: none"> - Quadro Branco; - Datashow; - Sala de Audiovisual ou Plataforma Google Meet; - Exercícios (fotocopiados); - Canetas para Quadro Branco; - Apagador; - Internet e Computadores; - Filmes e Documentários.
Desenvolvimento/Procedimentos Metodológicos	
<p>Etapas 1 e 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição de tarefas e compromissos a serem assumidos a fim de a turma de se auto-organizar e gerir as demandas solicitadas; - Criação de grupos de estudos e distribuição dos respectivos conteúdos aos grupos; - Explanação e Comentário sobre: A História da causa LGBTQIA+ no Brasil e no Mundo; - Explanação e Comentário sobre: Realidade da LGTBfobia no Brasil; - Explanação e Comentário sobre: Portaria nº 202, de 10 de maio de 2018; - Orientação de tarefas com exercícios de fixação dos conteúdos e de pesquisas para atividade de casa (tema); - Utilização da Sala de Áudio Visual (em caso de ensino presencial); <p>Etapa 3:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Utilização da Sala de Áudio Visual (em caso de ensino presencial); - Realização de Seminários de Debates. 	
Avaliação	
<p>Critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Postura respeitosa com os colegas; - Participação e colaboração nas leituras e exposições dialogadas; 	

- Resolução das questões orientadoras de estudos.

Instrumentos de Avaliação:

- Exercícios reflexivos individuais e em grupo;
- Avaliação: Debates em Grupos, Apresentação de Seminários e posterior avaliação envolvendo questões de análise de sentenças de múltipla escolha e dissertativas sobre a temática trabalhada;
- Devolutiva e execução da avaliação pelos alunos.

Referências

Sites:

- 1) BRASIL. **Portaria nº 202, de 10 de maio de 2018.** Institui o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_27646712_PORTARIA_N_202_DE_10_DE_MAIO_DE_2018.aspx>. Acesso em: 24 mar. 2021.
- 2) SANTOS, M. V. A. dos; AMORIM, B. M. O. de. **LGBTFobia no Âmbito Escolar: Perspectivas de Mediação e Intervenção da Psicologia.** Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/18528>>. Acesso: 26 mar. 2021.

Vídeos:

- 1) Canal GNT. **Sobre LGBTFobia: Quebrando o Tabu.** Duração: 5'05". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=quYD4uqi0do>>. Acesso: 25 mar. 2021.
- 2) Canal GNT. **O que é LGBTQIA+ e História do Movimento.** Duração: 12'31". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XVNOCD1baTQ>>. Acesso: 25 mar. 2021.
- 3) Tribunal Superior do Trabalho. **Reportagem Especial: Discriminação sofrida por Pessoas LGBT no Ambiente de Trabalho.** Duração: 13'37". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fQjZvtXvGM>>. Acesso: 25 mar. 2021.

PLANO DE AULA - 01

PLANO DE PERÍODO DE PANDEMIA – ENSINO MÉDIO

Nome da escola	Instituto Estadual de Educação Oswaldo Aranha – Escola Cívico Militar
Diretor(a)	Ernesto Rodrigues Viana
Turma	201
Disciplinas/Campo de Experiência	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – Direitos Humanos
Tema	Declaração Universal dos Direitos Humanos e sua Relação com a Constituição Federal do Brasil de 1988

Competências/Habilidades	<p>Competências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. <p>Habilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - (EM13CHS605) Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, para fundamentar a crítica à desigualdade entre indivíduos, grupos e sociedades e propor ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência dos jovens.
Recursos/Materiais	<ul style="list-style-type: none"> - Quadro Branco; - Datashow; - Sala de Audiovisual ou Plataforma Google Meet; - Exercícios (fotocopiados); - Canetas para Quadro Branco; - Apagador; - Internet e Computadores; - Filmes e Documentários.
Desenvolvimento/Procedimentos Metodológicos	
<p>Etapa 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Explanação e Comentário sobre: Declaração Universal dos Direitos Humanos e sua influência na Constituição Brasileira de 1988; - Explanação e Comentário sobre: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; - Orientação de tarefas com exercícios de fixação dos conteúdos e de pesquisas para atividade de casa (tema); - Utilização da Sala de Áudio Visual (em caso de ensino presencial). <p>Etapa 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Devolutiva e execução da avaliação pelos alunos. 	
Avaliação	
Critérios:	

- Postura respeitosa com os colegas;
 - Participação e colaboração nas leituras e exposições dialogadas;
 - Resolução das questões orientadoras de estudos.
- Instrumentos de Avaliação:**
- Exercícios reflexivos individuais e em grupo;
 - Avaliação: Debates em Grupos, e posterior avaliação envolvendo questões de análise de sentenças de múltipla escolha e dissertativas sobre a temática trabalhada.

Referências

Sites:

- 1) BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso: 20 mar. 2021.
- 2) UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso: 19 mar. 2021.

Vídeos:

- 1) CAMILO, Charles. **Redemocratização do Brasil**. Duração: 10'48". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4qxmtfVCmPI>>. Acesso: 18 mar. 2021.
- 2) CURY, Camila. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Duração: 20'12". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MEJw-dPU6Kw>>. Acesso: 18 mar. 2021.

PLANO DE AULA - 02

PLANO DE PERÍODO DE PANDEMIA – ENSINO MÉDIO

Nome da escola	Instituto Estadual de Educação Oswaldo Aranha – Escola Cívico Militar
Diretor(a)	Ernesto Rodrigues Viana
Turma	201
Disciplinas/Campo de Experiência	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – Direitos Humanos
Tema	Código Civil Brasileiro: Lutas e Conquistas Femininas na História
Competências/Habilidades	<p>Competências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos,

	<p>democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.</p> <p>Habilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - (EM13CHS501) Compreender e analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a autonomia e o poder de decisão (vontade); - (EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida, valores, condutas etc.), desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, e propor ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais.
<p>Recursos/Materiais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Quadro Branco; - Datashow; - Sala de Audiovisual ou Plataforma Google Meet; - Exercícios (fotocopiados); - Canetas para Quadro Branco; - Apagador; - Internet e Computadores; - Filmes e Documentários.
<p style="text-align: center;">Desenvolvimento/Procedimentos Metodológicos</p>	
<p>Etapa 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição de tarefas e compromissos a serem assumidos a fim de a turma de se auto-organizar e gerir as demandas solicitadas; - Criação de grupos de estudos e distribuição dos respectivos conteúdos aos grupos; - Explicação e Comentário sobre: Lei 3071 de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil dos Estados Unidos do Brasil; - Explicação e Comentário sobre: Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002. - Utilização da Sala de Áudio Visual (em caso de ensino presencial). <p>Etapa 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Explicação e Comentário sobre: Evolução Histórica do Direito das Mulheres no Direito das Famílias; - Utilização da Sala de Áudio Visual (em caso de ensino presencial); - Orientação de tarefas com exercícios de fixação dos conteúdos e de pesquisas para atividade de casa (tema). 	

<p>Etapa 3:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Utilização da Sala de Áudio Visual (em caso de ensino presencial); - Realização de Seminários de Debates. 	
<p>Avaliação</p>	
<p>Critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Postura respeitosa com os colegas; - Participação e colaboração nas leituras e exposições dialogadas; - Resolução das questões orientadoras de estudos. <p>Instrumentos de Avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Exercícios reflexivos individuais e em grupo; - Avaliação: Debates em Grupos, Apresentação de Seminários e posterior avaliação envolvendo questões de análise de sentenças de múltipla escolha e dissertativas sobre a temática trabalhada; - Devolutiva e execução da avaliação pelos alunos. 	
<p>Referências</p>	
<p>Sites:</p> <p>1) BRASIL. Lei nº 3071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm>. Acesso: 23 mar. 2021.</p> <p>2) BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Institui o Código Civil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm>. Acesso: 23 mar. 2021.</p> <p>Vídeos:</p> <p>1) USTÁRROZ, Daniel. A Família no Código Civil de 1916. Duração: 15'01". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=es4mHONolaA>. Acesso: 21 mar. 2021.</p> <p>2) PIMENTAL, Sílvia. O Direito das Mulheres. Duração: 10'39". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dspCEhN17-M>. Acesso: 21 mar. 2021.</p> <p>3) ALE, Giovanna. Evolução Histórica do Direito das Mulheres no Direito das Famílias. Duração: 17'10". Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=iqn7-64v6KY>. Acesso: 20 mar. 2021.</p>	

<p>PLANO DE AULA - 03</p> <p>PLANO DE PERÍODO DE PANDEMIA – ENSINO MÉDIO</p>	
<p>Nome da escola</p>	<p>Instituto Estadual de Educação Oswaldo Aranha – Escola Cívico Militar</p>

COLETÂNEA MULTIDISCIPLINAR DOS SABERES

Diretor(a)	Ernesto Rodrigues Viana
Turma	201
Disciplinas/Campo de Experiência	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – Direitos Humanos
Tema	Conquistas e processos de resistências de populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres)
Competências/Habilidades	<p>Competências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos; - Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. <p>Habilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - (EM13CHS501) Compreender e analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a autonomia e o poder de decisão (vontade); - (EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida, valores, condutas etc.), desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, e propor ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais; - (EM13CHS601) Relacionar as demandas políticas, sociais e culturais de indígenas e afrodescendentes no Brasil contemporâneo aos processos históricos das Américas e ao contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual.
Recursos/Materiais	<ul style="list-style-type: none"> - Quadro Branco; - Datashow; - Sala de Audiovisual ou Plataforma Google Meet; - Exercícios (fotocopiados); - Canetas para Quadro Branco;

	<ul style="list-style-type: none"> - Apagador; - Internet e Computadores; - Filmes e Documentários.
Desenvolvimento/Procedimentos Metodológicos	
<p>Etapa 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição de tarefas e compromissos a serem assumidos a fim de a turma de se auto-organizar e gerir as demandas solicitadas; - Criação de grupos de estudos e distribuição dos respectivos conteúdos aos grupos; - Introdução a Conceitos sobre Liberdade Religiosa: Crenças de Matrizes Africanas; - Explicação e Comentário sobre: Lei nº 10.639, de 09 janeiro de 2003; - Explicação e Comentário sobre: Lei 11.645, de 10 março de 2008; - Orientação de tarefas com exercícios de fixação dos conteúdos e de pesquisas para atividade de casa (tema); - Utilização da Sala de Áudio Visual (em caso de ensino presencial); <p>Etapa 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Explicação e Comentário sobre: Lei 11.340, de 07 agosto de 2006 (Maria da Penha); - Utilização da Sala de Áudio Visual (em caso de ensino presencial); - Orientação de tarefas com exercícios de fixação dos conteúdos e de pesquisas para atividade de casa (tema). <p>Etapa 3:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Utilização da Sala de Áudio Visual (em caso de ensino presencial); - Realização de Seminários de Debates. 	
Avaliação	
<p>Critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Postura respeitosa com os colegas; - Participação e colaboração nas leituras e exposições dialogadas; - Resolução das questões orientadoras de estudos. <p>Instrumentos de Avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Exercícios reflexivos individuais e em grupo; - Avaliação: Debates em Grupos, Apresentação de Seminários e posterior avaliação envolvendo questões de análise de sentenças de múltipla escolha e dissertativas sobre a temática trabalhada; - Devolutiva e execução da avaliação pelos alunos. 	
Referências	

Sites:

1) BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 24 mar. 2021.

2) BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 24 mar. 2021.

3) BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 24 mar. 2021.

Vídeos:

1) FIRMINO, Fabiana. **Lei nº 10.639/03 e Lei nº 11.645/08.** Duração: 15'05". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=L6ohfJOEyrY>>. Acesso: 25 mar. 2021.

2) VERSA, Maria. **Aplicações da Lei Maria da Penha.** Duração: 10'06". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=llcBKr11Zqw>>. Acesso: 25 mar. 2021.

PLANO DE AULA - 04	
PLANO DE PERÍODO DE PANDEMIA – ENSINO MÉDIO	
Nome da escola	Instituto Estadual de Educação Oswaldo Aranha – Escola Cívico Militar
Diretor(a)	Ernesto Rodrigues Viana
Turma	201
Disciplinas/Campo de Experiência	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – Direitos Humanos
Tema	As Trajetórias e Lutas do Movimento Feminista no Brasil e o Protagonismo Social das Mulheres

<p>Competências/Habilidades</p>	<p>Competências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos. <p>Habilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - (EM13CHS501) Compreender e analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a autonomia e o poder de decisão (vontade); - (EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.
<p>Recursos/Materiais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Quadro Branco; - Datashow; - Sala de Audiovisual ou Plataforma Google Meet; - Exercícios (fotocopiados); - Canetas para Quadro Branco; - Apagador; - Internet e Computadores; - Filmes e Documentários.
<p>Desenvolvimento/Procedimentos Metodológicos</p>	
<p>Etapas 1 e 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição de tarefas e compromissos a serem assumidos a fim de a turma de se auto-organizar e gerir as demandas solicitadas; - Criação de grupos de estudos e distribuição dos respectivos conteúdos aos grupos; - Explanação e Comentário sobre: As Trajetórias e Lutas do Movimento Feminista no Brasil e o Protagonismo Social das Mulheres; - Explanação e Comentário sobre: A Conquista do Voto Feminino no Brasil; - Explanação e Comentário sobre Feminismo e Igualdade de Gênero no Brasil: O Futuro é Feminino; - Orientação de tarefas com exercícios de fixação dos conteúdos e de pesquisas para atividade de casa (tema); - Utilização da Sala de Áudio Visual (em caso de ensino presencial); 	

<p>Etapa 3:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Utilização da Sala de Áudio Visual (em caso de ensino presencial); - Realização de Seminários de Debates.
Avaliação
<p>Critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Postura respeitosa com os colegas; - Participação e colaboração nas leituras e exposições dialogadas; - Resolução das questões orientadoras de estudos. <p>Instrumentos de Avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Exercícios reflexivos individuais e em grupo; - Avaliação: Debates em Grupos, Apresentação de Seminários e posterior avaliação envolvendo questões de análise de sentenças de múltipla escolha e dissertativas sobre a temática trabalhada; - Devolutiva e execução da avaliação pelos alunos.
Referências
<p>Sites:</p> <p>1) ALVES, A. C. F.; ALVES, A. K. da S. As Trajetórias e Lutas do Movimento Feminista no Brasil e o Protagonismo Social das Mulheres. IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social 29 a 31 de maio de 2013 – Fortaleza – CE – UECE – Itaperi. Disponível em: < http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17225-08072013-161937.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2021.</p> <p>Vídeos:</p> <p>1) Canal GNT. Feminismo e Igualdade de Gênero no Brasil: O Futuro é Feminino. Duração: 10'28". Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=otBS-EMOc90>. Acesso: 25 mar. 2021.</p> <p>2) JUSTIÇA ELEITORAL. A Conquista do Voto Feminino no Brasil. Duração: 27'38". Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=h1BillJAwJA>. Acesso: 25 mar. 2021.</p>

PLANO DE AULA - 05	
PLANO DE PERÍODO DE PANDEMIA – ENSINO MÉDIO	
Nome da escola	Instituto Estadual de Educação Oswaldo Aranha – Escola Cívico Militar
Diretor(a)	Ernesto Rodrigues Viana
Turma	201

Disciplinas/Campo de Experiência	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – Direitos Humanos
Tema	As Trajetórias e Lutas do Movimento Feminista no Brasil e o Protagonismo Social das Mulheres
Competências/Habilidades	<p>Competências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos. <p>Habilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - (EM13CHS501) Compreender e analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a autonomia e o poder de decisão (vontade); - (EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida, valores, condutas etc.), desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, e propor ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais; - (EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.
Recursos/Materiais	<ul style="list-style-type: none"> - Quadro Branco; - Datashow; - Sala de Audiovisual ou Plataforma Google Meet; - Exercícios (fotocopiados); - Canetas para Quadro Branco; - Apagador; - Internet e Computadores; - Filmes e Documentários.
Desenvolvimento/Procedimentos Metodológicos	
<p>Etapas 1 e 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição de tarefas e compromissos a serem assumidos a fim de a turma de se auto-organizar e gerir as demandas solicitadas; 	

- Criação de grupos de estudos e distribuição dos respectivos conteúdos aos grupos;
- Explicação e Comentário sobre: A História da causa LGBTQIA+ no Brasil e no Mundo;
- Explicação e Comentário sobre: Realidade da LGBTfobia no Brasil;
- Explicação e Comentário sobre: Portaria nº 202, de 10 de maio de 2018;
- Orientação de tarefas com exercícios de fixação dos conteúdos e de pesquisas para atividade de casa (tema);
- Utilização da Sala de Áudio Visual (em caso de ensino presencial);

Etapa 3:

- Utilização da Sala de Áudio Visual (em caso de ensino presencial);
- Realização de Seminários de Debates.

Avaliação

Critérios:

- Postura respeitosa com os colegas;
- Participação e colaboração nas leituras e exposições dialogadas;
- Resolução das questões orientadoras de estudos.

Instrumentos de Avaliação:

- Exercícios reflexivos individuais e em grupo;
- Avaliação: Debates em Grupos, Apresentação de Seminários e posterior avaliação envolvendo questões de análise de sentenças de múltipla escolha e dissertativas sobre a temática trabalhada;
- Devolutiva e execução da avaliação pelos alunos.

Referências

Sites:

- 1) BRASIL. **Portaria nº 202, de 10 de maio de 2018.** Institui o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_27646712_PORTARIA_N_202_DE_10_DE_MAIO_DE_2018.aspx> Acesso em: 24 mar. 2021.
- 2) SANTOS, M. V. A. dos; AMORIM, B. M. O. de. **LGBTfobia no Âmbito Escolar: Perspectivas de Mediação e Intervenção da Psicologia.** Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/18528>>. Acesso: 26 mar. 2021.

Vídeos:

- 1) Canal GNT. **Sobre LGBTfobia: Quebrando o Tabu.** Duração: 5'05". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=quYD4uqi0do>>. Acesso: 25 mar. 2021.
- 2) Canal GNT. **O que é LGBTQIA+ e História do Movimento.** Duração: 12'31". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XVNOCD1baTQ>>. Acesso: 25 mar. 2021.

3) Tribunal Superior do Trabalho. **Reportagem Especial: Discriminação sofrida por Pessoas LGBT no Ambiente de Trabalho**. Duração: 13'37". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fQjZvtXvGM>>. Acesso: 25 mar. 2021.

Capítulo 7

RELATO DE EXPERIÊNCIA: VIVÊNCIA HUMANIZADA GERONTOLOGICA EM UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA EM TEMPOS PANDEMICOS

Thayná Patricia Almeida Santos

Fisioterapeuta; Preceptora do Estágio Supervisionado em Gerontologia do curso de Fisioterapia, do Centro Universitário Cesmact; Pós graduada em Gerontologia pelo Centro Universitário CESMAC, Maceió, Alagoas, Brasil.

RESUMO

A pandemia causada pela COVID-19 representa um dos maiores desafios sanitários mundiais, levando a mudanças abruptas das rotinas dos serviços de saúde. A presente pesquisa é um estudo descritivo, onde objetivo visa relatar a experiência da vivência de um Estágio Curricular Obrigatório em Gerontologia, de forma humanizada. As ações promovidas diante dos desafios da pandemia, trouxeram benefícios acadêmicos e a comunidade, conseguindo identificar a importância do profissional de saúde humanizado em ações não somente de prevenção e promoção, mas também de proteção e reabilitação da saúde em seu conceito amplo. Analisando os benefícios obtidos com as práticas, acredita-se que este artigo possa ser um ponto de partida para ampliar as discussões sobre iniciativas que promovam uma melhor qualidade de vida às pessoas idosas institucionalizadas, tendo em vista a escassez de trabalhos com esse direcionamento em instituições, especialmente com a pandemia da COVID-19 em vigência.

PALAVRAS-CHAVES: Saúde do idoso; Saúde do idoso institucionalizado; Instituição de longa permanência para idosos; Covid-19.

INTRODUÇÃO

O crescimento da população idosa vem acontecendo de forma progressiva. Dentro desse contexto, aumenta a necessidade de desenvolvimento de estratégias para lidar com essa população, incluindo residentes de Instituições de Longa Permanência de Idosos (ILPIs). (AQUINO et al.,2020).

Diante do cenário atual de pandemia, para diminuir os riscos de contaminação pelo novo Coronavírus, a ANVISA publicou uma Nota Técnica nº 05/2020 que forneceu novas orientações para ILPIs, que embora extremamente necessárias, alteraram e impactam negativamente as dinâmicas das instituições. (ANVISA, 2020).

O estágio de Fisioterapia Gerontológica faz parte da matriz curricular do curso de Fisioterapia do Centro Universitário Cesmac, realizado em uma ILPIs. No atual contexto, segue obedecendo todas as estratégias para a contenção do vírus estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

A necessidade de planejamento a estratégias e intervenções que minimizem o impacto do isolamento social, a nível emocional e funcional, é uma premência entre as equipes de profissionais envolvidas no cuidado com os idosos.

OBJETIVO:

Relatar uma experiência vivenciada em uma ILPIs durante a pandemia da COVID-19, através de atividades individuais e coletivas durante o estágio de Fisioterapia Gerontológica.

METODOLOGIA:

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência. Realizado em uma ILPIs, sendo inclusos 25 idosos que estavam em atendimento fisioterapêutico, levando em consideração a aceitação da prática, nos meses de março a maio do ano de 2021, de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 11h30, de forma presencial.

As ações utilizadas como método desse relato, surgiram de forma muito orgânica, através de uma escuta ativa e humanizada, planejadas a partir da identificação das lacunas emocionais que poderiam ser preenchidas com pequenas atitudes, levando em consideração atividades recreativas antes realizadas, num contexto não pandêmico. Os métodos foram:

1. Crachás do sorriso: pensando nas adaptações do contato visual por trás dos equipamentos de proteção individual, surgiu à ideia da confecção de crachás com fotos dos profissionais. Agora, com mais que o nome, ganharam uma foto descontraída do profissional sorrindo. Assim, os pacientes podem ver o sorriso de cada profissional ao serem atendidos.

2. Vídeo chamadas: com o objetivo de diminuir a saudade dos entes queridos e manter o equilíbrio emocional, a tecnologia se fez indispensável no momento, mostrando-se a forma de comunicação que não causa risco de contaminação. Ao utilizar o celular dos próprios voluntários, foi possível aproximar os idosos de alguns familiares que estavam distantes e impossibilitados de realizar as visitas devido à pandemia. Infelizmente alguns idosos não tinham contato de parentes, mas os que realizaram a vídeo chamada foi possível perceber a emoção de se comunicar com seus entes queridos.

3. Caminhadas: estimulando a manutenção da condição física e preservando a independência do idoso, associado ao apelo de um dos residentes da instituição em “ver o mundo” após esse tempo de mais de um ano em isolamento, foi criada a prática da caminhada ao redor da instituição, com duração de 10 minutos, pela manhã, duas vezes na semana.

4. Café amigo: a fim de melhorar o convívio social, também foi realizada uma manhã diferente do habitual com o “Café amigo”, que consistia numa espécie de confraternização dispendo de alimentos saudáveis, música, vídeos e rodas de conversa. A união desses quesitos possibilitou um momento de descontração e quebra da rotina.

5. Dia das mães on-line: Em comemoração ao dia alusivo as mães, em maio, foram organizados vídeos de familiares e/ou amigos próximos das idosas residentes da ILPI, onde o diálogo e as felicitações pelo dia foram possibilitados, impedindo de que a data passasse de forma insignificante, fazendo-as sentirem-se queridas, valorizadas e pertencentes à comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As ações promovidas diante dos desafios da pandemia, trouxeram benefícios acadêmicos e a comunidade, conseguindo identificar a importância do profissional de

saúde humanizado em ações não somente de prevenção e promoção, mas também de proteção e reabilitação da saúde em seu conceito amplo, tanto em nível individual quanto coletivo. Foi observado uma melhora na prática humanizada, a diminuição dos riscos de desenvolvimento ou piora de quadros depressivos, de ansiedade e de sedentarismo dos idosos institucionalizados e melhora na qualidade de vida, corroborando com os achados na literatura em práticas semelhantes em outras situações.

A idealização dos crachás sorrisos personalizados geram empatia e aproximação de acadêmicos, profissionais de saúde e dos pacientes. Tornando um momento de descontração humanizada para além da formação acadêmica. (TAN, 2020).

As práticas também foram benéficas quando analisadas na tentativa de minimizar os efeitos do isolamento social, que é um fator importante modificável que afeta a saúde mental e física em idosos. Este foi associado com a solidão a um risco 50% maior de desenvolver demência, um risco aproximadamente 30% aumentado de doença arterial coronariana ou acidente vascular cerebral incidente e um risco 26% aumentado de causa por todas as causas mortalidade. (OLIVEIRA et al., 2019)

A atividade física, aqui inclusa com a prática da caminhada, torna-se coadjuvante na melhoria da qualidade de vida. As atividades físicas vinculadas às atividades lúdicas oferecem um fator de proteção contra doenças crônicas degenerativas. Destacam a importância de se investir em ideias e ações que promovam um envelhecimento com mais autonomia, saúde e independência nas ILPIs (DA SILVA FERREIRA, 2017).

CONCLUSÃO

A experiência revelou a importância do planejamento e realização de práticas voltadas aos idosos institucionalizados que se encontram como um dos grupos mais afetados com os efeitos do isolamento social causado pela pandemia da COVID-19.

Analisando os benefícios obtidos com as práticas, acredita-se que este artigo possa ser um ponto de partida para ampliar as discussões sobre iniciativas que promovam uma melhor qualidade de vida às pessoas idosas institucionalizadas, tendo em vista a escassez de trabalhos com esse direcionamento em instituições que enfrentam muitos desafios em relação aos residentes, especialmente com a pandemia

de COVID-19 em vigência, mas acima de tudo identificando o bem estar social de quem recebe e de quem promove as ações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Nota Técnica VIMS/GGTES/ANVISA nº 05/2020, de 24 de junho de 2020 - **Orientações para a prevenção e o controle de infecções pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) em instituições de longa permanência para idosos (ILPI)**, Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br>. Acesso em: 25 jan. 2021.

AQUINO, Estela ML et al., Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2423-2446, 2020.

DA SILVA FERREIRA, Deivison et al. Cuidado interdisciplinar em idosos institucionalizados: Um relato de experiência a partir de uma vivência acadêmica. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENVELHECIMENTO HUMANO, 5., 2018. **Anais V CIEH**; Editora Realize, 2018. p. 1-6.

OLIVEIRA, M.J.S.F. **Impacto da hospitalização sobre a capacidade funcional em uma coorte de 17 idosos**. 2019. 74 f. Dissertação (Mestrado em Saúde e Desenvolvimento Humano) – Universidade La Salle, Canoas, 2018.

TAN, L.F.; SEETHARAMAN, S. Preventing the Spread of COVID-19 to nursing homes. Experience from a Singapore Geriatric Center. **J Am Geriatr Soc**. Missouri, v.05, n.68, 2020.

Capítulo 8

A FORMAÇÃO CONTINUADA DO DOCENTE NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: BREVE REFLEXÃO A PARTIR DE PAULO FREIRE

Francília Sousa Meneses

*Professora Especialista em Educação Especial e Inclusiva pelo Instituto Federal do
Piauí – IFPI.*

Professora da rede Municipal de Ensino do Piauí na cidade de Piripiri-PI.

E-mail: franciliameneses096@gmail.com.

Resumo: O presente trabalho tem como principal objetivo compreender a participação do docente acerca da educação inclusiva a partir da formação continuada com base nos referenciais de Paulo Freire. Esta temática faz parte de uma pesquisa em desenvolvimento para a conclusão do curso de Pedagogia (UESPI) na qual busca compreender mais sobre a formação continuada do professor como forma de melhor atender o público da educação inclusiva, haja vista que cabe ao professor, assim como toda a comunidade escolar o bom atendimento dos sujeitos que buscam pela educação igualitária e de qualidade para todos. Tendo como objeto de pesquisa a formação continuada dos professores, sob a perspectiva de Freire (FREIRE, 1984, 1993, 1997, 2001, 2002). A educação inclusiva é proveniente de um movimento histórico de ações políticas e pedagógicas, sendo necessário o estabelecimento de uma vivência escolar inclusiva, orientada por princípios éticos orientados por Paulo Freire ao refletir e agir com rejeição a qualquer forma de discriminação no âmbito escolar. Assim, faz-se necessário priorizar a educação como formação ética e ressaltar a autonomia e a dignidade como valores essenciais. Neste contexto, buscou-se refletir sobre a importância da formação continuada do docente no âmbito da Educação Inclusiva, baseando-nos em conceitos do autor Paulo Freire que enfatiza que a formação continuada caracteriza-se como uma conduta pedagógica de autoavaliação e ressignificação da prática docente de ensino-aprendizagem, com o intuito de transformar uma eventual dificuldade do processo formativo do discente em algo motivador para acrescentar positivamente no seu desenvolvimento educacional e humano. Entretanto, para que isso de fato ocorra, é preciso que haja uma reflexão crítica do próprio docente, principalmente no âmbito da educação inclusiva, a fim de auxiliar os educandos no processo de ensino-aprendizagem. A partir dos fragmentos

analisados das obras do referido autor, observou-se que a “Reflexão” e a “Crítica” são eixos colaborativos que dialogam entre si nos seus estudos, sumarizando que o docente precisa compreender profundamente, a partir da reflexão e da crítica, como auxiliar os educandos no panorama de ensino-aprendizagem na perspectiva da Educação Inclusiva. Assim, este trabalho tem por finalidade analisar a contribuição de Paulo Freire no movimento de ruptura com as práticas socioeducacionais de exclusão rumo à construção do paradigma da inclusão orientados pela formação continuada do professor.

A pesquisa se justifica porque ao falarmos de formação continuada para professores com vistas a inclusão de todos os indivíduos enfatiza-se as propostas estruturantes diferentes do ensino tradicional, que por vezes é excludente e que convergem com o modelo inclusivo em vários aspectos e complementam-no em outros, ao ser comparado ao modelo inclusivo, para responder aos questionamentos da pesquisa encontramos em Freire os princípios da Educação Inclusiva que se refere, a nosso ver, em questionar todos os processos de exclusão que acontecem na escola e na sociedade com todos os sujeitos; conseqüentemente, que pretende desenvolver um processo educacional que contemple a diversidade. Diante da necessidade de refletir sobre a formação continuada dos docentes tendo como base a inclusão dos alunos com deficiência, emergiu a seguinte problemática: De que maneira o professor deve incluir os discentes com deficiência de forma plausível no contexto escolar, tendo como base os estudos inclusivos de Paulo Freire? E como objetivo da pesquisa: Compreender como a formação continuada dos docentes tem colaborado para a inclusão dos alunos com deficiência. A metodologia proposta e utilizada até o dado momento baseia-se na pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico. Os participantes dessa pesquisa serão 10 professores da Educação Básica. O procedimento de coleta de dados que será utilizado será a análise de obras bibliográficas, tendo como base o uso das referidas estratégias de ensino praticadas pelos docentes com os alunos deficientes. Para a coleta de dados será utilizado o questionário online com os sujeitos da pesquisa, será utilizado esse meio eletrônico de coleta de dados devido a pandemia da Covid-19, assim a coleta de dados terá como base os estudos de Lakatos (2002) e Deslandes (2008). Acredita-se que a partir das leituras realizadas e mediante a participação dos sujeitos chegará-se ao objetivo proposto para a pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Formação Continuada. Paulo Freire.

REFERÊNCIAS

DESLANDES, Suely Ferreira. **A constituição do Projeto de Pesquisa**. Pesquisa Social. 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2001.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Educação como prática da Liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Política e educação: ensaios**. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2000c.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª. Ed – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. Ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

ZITKOSKI, J. J. **Paulo Freire e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

Capítulo 9

VIVÊNCIA DE RESIDENTES NA IMUNIZAÇÃO CONTRA A COVID-19 EM IDOSOS À DOMICÍLIO

Lucimeire Fernandes Correia

Farmacêutica. Especialista em Saúde do Idoso. Mestranda em Ciências da Saúde pela Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil

Amanda Hersen Ferreira

Enfermeira. Especialista em Saúde do Idoso. Mestranda em Envelhecimento Humano pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, Paraná, Brasil

Giovana Gomes dos Santos

Fisioterapeuta. Especialista em Saúde do Idoso pela Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil

Ludmila Pantaroto Lima Ribeiro

Nutricionista. Especialista em Saúde do Idoso. Mestranda em Ciências da Saúde pela Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil

Larissa Sapucaia Ferreira Esteves

Doutora em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, São Paulo, São Paulo, Brasil

Lizziane Kretli Winkelstroter Eller

Pós-Doutora pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas - USP, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil

Eixo temático: Assistência em Saúde

E-mail do autor para correspondência: meirefcorreia@gmail.com

INTRODUÇÃO: A infecção do novo coronavírus (SARS-CoV-2/covid-19) está associada à síndrome respiratória aguda e foi declarada uma pandemia a nível mundial pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em março de 2020 após atingir diversos países afetando um grande número de pessoas. O acesso e distribuição de vacinas seguras e eficazes contra o novo coronavírus tem sido uma das esperanças para a redução das taxas de infecção pela população. É esperada uma redução de 60 a 70% da transmissão do vírus de acordo com o nível de imunidade efetiva alcançada. A imunização contra o coronavírus tem sido definida por cada país e acontece em etapas definidas de acordo com a faixa etária e grupos de riscos.

OBJETIVO: Relatar a experiência de residentes multiprofissionais em saúde do idoso na participação da campanha de imunização contra a covid-19 em idosos acamados à domicílio. **METODOLOGIA:** Trata-se de um relato de experiência, estudo descritivo da estratificação de acordo com a faixa etária de idosos pertencentes a um Centro de Referência do Idoso (CRI) do município de Presidente Prudente-SP, totalizando 167 idosos para realização de vacinação em domicílio de acordo com as etapas de imunização contra o novo coronavírus. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram da campanha de imunização as residentes do curso de diferentes graduações: fisioterapeuta, farmacêutica e enfermeira. Os idosos eram selecionados partir da faixa etária alvo de vacinação. As vacinas foram retiradas na farmácia central de rede e frio do município de acordo com a quantidade de idosos a serem atendidos no mesmo dia. As mesmas foram acondicionadas em caixas térmicas garantindo assim suas condições de armazenamento. A equipe se deslocou com transporte e motorista do próprio CRI. Ao chegar à residência, um familiar ou cuidador do idoso acompanhava todo o processo, desde conferência de documento com foto, preenchimento da carteirinha de vacinação, até a aplicação da vacina pela enfermeira residente. Para garantir eficácia da vacina, foi entregue ao idoso uma carteirinha com a data da próxima visita da equipe para a segunda dose do imunizante. Por fim, a equipe multiprofissional juntamente com a unidade ficou a disposição para informações, dúvidas e acompanhamento de possíveis sintomas após vacinação. **CONCLUSÃO:** Apesar da lentidão da vacinação no país, a imunização se faz necessária para reduzir

o número de pessoas com sintomas graves, internações e óbitos pelo novo coronavírus principalmente de grupos considerados prioritários.

PALAVRAS-CHAVES: Envelhecimento; Saúde; Pandemia; Imunização.

REFERÊNCIAS:

KIM, J. H.; MARKS, F.; CLEMENS, J. D. Looking beyond COVID-19 vaccine phase 3 trials. **Nat Med**, Republic of Korea, v. 27, p. 205–211, jan. 2021.

LAZARUS, J. V.; RATZAN, S. C.; PALAYEW, A.; GOSTIN, L. O.; LARSON, H. J.; RABIN, K.; KIMBALL, S.; EL-MOHANDES, A. A global survey of potential acceptance of a COVID-19 vaccine. **Nat Med**, Barcelona, v. 27, p. 225–228, out. 2020.

MARTINS, W. A.; OLIVEIRA, G. M. M.; BRANDÃO, A. A.; MOURILHE-ROCHA, R.; MESQUITA, E. T.; SARAIVA, J. F. K.; BACAL, F.; LOPES, M. A. C. Q. Vaccinating Patients with Heart Disease Against COVID-19: The Reasons for Priority. **Arq. Bras. Cardiol.**, Rio de Janeiro, v. 116, n. 2, p. 213-218, fev. 2021.

Capítulo 10

O USO DE MIDAZOLAM EM ATENDIMENTOS ODONTO-PEDIÁTRICOS: UMA REVISÃO NARRATIVA

Sabrina Passos Cáceres

Graduanda em Odontologia, Universidade Cidade de São Paulo, Tatuapé, SP.

E-mail do autor para correspondência: sabrinapassoscaceres@gmail.com

Cleane de Mesquita Santos

Graduanda em Odontologia, Universidade Cidade de São Paulo, Tatuapé, SP.

Juliana Silva do Nascimento

Cirurgiã-Dentista, Recife, PE.

INTRODUÇÃO: Os atendimentos na área da odontopediatria, estão claramente associados ao medo das crianças, que podem ser desde o emocional instável até a incapacidade na colaboração para realizar o tratamento necessário. Sendo assim, os dentistas tendem a usar métodos que podem ajudar a realizar seu trabalho com segurança e eficiência. O Midazolam acaba sendo o benzodiazepínico (BZD) mais adequado para esses casos. **OBJETIVO:** Compreender, através da revisão de literatura, o funcionamento do medicamento Midazolam na odontopediatria. **METODOLOGIA:** Foi realizada revisões de forma narrativa, por meio da busca de dados no período de 2020 à julho de 2021. **RESULTADO:** Adequado para procedimentos curtos e uma sedação mínima e moderada, o Midazolam vem sendo como um sedativo pré, intra e pós procedimento. Ele age na potencialização da ação inibitória do neurotransmissor Ácido Gama (GABA) que conduz sobre os receptores específicos nas sinapses GABA. Por ser BZD, tem efeitos sedativa-hipnótica, ansiolítica, miorelaxante, anticonvulsivante, amnésia anterógrada e paradoxais.

Sendo contraindicado para portadores de: doença pulmonar aguda ou crônica, alergia ao BZD, insuficiência pulmonar, insuficiência cardíaca e miastenia gravis. Pode ocorrer o efeito paradoxal no paciente, causando excitação, desorientação e desinibição. As vias mais adequadas para a administração do medicamento na odontopediatria, são as vias oral e intranasal. Na via oral, é o modo mais usado por ser prático e de menos risco de reações alérgicas. Porém, há absorção gastrointestinal do medicamento que pode demorar para atingir a ação e o efeito da substância, após 30 minutos da ingestão a sedação estará estável. O Midazolam também recebe a metabolização por enzimas do citocromo P-450 situados no tecido intestinal, levando a diminuição da biodisponibilidade para até 50%. A dosagem eficaz do fármaco é empregada de acordo com o peso (idade/altura), que será em média entre 0,3-0,5 mg/kg. Já na via intranasal, uma opção de ação mais rápida demora em média 5 minutos para obter a absorção adequada do fármaco. A passagem da administração do Midazolam, é através da mucosa nasal (alta vascularização), ou seja, evita o trato gastrointestinal. O que pode atrapalhar na absorção do fármaco são: neoplasias, pólipos, rinite, sinusite ou rinoplastia. Sua dosagem varia entre 0,3-0,5 mg/kg. **CONCLUSÃO:** O midazolam é considerado um fármaco seguro e mais utilizado em sedação odontopediátrica, sendo que as vias oral e intranasal são os melhores métodos para as crianças. Quando comparado entre ambas as vias, a intranasal tem uma absorção mais rápida.

PALAVRAS-CHAVES: Sedação Consciente; Odontopediatria; Midazolam; Vias de administração de medicamentos.

REFERÊNCIAS:

BADEL, Klara. Sedação com midazolam intranasal e oral versus sedação com óxido nitroso-oxigênio em odontopediatria. 2020. Tese de Doutorado.

MAIA, J. A. et al. Sedação mínima com midazolam em Odontopediatria: relato de caso de retratamento endodôntico. *Arch health invest*, v. 7, n. 1, p. 4-11, 2018.

FRAZÃO, Vinícius Tostes. Midazolam: aspectos farmacológicos e seu uso em diferentes níveis de sedação. *Revista de Saúde*, v. 11, n. 1, p. 36-41, 2020.

KALIBATIENÉ, Lina et al. *An evaluation of the effectiveness and safety of midazolam in children undergoing dental surgery*. *Medicina*, v. 51, n. 3, p. 180-186, 2015.

ANTUNES, Denise Espindola et al. *Moderate sedation helps improve future behavior in pedia*

OS AUTORES

Alessandro Moura Costa

Acadêmico do Curso de Segunda Licenciatura em História.

Allan Francisco Costa Jaques

Graduando em Odontologia pela Universidade Federal de Pernambuco.

Amanda Hersen Ferreira

Enfermeira. Especialista em Saúde do Idoso. Mestranda em Envelhecimento Humano pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, Paraná, Brasil.

Ana Cláudia da Silva Araújo

Professora associada da Universidade Federal de Pernambuco, graduada em Odontologia pela Universidade de Pernambuco e Doutora em Odontologia em Saúde Coletiva.

Bruno Abilio da Silva Machado

Graduado em Radiologia pela UNINASSAU TERESINA. Especialista em Docência no Ensino Superior pela FAEVE. MBA em Liderança, Inovação e Gestão pela FAVENI. Pós-graduando em Radiologia Odontológica e Imaginologia pela UniBF. Pós-graduado em Neuroeducação pela FAEL. Pesquisador e Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ciências Biológicas- NEPEA. Profº Orientador da Liga Acadêmica de Radiologia e Diagnóstico por Imagem- LARDI PI. Profº no Ensino Superior e Técnico.

Camila Lima Ribeiro

Universidade Federal de. Fortaleza - UFC.

Carla Janiele Araújo Rodrigues Soares

Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Cícero Santos Souza

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Cleane de Mesquita Santos

Estudante de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo.

Ellen Amanda Silva de Santana

Graduanda em Odontologia pela Universidade Federal de Pernambuco.

Emanuel Osvaldo de Sousa

Fisioterapeuta pela UESPI.

Everton Luís de Souza Júnior

Doutorando em Geografia Física pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Física da Universidade de São Paulo/USP. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq.

Francilene Vieira da Silva Freitas

Bióloga. Mestra em Farmacologia pela UFPI. Doutora em Biotecnologia pela RENORBIO-UFPI. francilenev@gmail.com.

Francília Sousa Meneses

Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela UAB/Pólo IFPI - Campus Pedro II (2020); Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional com Habilitação em Docência do Ensino Superior (ISEPRO-2019); Especialista em Atendimento Educacional Especializado pelo Instituto de Educação São Judas Tadeu (2019). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI-2016). Atuou como professora em sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado) no C.E.M. Professor Omar de Andrade Rezende, Piripiri- PI (2019). Atuou como professora auxiliar de crianças com necessidades educativas específicas no C.E.M. Antônio Ferreira Neto, Piripiri- PI (2017-2019). Foi professora no C.E.M. Carolina Freitas Lira, Piripiri -PI (2018-2020), nesta mesma instituição também foi Coordenadora Pedagógica (2020). Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência- PIBID (2014-2017) pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Campus

Piripiri. Foi monitora no Programa Mais Educação (PME), com a oficina: Acompanhamento Pedagógico em Matemática no C.E.M. Linoca Pires Rebello, Piripiri- PI (2015). Possui Ensino Médio pela Unidade Escolar José Narciso da Rocha Filho, Piripiri- PI (2009). Atualmente é docente titular da (Secretaria Municipal de Educação de Piripiri-PI /2017-2021) e docente titular da (Secretaria Municipal de Educação de Brasileira-PI / 2021). Tem experiência na área da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação Básica. Educação Especial. Educação do Campo. Salas Multisseriadas. Saberes e Fazeres Docentes. Avaliação, Gestão e Currículo.

Gabrielle Holanda Silva

Graduanda em Odontologia pela Universidade Federal de Pernambuco.

Giovana Gomes dos Santos

Fisioterapeuta. Especialista em Saúde do Idoso pela Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

Iarla Lopes Gonçalves

Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Josué Brito Gondim

Tecnólogo em Radiologia.

Juliana Silva do Nascimento

Cirurgiã-Dentista, Recife, PE.

Larissa Sapucaia Ferreira Esteves

Doutora em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Lizziane Kretli Winkelstroter Eller

Pós-Doutora pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas - USP, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.

Lucimeire Fernandes Correia

Farmacêutica. Especialista em Saúde do Idoso. Mestranda em Ciências da Saúde pela Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

Ludmila Pantaroto Lima Ribeiro

Nutricionista. Especialista em Saúde do Idoso. Mestranda em Ciências da Saúde pela Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

Ludymilla de Lima Silva

Faculdade Evangélica de Ceres.

Miguel Victor Monteiro Rodrigues

Graduando em Medicina pelas Faculdades Integradas Pitágoras.

Mirella Ribeiro Pinto

Cursando Pós-graduação em Docência para o Ensino Superior pela Universidade Anhembí Morumbi. Mestra em História pela Universidade Federal de Uberlândia (PPGHIS/UFU). Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Professora de História na educação básica da rede pública de ensino do estado de Minas Gerais. Pesquisadora em História e Literatura, Brasil republicano e imprensa.

Pedro Henrique Fleury da Silva

Graduando em Medicina pelas Faculdades Integradas Pitágoras.

Polyana Jéssica do Carmo de Souza

Tutora Externa do Curso de Segunda Licenciatura em História – Mestra em História.

Sabrina Passos Cáceres

Estudante de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo.

Sarah Maria Osório de Carvalho

Enfermeira pelo Centro Universitário Santo Agostinho-UNIFSA.
sarahosorio34@gmail.com.

Thayná Patricia Almeida Santos

Fisioterapeuta; Pós Graduada em Gerontologia; Pós Graduanda em Docência Do Ensino em Gerontologia e Saúde Mental; Formação em Fisioterapia Vestibular.

Victor Guilherme Pereira da Silva Marques

Graduando em Enfermagem pelo Centro Universitário do Piauí- UNIFAPI.
guilhermevictor521@gmail.com.

ISBN 978-659956599-1



9

786599

565991

uniatual
EDITORA